

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LOUISE CORDEIRO BORBA NOGUEIRA

A FORM(AÇÃO) EM JOGO:

Uma análise do desenvolvimento do trabalho e da gestão do coletivo de atletas de vôlei de praia pelo ponto de vista da atividade.

Niterói

2018

LOUISE CORDEIRO BORBA NOGUEIRA

A FORM(AÇÃO) EM JOGO:

Uma análise do desenvolvimento do trabalho e da gestão do coletivo de atletas de vôlei de praia pelo ponto de vista da atividade.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense para obtenção do título de Doutora em Psicologia. **Área de Concentração: Subjetividade, Política e Exclusão Social**

Orientador: Prof. Dr. Helder Pordeus Muniz

Co orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Zulmira Carvalho dos Santos

Niterói

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

N778f Nogueira, Louise Cordeiro Borba
A Form(ação) em Jogo : Uma análise do desenvolvimento do trabalho e da gestão do coletivo de atletas de vôlei de praia pelo ponto de vista da atividade / Louise Cordeiro Borba Nogueira ; Helder Pordeus Muniz, orientador ; Marta Zulmira Carvalho dos Santos, coorientadora. Niterói, 2018.
116 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2018.d.08229402728>

1. Psicologia do Trabalho. 2. Esporte Profissional. 3. Formação profissional. 4. Voleibol. 5. Produção intelectual. I. Muniz, Helder Pordeus, orientador. II. Santos, Marta Zulmira Carvalho dos, coorientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Psicologia. IV. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

LOUISE CORDEIRO BORBA NOGUEIRA

A FORM(AÇÃO) EM JOGO:

uma análise do desenvolvimento do trabalho e da gestão do coletivo de atletas de vôlei de praia pelo ponto de vista da atividade.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense para obtenção do título de Doutora em Psicologia. **Área de Concentração: Subjetividade, Política e Exclusão Social**

Niterói, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Helder Pordeus Muniz – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a Marta Zulmira Carvalho dos Santos – Co orientadora
Universidade do Porto

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcello Santos Rezende
FIOCRUZ

Prof^a Dr^a Mary Yale Rodrigues Neves
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcelo Gonçalves Figueiredo
Universidade Federal Fluminense

SUPLENTE

Prof^a Dr^a Katia Santorum
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Para Gustavo, meu parceiro de vida e interlocutor ativo nesta tese.

Agradecimentos

Aos meus pais, Vera e Attila, meu porto seguro.

Ao meu querido orientador Helder Muniz, sempre pertinente e cuidadoso.

À minha coorientadora Marta Santos, pela acolhida em Porto, e pelas valorosas contribuições que foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

À professora Marianne Lacomblez, pela generosidade e confiança no meu trabalho.

À professora Liliana Cunha, muito atenciosa e esclarecedora em suas aulas.

Aos professores Marcello Rezende, Marcello Figueiredo, Mary Yale e Victor Melo, não só pelas valorosas contribuições a este trabalho, mas principalmente pela leitura afetuosa que tiveram.

A Gabriel Fricke, sem sua ajuda esta tese não teria nem começado...

À Michelle Angonese e Linda Kompara, more than roomates, they were laughs and hugs. My sisters in Porto and forever then.

Às amigas Sacha Pinheiro e Angélica Moura, queridas companheiras de tese, de luta. Saudades de nossas conversas regadas a “pingo com uma natinha” no refeitório.

Às amigas e companheiras Ana Claudia Vasconcellos, Joseane Tavares, Lívia Hoffman, Marina Castelo Branco e Martha Jogaib pela parceria nas discussões dos materiais de pesquisa e pelo afeto durante esses quatro anos de doutorado.

À amiga querida Claudete Sousa, simplesmente por sempre estar comigo.

Aos meus anjos da guarda Claudia Camuri e Aline Nascimento, apesar de longe estão sempre tão perto.

À amiga Aline Amoedo, pela força e pela aventura da sua amizade.

Às amigas Andreia Chianello, Angela Cardoso, Aparecida Leite, Célia Perrota e Maria Luisa Abrunhosa, pelo amor, força e alegria dos nossos encontros.

Às amigas Kellen, Ana Flávia, Luciana, Renata, Erica e Aline (mesmo distante), sempre muito amadas e afetuosas nos momentos de pane...

Às amigas Iva, Priscilla, Roberta e Verônica por cuidarem de mim e me deixarem cuidar de vocês.

À Priscylla Melo, Leacyr e os companheiros da UFF, pelo cuidado e paciência com esta doutoranda quase enlouquecida...

Aos demais amigxs que por ventura não foram citadxs mas que tiveram seu papel nos momentos em que precisava para sobreviver a esses quatro anos.

E, finalmente, meu enorme agradecimento aos atletas que, mais do que participantes, escreveram comigo esta tese.

“É apenas em movimento que um corpo mostra o que ele é”

(VYGOTSKI, 1978, p. 64)

RESUMO

Esta tese pretende fazer uma análise sobre a formação profissional e a gestão da dimensão coletiva de atletas autônomos profissionais de vôlei de praia, a partir da hipótese de que não é possível pensar uma intervenção sobre as “as questões emocionais” dos atletas desassociada do modo como eles vivenciam e fazem a gestão do seu trabalho. Portanto, esta pesquisa tem como fio condutor a perspectiva de *pensar o trabalho dos atletas enquanto atividade*, tendo como principais referenciais teóricos as contribuições da Ergonomia da Atividade, da Ergologia e da Clínica da Atividade, assim como a contribuição de outros autores que debatem o trabalho sob esse prisma, com destaque para Pierre Rabardel e o debate sobre o uso de instrumentos na gestão da atividade. Para realizar estas análises, acompanhamos 4 (quatro) atletas profissionais de vôlei de praia em um centro de treinamento localizado em uma praia na cidade do Rio de Janeiro, em jogos oficiais e estudos de vídeo de jogos com a presença do treinador. Além disso, realizamos entrevistas com esses atletas de modo a entender as dramáticas que eles vivenciam para se desenvolverem e gerenciarem suas vidas profissionais na busca de parceiros para formar uma dupla em que seja possível “jogar junto”, mesmo quando a organização do trabalho neste esporte é extremamente competitiva e exige uma alta rotatividade entre seus componentes. Neste sentido que, a partir da análise de material audiovisual sobre o vôlei de praia e com base nos preceitos da *Comunidade Ampliada de Pesquisa* – que implica em ir ver de perto e buscar a partir dos próprios trabalhadores, suas impressões, motivações e desafios da atividade de trabalho e assim, compor com os pesquisadores, o desenvolvimento dos saberes no trabalho – consideramos *a composição da dupla de jogadores* como palco das dramáticas e dos debates de normas que compõem essa atividade. Neste sentido, sem perdermos de vista o conceito de *dramáticas do uso do corpo-si* (SCHWARTZ, 2007; 2014) – sendo este corpo-si o amálgama entre biológico-técnico-emocional-histórico-cultural – e no desafio de pensar um fazer in(corpo)rado dos atletas, entendemos que é necessário entender o fazer esportivo também enquanto um trabalho. Em vista disso, afirmamos que a performance e o desempenho desses profissionais não podem ser considerados apenas com base na pontuação obtida para estar no *ranking* de duplas, mas, que a performance envolve todo um processo de gestão da atividade, e que ela também é produto da atividade dos atletas. Portanto, ao tomarmos essas questões como referência para pensar o trabalho desses atletas, propomos pensar uma form(ação) em jogo que considere as dramáticas do corpo-si e os debates com as inúmeras variáveis dessa atividade – tanto no centro de treinamento quanto nos jogos – elementos importantes para a formação do atleta, da dupla e do desenvolvimento do seu ofício. Aliado a isso, fazemos uma análise do modo como esses atletas fazem a gestão da dimensão coletiva nesta modalidade onde as dimensões de cooperação-competição e individual-coletivo se constroem neste fazer enquanto uma *perform(atividade)*, ou seja, durante uma partida de vôlei de praia, ação e comunicação se desenvolvem através de uma performance na atividade, onde acontecem, ao mesmo tempo, um debate entre os companheiros de dupla (de modo essencialmente colaborativo) e com a dupla adversária (de modo competitivo), mas acontecem também o debate com as condições do meio (climáticas, público) e, inclusive, com as regras e regulamentações da modalidade. Com esta pesquisa, pretendemos, portanto, trazer para os estudos do esporte e da psicologia do trabalho os debates das perspectivas que pensam o trabalho como atividade, de modo a problematizar determinadas práticas de intervenção “psi” com atletas que possam desconsiderar o atleta enquanto agente ativo nesta atividade profissional. Além disso, queremos ampliar o debate para a criação de estratégias de intervenção com esses trabalhadores e com os outros atores que compõem e contribuem para o desenvolvimento do fazer esportivo, como treinadores, preparadores físicos, médicos e também, os psicólogos

Palavras-chave: Psicologia do trabalho e Esporte – Trabalho do atleta como atividade – Ergologia e Esporte – Ergonomia da Atividade e Esporte – Formação profissional – Dimensão coletiva do trabalho – Vôlei de Praia

RESUMÉ

Cette thèse se propose d'analyser la formation professionnelle et la gestion de la dimension collective des sportifs professionnels autonomes en volleyball de plage, en partant de l'hypothèse qu'il n'est pas possible d'envisager une intervention sur les "problèmes émotionnels" des athlètes dissociés de la manière que ils vivent et gèrent leur travail. Par conséquent, cette recherche a pour fil conducteur la perspective de penser le travail des athlètes comme une activité, en ayant comme principales références théoriques les contributions de l'ergonomie de l'activité, de l'ergologie et de la clinique d'activité, ainsi que la contribution d'autres auteurs qui débattent du travail dans cette lumière, en mettant l'accent sur Pierre Rabardel et le débat sur l'utilisation d'instruments dans la gestion de l'activité. Pour mener à bien ces analyses, nous accompagnons quatre athlètes professionnels de volleyball de plage dans un centre d'entraînement situé sur une plage de la ville de Rio de Janeiro, en des études sur les jeux officielles et les jeux vidéo en présence de l'entraîneur. En outre, nous menons des entretiens avec ces athlètes afin de comprendre les dramatiques qu'ils ont vécues afin de développer et de gérer leur vie professionnelle dans la recherche de partenaires pour former un couple dans lequel il est possible de "jouer ensemble", même lorsque l'organisation du travail dans ce sport est extrêmement compétitif et nécessite un roulement élevé de ses composants. En ce sens, sur la base de l'analyse du matériel audiovisuel sur le volleyball de plage et sur les préceptes de la communauté de recherche élargie - ce qui implique d'aller au plus près et de rechercher auprès des travailleurs eux-mêmes leurs impressions, motivations et défis de l'activité de travail et donc de composer avec les chercheurs le développement des connaissances au travail - nous considérons la composition du couple de joueurs comme le stade du dramatique et les débats de normes qui composent cette activité. En ce sens, sans perdre de vue le concept d'utilisation dramatique du corps-soi (SCHWARTZ, 2007, 2014) - ce corps étant l'amalgame entre biologique-technique-émotionnel-historique-culturel - et le défi de penser dans le corps des athlètes, nous comprenons qu'il est nécessaire de comprendre le sport ainsi qu'un travail. Dans cette optique, nous affirmons que les performances de ces professionnels ne peuvent être considérées uniquement sur la base du score obtenu, mais qu'elles impliquent un processus complet de gestion de l'activité, et qu'il s'agit également d'un produit de l'activité des athlètes. Par conséquent, lorsque nous prenons ces questions comme une référence pour réfléchir au travail de ces athlètes, nous proposons de penser à une *form(action) en jeu* qui considère le dramatique du corps et les débats avec les innombrables variables de cette activité - à la fois dans le centre d'entraînement et dans les jeux. - des éléments importants pour la formation de l'athlète, le duo et le développement de son art. Parallèlement à cela, nous analysons la manière dont ces athlètes gèrent la dimension collective dans cette modalité, où les dimensions de coopération-compétition et individuel-collectif s'y construisent en tant que une *perform(activité)*, c'est-à-dire lors d'une partie de volleyball, l'action et la communication sont développées à travers une performance dans l'activité, où un débat a lieu en même temps entre les coéquipiers (essentiellement collaboratifs) et l'équipe adverse (de manière compétitive), mais débat avec les conditions de l'environnement (climatique, public) et même avec les règles et règlements de la modalité. Avec cette recherche, nous entendons introduire dans les études de psychologie du sport et du travail les débats sur les perspectives qui considèrent le travail comme une activité, afin de problématiser certaines pratiques d'intervention "psi" avec des athlètes pouvant négliger l'athlète en tant qu'agent actif dans cette activité professionnelle. En outre, nous souhaitons élargir le débat sur la création de stratégies d'intervention auprès de ces travailleurs et des autres acteurs qui composent et contribuent au développement du sport, tels que les entraîneurs, les entraîneurs physiques, les médecins et les psychologues.

Mots-clés: Psychologie du travail et du sport - Activité de l'athlète en activité - Ergologie et sport - Ergonomie de l'activité et du sport - Formation professionnelle - Dimension collective du travail – Volleyball de la plage

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Pensar o trabalho no esporte enquanto atividade: o corpo-si (em)no jogo.....	19
Capítulo 1. Entender o vôlei de praia como trabalho.....	25
1.1. (Re)visitar o conceito de esporte.....	26
1.2. Breve contextualização do vôlei de praia.....	29
1.2.1. Regulamentos e regras da quadra para a praia: um debate entre defesa-recepção-ataque.....	33
1.3. Os Circuitos Nacionais de Vôlei de Praia.....	37
1.4. Esporte é ou não é trabalho? É preciso ir ver de perto.....	39
1.4.1. A performance esportiva como trabalho.....	44
Capítulo 2. Metodologia da construção de um campo de pesquisa sobre o trabalho na praia.....	49
Capítulo 3. A Form(ação) em jogo: entender os processos de formação e desenvolvimento dos atletas.....	57
3.1. Que formação e desenvolvimento no esporte? Contribuições da Análise Ergonômica do Trabalho (AET).....	58
3.1.1. O projeto da Ergonomia e o olhar para a atividade.....	60
3.2. O Centro de Treinamento como espaço potencial de (trans)formação: o debate entre os “movimentos padrão” e os “ajustes” do/no corpo em jogo.....	62
3.2.1. Delimitando os marcos formativos: da iniciação esportiva ao desenvolvimento da “Form(ação)em Jogo”	63
3.2.2. O espaço potencial de formação presente na relação treinador-atleta.....	69
3.3. Pensar uma “form(ação) em jogo” no campo da Educação física: as contribuições da Praxiologia Motriz.....	70

3.4. Entre o “mecânico” e o “dom”: o gesto <i>também é</i> uma bola que se passa.....	73
3.5. O corpo em jogo como instrumento de trabalho.....	79
3.6. A organização do trabalho como produtora de desenvolvimento: margem de manobra situacional como espaço potencial de formação.....	86
Capítulo 4: o jogo e a perform(atividade): a gestão individual/coletivo no trabalho e o desenvolvimento profissional dos atletas de vôlei de praia.....	89
4.1. Construir um coletivo de trabalho: referencial cognitivo comum.....	90
4.2. O coletivo e a cooperação “apesar de”: compartilhar saberes e valores.....	98
Considerações finais.....	103
ANEXO – Roteiro das entrevistas.....	107
Referências Bibliográficas.....	108

INTRODUÇÃO

Pensar em esporte nos remete a algo que podemos praticar, assistir ou debater em momentos de lazer. Geralmente, uma conversa sobre esporte se dá entre amigos, em uma mesa de bar, sem muita pretensão, embora, de certo modo, todos os participantes da conversa acreditem ter conhecimentos e argumentos precisos sobre os fatos ligados a seus times e ídolos esportivos.

Existem, também, aqueles que Nelson Rodrigues (2014) chamava de “os entendidos” e que Galeano (1995), em seu livro sobre futebol, apresenta como “os especialistas”, que englobam os cronistas e a imprensa esportiva, e que, aparentemente, pretendem com seu “esportês” esclarecer algo que eles julgam que o espectador simples – e até mesmo, os jogadores e os treinadores – não entendem. É muito comum em transmissão de jogos pela televisão perceber os comentaristas esportivos tentando indicar aos jogadores o que eles deveriam fazer ou não, como se eles pudessem escutá-los. Entretanto, como brinca Galeano, os jogadores e treinadores não podem escutá-los, porque estão “[...] ocupados em errar” (GALEANO, p.29, 1995).

Além da imprensa, o esporte constituiu, ao longo do último século, outro grupo de especialistas, onde se encontram os médicos – em suas diversas áreas de atuação – e outros profissionais do campo da “saúde”¹ e da atividade física, como professores de educação física, fisioterapeutas, nutricionistas e psicólogos. Todos eles trazem um discurso que incide sobre o modo de operar de um dos principais instrumentos do esporte: o corpo² do atleta.

O interesse por trazer o trabalho de atletas como objeto de análise partiu de minha prática como psicóloga atuando em equipes multiprofissionais de futebol e basquetebol, entre os anos de 2002 a 2007, e de minha atuação como militante em Grupo de Trabalho em Psicologia do Esporte no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, de 2008 a

¹ Colocamos a palavra saúde entre aspas pois entendemos que este é um conceito que precisa ser debatido com muito cuidado quando falamos de esporte. Deste modo, por ora, pretendemos, nesta pesquisa, nos servir de Georges Canguilhem, que em um de seus textos já nos dá pistas acerca de quais caminhos seguir para fazer este debate: “a saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais. Daí a sedução que a imagem do atleta exerce ainda hoje sobre nossas mentes, sedução esta da qual o gosto atual por um esporte racionalizado nos parece uma aflitiva caricatura” (CANGUILHEM, 2010, p.152).

² Aliás, nosso primeiro desafio nesta tese é falar com cuidado desse corpo, e para isso será necessário já marcarmos desde o início que quando falamos do corpo do atleta não estamos a tratar apenas do corpo biológico, objeto do saber médico, mas aquele que Schwartz (2015, p.87) aponta como “(...) o centro de tentativas de reconfigurações do mundo a viver, tal que ele se propõe e/ou se impõe através de um mundo humanizado, e logo modificável, de normas antecedentes”. Deste modo, a noção de corpo-si (SCHWARTZ, 2007; 2014) estará presente em todo o texto, e será mais bem trabalhada adiante.

2010. Paralelamente, em 2009, passo a trabalhar como psicóloga concursada em uma escola pública federal do Rio de Janeiro, na área de desenvolvimento e capacitação dos funcionários. A partir de minhas inquietações como psicóloga e agente de formação dessa escola, foi produzida dissertação de mestrado onde procuramos refletir sobre a política de “gestão de pessoas por competências” no serviço público federal no Brasil e seus impactos na formação e no desenvolvimento profissional dos servidores públicos técnico-administrativos.

Na medida em que me aprofundava nos estudos que tinham como perspectiva o *trabalho como atividade*, foi possível reconhecer elementos daquela minha experiência com equipes esportivas, o que me levou, no doutorado, a pensar o trabalho dos atletas enquanto atividade. Em meio a isso, nosso desejo de falar sobre o trabalho de atletas profissionais coincidia com a realização dos grandes eventos esportivos de 2014³ e 2016 no Brasil, e diversos debates sobre a importância da preparação dos atletas de forma técnica, tática e psicológica circulavam nos principais meios de comunicação referentes à temática esportiva. Um dos exemplos disso foi a ampla divulgação sobre a inserção de uma psicóloga para acompanhar os atletas escalados para compor a seleção brasileira de futebol que disputou a Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014⁴, e os depoimentos de atletas medalhistas olímpicos brasileiros, em 2016⁵, sobre a experiência com a psicologia.

Entretanto, embora o que mais se discutia nas mídias esportivas fosse a necessidade de “trabalhar o emocional dos atletas”, em momento algum se refletia sobre como o trabalho do atleta acontecia, quais *dramáticas* (SCHWARTZ, 1998; 2007; 2014) – no sentido que a Ergologia nos apresenta – estavam envolvidas nesta atividade. O esporte, a princípio, não parece entrar na categoria de trabalho, pois traz consigo uma forte relação com o lúdico e com o lazer. No entanto, muitos são os debates políticos e sociais no esporte, e era preciso pensar em como a organização do trabalho se configurava nesta instituição⁶.

³ Principalmente após os fatos ocorridos com a seleção brasileira de futebol durante o campeonato mundial no Brasil, e a derrota de 7x1 sofrida contra a seleção alemã que tirou da seleção a chance de conquistar um título no país.

⁴ <http://globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/noticia/2013/12/selecao-tera-psicologa-para-avaliar-perfil-do-grupo-que-vai-jogar-copa.html>

⁵ Psicóloga de Diego Hypolito trabalhou metas com ginasta: “Ele se reinventou como ser humano atleta”. Leia mais: <http://extra.globo.com/esporte/rio-2016/psicologa-de-diego-hypolito-trabalhou-metas-com-ginasta-ele-se-reinventou-como-ser-humano-atleta-19922053.html#ixzz4Mt8xsjlq>

⁶ Utilizamos a palavra “instituição”, enquanto um conceito, a partir do entendimento trazido pela Análise Institucional (LOUREAU, 1993). “Instituição” não é, para nós, apenas um estabelecimento, o espaço físico, ou um órgão regulador como uma confederação esportiva. Quando trazemos o esporte como instituição, apostamos nele enquanto um espaço dinâmico, onde são produzidos, constantemente, modos de existência e práticas sociais marcadas no tempo e na história.

Durante minha prática profissional com equipes esportivas, percebi que se exige do psicólogo que atua com atletas de alto rendimento aquilo que se exige do psicólogo dito organizacional: motivar as pessoas para que obtenham melhores resultados; buscar soluções para questões pessoais e “emocionais” dos atletas que possam interferir na busca do melhor desempenho (ou como se diz no esporte, a melhor performance).

Portanto, pensar a gestão do trabalho no esporte pode contribuir também para pensarmos a gestão do trabalho em outros espaços visto que é muito comum atribuir competências referidas ao contexto esportivo no discurso de mobilização – e controle – de trabalhadores, através da contratação de “coaches” e personalidades esportivas para palestras motivacionais que busquem a identificação do trabalhador com a empresa e o “motive” para “enfrentar novos desafios” (GASPARINI e PICHOT, 2011).

De acordo com Melo (2011), o esporte está dentre as linguagens mais acessadas no decorrer do século XX, pois sua linguagem não se restringe somente ao seu *locus* específico (quadras, campos de futebol, etc.), mas é difundida, principalmente, pelos meios de comunicação enquanto um *produto* de alta penetração popular. Deste modo, cabe aqui frisarmos que quando falamos de “esporte” estamos a falar de um campo social que se insere no conjunto de práticas corporais institucionalizadas (MELO, 2010), ou seja, práticas sobre o corpo com regras e normas de funcionamento próprias, mas que não se dão apartadas de uma conjuntura social, econômica e política. No que se refere ao esporte enquanto uma atividade de trabalho, ele constitui-se num campo de atuação profissional que, como já dissemos anteriormente, envolve diversos profissionais como professores de educação física, médicos, nutricionistas e, também, psicólogos.

Embora não seja nosso foco nesta pesquisa fazer um debate acerca dos preceitos e práticas da psicologia do esporte⁷, é importante marcarmos aqui algumas diferenças de perspectivas que queremos apontar em nossa pesquisa. Existem dados da presença de psicólogos atuando com equipes esportivas no Brasil desde os anos 50; entretanto, a presença deste profissional ganhou muita projeção na mídia brasileira a partir da atuação dos atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos de Sydney, no ano de 2000, onde a maior parte das modalidades foi medalha de prata⁸. Muitos comentaristas relacionaram esses resultados à

⁷ A Psicologia do Esporte é considerada uma especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução nº013/2007) e dentre os profissionais que nela atuam, existem alguns debates sobre como devem nomeá-la: psicologia *do* esporte, psicologia *no* esporte, psicologia *e* esporte ou psicologia *para o* esporte. Daremos preferência nesta tese por usar “psicologia do esporte”, simplesmente por ser a expressão mais difundida desta área de conhecimento.

⁸ Psicólogo do Brasil acha que ninguém vai "amarelar":
<http://esporte.uol.com.br/olimpiadas/ultimas/2004/08/12/ult2246u470.jhtm>

“falta de preparação psicológica”, visto que os níveis técnicos e táticos das equipes em questão eram extremamente competitivos.

Durante nossa experiência com equipes esportivas tivemos contato com alguns autores tidos como referência para os estudos da psicologia do esporte no Brasil (BECKER E SAMULSKI, 1998; WEINBERG E GOULD, 2001) e neles encontramos, em sua maioria, uma abordagem centrada na análise de comportamentos e atitudes em contexto de práticas esportivas, com uma larga utilização de testes de personalidade e avaliações neuropsicológicas, além de um grande quantitativo de pesquisas que abordam o tema da motivação e do estresse em atletas (RUBIO, 2002).

Gostaríamos de frisar que não temos a intenção de contrariar os estudos que vêm sendo feitos nesta área; no entanto, queremos chamar atenção para o fato de que, ao voltarmos nosso olhar para o atleta, não podemos ignorá-lo enquanto trabalhador e que é necessário trazer o debate para o seu fazer e em como ele se constitui neste cenário de modo a escapar da armadilha de considerarmos o “emocional”, o comportamento e as atitudes dos atletas como algo pessoalizado e apartado do modo como o trabalho acontece no esporte.

Acerca deste debate, encontramos em Hauw e Durand (2004) algumas contribuições que corroboram nossa hipótese. Embora os autores desenvolvam uma discussão sobre uma possível “des-psicologização da performance esportiva de alto nível”, entendemos que o que os autores querem não é exatamente uma tentativa de desconsiderar as questões psíquicas envolvidas nesta atividade, mas, assim como queremos mostrar nesta tese, os autores apontam que não é possível entender o processo complexo de construção da performance de modo fragmentado. Neste sentido, Hauw e Durand (2004) questionam o papel do psicólogo no esporte apenas como um agente que possa “motivar” e “prever acontecimentos inesperados”, mas entendem que “[...] por suas intervenções, os psicólogos estejam no coração de um dispositivo multidimensional de formação e de preparação de atletas.” (2004, p.121). Em vista disso, os autores se aproximam ainda mais do que pretendemos apresentar em nossa tese, principalmente quando eles trazem o conceito da atividade como matéria para compor a atuação do psicólogo no esporte, e acrescentam (HAUW E DURAND, 2004, p.123, tradução nossa):

De nossa parte, acreditamos que a fragmentação dos aspectos psicológicos, físicos e técnicos que prevalecem nesses sistemas de treinamentos e intervenção não é mais relevante. Existe atualmente abordagens que consideram a performance esportiva como um conjunto indissociável onde o psicológico não está separado do fisiológico [...] onde a performance não é jamais concebida sem o contexto [...] ultrapassando a psicologização

estreita das condutas esportivas eles [os psicólogos] estão aptos a analisar e intervir sobre a ação ou atividade engajada na performance e não somente sobre os processos psicológicos isolados. A atividade é o que faz um atleta em competição, não o que supostamente determina o que ele faz; a atividade é localizada em um instante e em um contexto específico que pesa sobre o atleta. Atividade é também um compromisso singular, uma sensação, uma emoção, formando um todo na história da performance esportiva.

Ao partirmos dessa discussão, portanto, queremos nesta pesquisa trazer o trabalho do atleta pelo ponto de vista da atividade como objeto de análise para, a partir dele, pensar a formação e o desenvolvimento profissional, sem perdermos de vista que, assim como apontam Hauw e Durand, (2004) “compreender e intervir junto a um atleta não pode ser realizado sem levar em conta as situações possíveis nas quais eles vão se encontrar no curso da performance.” (p.122). Deste modo, ao entendermos o quanto existe de complexidade nesta atividade e que os atletas também constroem eles mesmos as situações de performance a partir do modo como eles se apropriam da cultura de sua modalidade, que acreditamos ser importante trazer estas dramáticas para discussão.

Pensar o trabalho no esporte enquanto atividade: o corpo-si (em) no jogo

Eu jogava como meia-armador, mais recuado, mas gostava muito de chegar na frente e fazer gols, daí optei depois por ser ponta-de-lança, fazendo a ligação do meio campo com o ataque. Reunia as qualidades principais para a posição: o passo correto, a antevisão da jogada, a cabeça em pé sem olhar para a bola, vendo o companheiro livre se movimentando antes da bola chegar aos meus pés, e estar presente na área, no momento certo, no lugar certo para fazer o gol. Não é a bola que procura o artilheiro; ele é que sabe antes dos outros onde a bola vai chegar. Como sabe? Sabendo. Ele sabe, mas não sabe que sabe. Existe um saber que antecede a compreensão humana. (TOSTÃO, 1997, p.17-18)⁹

Ao entrarmos em contato com a fala de um dos maiores jogadores de futebol do Brasil, foi inevitável não pensarmos em nossos estudos sobre o trabalho e a atividade, dada a quantidade de elementos que ele traz para debatermos esse saber “que antecede a

⁹ Tostão foi titular da seleção brasileira de futebol que conquistou o tricampeonato em 1970. Após ser obrigado a se afastar do futebol por problemas de saúde, estudou medicina e exerceu essa nova profissão durante muitos anos até que foi convidado a fazer comentários sobre jogos de futebol. Virou um respeitado comentarista de futebol, com textos publicados na Folha de São Paulo, onde faz uma análise dos jogos de uma maneira diferenciada por introduzir elementos de análise sobre a atividade de jogador pouco comuns, como nessa citação.

compreensão humana”. Embora, a princípio, não encontramos muitos indícios de publicações no Brasil que tragam o trabalho de atletas como objeto de análise, o esporte é utilizado constantemente como exemplo, em aulas e palestras de estudiosos da psicologia do trabalho, para explicar o conceito de atividade.

Um dos poucos registros escritos desses exemplos é de Louis Durrive, onde ele, em uma conversa com Anne Marie Jacques sobre a ergoformação no livro “Trabalho e Ergologia”, traz como exemplo o futebol para explicar as duas dimensões da atividade (DURRIVE E JACQUES, 2007). Portanto, partimos daí para buscar uma análise do trabalho de atletas como atividade.

Embora a palavra *atividade* no esporte seja muito utilizada – e esteja inserida no conjunto de práticas de “atividade física”, aqui no sentido de pôr o corpo, o físico, em movimento – queremos ampliá-la e considerá-la, também, como aquilo que, embora tenha uma dimensão que é da regra, do protocolo, do técnico, também é composto de uma dimensão invisível, mas vital, do fazer humano (SCHWARTZ & DURRIVE, 2007; DURRIVE, 2011). No intuito de ilustrar a existência desses dois olhares sobre o trabalho, Durrive (2007) apresenta uma partida de futebol como exemplo.

A partir da análise do jogo por diversos ângulos, segundo o autor, podemos perceber essas diferentes dimensões da atividade: existe o ângulo das regras imutáveis do jogo, as dimensões físicas do campo de futebol, as normativas das confederações, a história dos clubes, o percurso de formação dos jogadores, etc.; mas existe também o que Durrive aponta como aquilo que remete à vivência de cada situação, ao inesperado, às imprevisibilidades que "(...) obrigam os jogadores a repensar, sem parar, o emprego das regras em função do instante, do 'aqui e agora'." (DURRIVE E JACQUES, 2007, p. 302). Portanto, a partir das indagações deste autor, nos interessa saber como se dá o debate de normas no trabalho do atleta e como eles desenvolvem meios para gerir as inúmeras variáveis desta atividade.

Sem perdermos de vista que o conceito de *atividade* é altamente complexo e, certamente, merece uma discussão mais aprofundada, por ora, queremos destacar o uso da noção que Schwartz (2014; 2015) nos apresenta da atividade como um “encaixamento¹⁰ de debates de normas” imerso num mundo de valores, o que torna o “trabalhar” sempre uma dramática de usos do corpo-si. O que Schwartz nos aponta com essas afirmações é que, quando trabalhamos, nosso fazer é sempre marcado por uma dimensão das normas (sociais,

¹⁰ Termo usado de acordo com a tradução de Adail Sobral, no texto de Schwartz (2014). Em nota de rodapé, Schwartz usa o termo ao fazer “uma analogia com as famosas bonecas russas, que são encaixadas uma no interior da outra.” (SCHWARTZ, 2014, p.264).

econômicas, relacionais, políticas, etc.), de regulamentos, de protocolos e procedimentos técnicos. Mas, ao mesmo tempo, nosso fazer também apresenta uma dimensão que é singular, presente no modo como cada um de nós se apropria dessas normas e in(corpo)ra esses debates com os valores que circulam na situação de trabalho, produzindo novas normas na tentativa de viver em saúde.

Ainda segundo o autor (SCHWARTZ, 2014), o encontro dessas duas dimensões nos afeta sempre como uma *dramática*, no sentido em que quando trabalhamos, somos convocados a todo momento a fazer escolhas que envolvem não só recursos pessoais, de nossa história de vida, mas também recursos que se dão na nossa relação com os outros e com o mundo. O suporte dessas dramáticas é o que Schwartz vai chamar de *corpo-si*, onde não há uma supremacia do corpo biológico, domínio do saber médico, nem da “alma” ou do “emocional”, mas um corpo-si que é uma “(...) entidade (...) que transgride todas as fronteiras entre o biológico e o histórico (...)” (SCHWARTZ, 2014, p.264), onde acontece a ancoragem entre o registro 1 (do protocolo) e o registro 2 (singular) da atividade, e nele é possível a reconfiguração de novas normas de viver.

O destaque que Schwartz traz à dimensão do corpo no fazer industrioso, nos é muito caro e será debatido ao longo de toda a tese, visto que concordamos com o autor que subestimar o corpo em ação é não entender a verdadeira natureza do uso de si e, de certa forma, renegar “(...) a tentativa do ser vivo de recentramento das restrições e recursos dos meios de vida em torno de suas próprias normas históricas de vida e de saúde.” (SCHWARTZ, 2014, p. 262). Assim, se a dimensão do corpo no trabalho é tão importante, mesmo em atividades em que ele parecia estar subjugado, como as atividades de serviço ou as atividades consideradas “intelectuais”, o que podemos apr(e)ender sobre a atividade ao analisarmos o trabalho de atletas profissionais onde o corpo é condição e produto, ou seja, onde a atividade acontece e a história do ofício de atleta se produz?



Fig.1: Personagem “Le Chat”, do cartunista belga Phillippe Geluck. No quadro acima o personagem diz: “Dizem precipitadamente que os jogadores de futebol não são intelectuais. E quando eles usam a cabeça?” (Tradução nossa).

Portanto, ao tratar-se do trabalho de atletas, entendemos que essa atividade industriosa se dá *no corpo e sobre o corpo*, pois assim como apontam Gasparinni e Pichot (2011, p. 17-18), uma análise do trabalho nas organizações esportivas coloca em jogo, de um lado, o corpo como uma “referência identitária”, mas mostra também o quanto se tira proveito dele como “capital corporal”, visto que aquilo que o *ofício* esportivo valoriza é uma competência esportiva que tenha sido desenvolvida através da experiência da prática em competições.

Assim, queremos reafirmar aqui que quando nos referimos ao corpo do atleta, partimos desta perspectiva de que não há uma separação entre “emocional-físico”; “técnico-pedagógico”; “intelectual-manual”, mas que todas essas dimensões se dão em processo dinâmico no corpo-si. Acrescentamos ainda, e principalmente no que se refere ao foco desta tese, que esse corpo-si e todas as dramáticas que ele suporta acontecem inscrito em uma história, e nunca de modo apartado da situação e do coletivo em que ele se encontra.

Deste modo, acreditamos ser importante esclarecer, também, sobre que coletivo estamos a falar. Assim como a palavra *atividade*, a palavra *coletivo* também se dá muito associada à prática esportiva, principalmente ligada à noção de que não há somente um praticante, mas uma equipe onde as funções são compartilhadas por mais de um atleta. Essa é uma noção que para nós se apresenta como limitada e estanque, pois para analisar de fato um coletivo é necessário entendê-lo como um processo dinâmico que se constitui a partir das situações reais de trabalho, onde os trabalhadores têm a possibilidade de construir projetos em comum e onde é considerado o encontro de escolhas e valores, de dramáticas de *usos do corpo-si* que estão em jogo (e *no* jogo). Para isso é preciso colocar em sinergia toda

uma multiplicidade de “agir competentes” (SCHWARTZ,1998; 2007), individuais e coletivos, não só para alcançar objetivos que foram construídos em comum, mas para criar um espaço em que seja possível desenvolver novos modos de “agir em competência”.

A princípio, não pensar o esporte no contemporâneo enquanto lugar de trabalho – seja de atletas, treinadores, preparadores físicos, especialistas da área da saúde e dirigentes esportivos – pode causar equívocos no que se refere à gestão dessas atividades. É o que nos diz Martinache (2012), quando ele aponta que as práticas de atividade física e esportiva, embora ocupem um lugar na sociedade, ainda são colocadas como atividades praticadas no espaço de “não trabalho” e de relações “apolíticas”. Ainda segundo o autor, a dificuldade de pensar a prática da atividade física e esportiva como trabalho pode produzir uma precarização do trabalho de seus praticantes, visto que comumente estes se encontram presos “(...) entre o martelo do paternalismo dos dirigentes do 'movimento esportivo' e a bigorna das empresas de marketing esportivo.” (p. 321, 2012).

Portanto, nesta pesquisa queremos chamar a atenção para o risco de desconsiderar o fazer esportivo enquanto trabalho e que esse é um debate que precisa ser feito quando se pensa em uma intervenção “psi” com atletas. Ao mesmo tempo, não podemos perder a perspectiva de que em meio a todas essas questões existe um ser em atividade, que não se coloca passivamente nas situações de trabalho, o que nos obriga a ir ver de perto como eles concebem e apreendem esse meio.

Neste sentido, entendemos que o objetivo principal desta pesquisa é o seguinte:

- Analisar o processo de formação e a gestão da dimensão coletiva do trabalho de atletas profissionais autônomos de vôlei de praia a partir do ponto de vista da atividade.

Para atingir esse objetivo dividimos a tese em 4 (quatro) capítulos, onde pretendemos ressaltar alguns aspectos peculiares do vôlei de praia observados a partir do nosso contato com este campo. Deste modo, entendemos que essa tese se desenvolverá assim como um *rally*, ou *disputa de bola* em uma partida de vôlei de praia onde os atletas se colocam a todo tempo, não só numa dinâmica de cooperação-oposição na tentativa de não deixar a bola tocar o chão, mas em meio a diversos embates: é trabalho - não é trabalho; amador - profissional; busca de movimento-padrão - ajustes das variabilidades; individual - coletivo.

Neste sentido, no primeiro capítulo, intitulado “Entender o vôlei de praia como trabalho”, pretendemos fazer uma contextualização do vôlei de praia enquanto modalidade esportiva e discutir o modo como se configura a organização do trabalho nesta modalidade. Ao

trazermos a performance não só como um produto ou resultado da ação esportiva, mas, principalmente, como um processo, procuraremos dar visibilidade ao debate que os atletas se deparam entre amadorismo-profissionalismo e a necessidade de considerar os impactos dessa dinâmica no modo como os atletas fazem a gestão de sua atividade. Além disso, buscaremos marcar o modo como queremos pensar o trabalho nesta tese e, assim, configurar o esporte também como um espaço de gestão de debates de normas.

Em seguida, no segundo capítulo, pretendemos apresentar a metodologia utilizada para construir nosso campo de pesquisa, explicitando as perspectivas teóricas que nos auxiliaram nesse processo e os desafios de se fazer uma pesquisa na praia. A partir da apresentação de um esquema onde consideramos a composição da dupla de jogadores como base dos debates de norma nesta atividade, destacamos duas temáticas principais para serem debatidas nos capítulos seguintes: formação profissional e gestão da dimensão coletiva.

Em vista disso, no terceiro capítulo pretendemos nos debruçar sobre a análise dos processos de formação desses atletas em meio ao debate que eles vivenciam entre a busca dos “movimentos-padrão” e os ajustes às variabilidades. Neste capítulo, buscaremos os aportes da Ergonomia da Atividade, assim como da Gênese Instrumental (RABARDEL, 1995) e de alguns contributos da Clínica da Atividade (CLOT, 1997; 2010), para afirmarmos os gestos profissionais e o corpo-si do atleta como instrumento do poder de agir.

No quarto e último capítulo, pretendemos levantar o debate sobre o modo como os atletas fazem a gestão da dupla e da dinâmica entre individual-coletivo, e como se desenvolvem a cooperação e a construção de referenciais cognitivos comuns, mesmo quando os componentes de uma dupla treinam em locais separados e/ou quando a organização do trabalho no vôlei de praia, extremamente competitiva, obriga os atletas a mudarem de parceiros constantemente na tentativa de se manterem no ranking principal.

Trazer o debate sobre a questão da formação profissional e da dimensão coletiva em nossa tese foi apenas uma tentativa de delimitar os objetivos de nossa pesquisa, e, portanto, entendemos que são apenas dois aspectos a serem analisados diante da complexidade que encontramos no campo esportivo. No entanto, acreditamos que através dessas análises poderemos afirmar a perspectiva da atividade situada como base para combater intervenções que isolam os atletas do seu contexto em performance.

CAPÍTULO 1. ENTENDER O VÔLEI DE PRAIA COMO TRABALHO

Um dos pontos centrais de discussão de nossa pesquisa é a necessidade de entender como o esporte se configura e emerge enquanto trabalho antes de nos debruçarmos sobre a análise do trabalho de atletas de vôlei de praia, especificamente. Embora não tenhamos a pretensão de fazer aqui uma abordagem histórica sobre esta temática e correr o risco de cometer alguns equívocos metodológicos, acreditamos que é importante contextualizar nosso objeto de estudo para, a partir daí nos debruçarmos sobre os debates com que os atletas de nossa pesquisa se deparam nesta atividade. Neste sentido, pretendemos contextualizar o modo como se configura a organização do trabalho no vôlei de praia, pois entendemos que não podemos desconsiderar tais questões ao pensar o desenvolvimento profissional destes trabalhadores.

Deste modo, afirmamos mais uma vez nossa aposta na perspectiva ergológica e outros autores que pensam o trabalho sob o ponto de vista da atividade como o fio que tece esta tese, pois entendemos que não é possível apresentar uma contextualização que aponte somente os fatos cronológicos. Assim, sem perder de vista a perspectiva que Schwartz aponta de que a ergologia é “(...) uma concepção do humano como ser em atividade: (...) um ser em permanente debate de normas (renegociações) com seu meio de vida” (SCHWARTZ, 2016b, p.254), partimos do olhar para o ser em atividade, que atualiza o que há de norma na história ao mesmo tempo em que a singulariza e a produz, não se adaptando simplesmente, mas é o tempo todo passado-presente.

Portanto, a partir dessa perspectiva, pretendemos apresentar o vôlei de praia como modalidade que é, assim como aponta Costa (2007, p.36)

[...] constituída por pessoas que estão orientadas umas para as outras e unidas das mais diversas maneiras, cujas relações refletem os diferentes potenciais de poder exercidos nesses contatos. Essas pessoas, por sua vez, são movidas por valores que se formam e se transformam no próprio decorrer do contato entre elas. Há, dessa forma [...] uma teia de relações humanas em constante mutação que respondem pela formação do próprio campo, ou seja, os agentes do campo do vôlei de praia formam um grupo social que se relaciona tanto com grupos internos quanto com externos ao campo e é dentro desse universo que acontecem os entrelaçamentos dos atos, das necessidades, das ideias e dos impulsos, dando origem à dinâmica de funcionamento do campo.

Sem desconsiderar as contribuições dos diversos estudos sobre o desenvolvimento do esporte e seus atravessamentos com o modo como a sociedade se configura, entendendo

o quanto a prática esportiva se apresenta como mais uma prática de controle, higiene, de esquadramento e de pedagogia dos corpos (SOARES, 2006), nosso foco é apontar aqui que a prática esportiva também é um campo de atuação profissional e que merece nossa atenção cuidadosa.

1.1. (Re) visitar o conceito de esporte

Como dissemos anteriormente, partiremos de uma concepção de esporte enquanto um fenômeno social inserido em um conjunto de práticas corporais institucionalizadas e situadas. Deste modo, seguimos com Melo (2010) que nos ajuda a entender a institucionalização e emergência desse fenômeno social enquanto teorização e configuração de um campo de práticas de consumo. O autor afirma que para pensar no conceito de esporte é preciso estar atento aos terrenos linguísticos em que ele emerge e às condições históricas e sociais, além das especificidades culturais. Neste sentido, Melo e Fortes (2010) apontam que a palavra *sport* foi registrada pela primeira vez no século XV, na Grã-Bretanha, mas é durante a transição dos séculos XVIII e XIX que a palavra ganha seu sentido atual. De acordo com os autores (MELO E FORTES, 2010, p.12):

[...] a prática se espraia pelo mundo, sempre mantendo muito de seu caráter original, mas também dialogando com as peculiaridades locais. Essa é uma das chaves de sua popularidade, juntamente com o fato de se estruturar ajustando-se bem ao conjunto de comportamentos considerados adequados para a consolidação do novo modelo de sociedade em formação, do capitalismo, do ideário e imaginário da modernidade.

Tal discussão segue os preceitos de Pierre Bourdieu (1983) que, a partir de um olhar sociológico sobre o esporte, aponta que embora seja necessário entender os movimentos sociais e econômicos que propiciaram a emergência do esporte moderno, pensar na sua história é pensar também na configuração de um campo com regras próprias que além de produzir demandas sociais de consumos, produz também novos saberes e especialidades.

Aliás, o que autor nos apresenta aqui é que o campo das práticas esportivas também vai se configurar em um lugar de diversos debates, incluindo o debate sobre os usos do corpo nas diversas modalidades. Assim, Bourdieu afirma que para se compreender uma modalidade esportiva é preciso que se entenda qual sua representação no campo (dimensão de praticantes, financeira, publicitária, etc.), mas também que tipo de relação a modalidade faz com o uso do corpo (BOURDIEU, 2004).

Esse é um ponto que Vigarello e Chartier (1982) também trazem para debater a trajetória histórica do (s) esporte (s). Segundo os autores, é mister entender o esporte e suas práticas de modo situado, visto que na medida em que os encontros, não só entre escolas, mas entre nações¹¹, acontecem, é possível entender como elas vão se modificando ao longo da história e, conseqüentemente, seu movimento de profissionalização. As contribuições de Georges Vigarello e outros autores colaboradores (VIGARELLO E CHARTIER, 1982; VIGARELLO E VIVES; 1985) vão ao encontro da perspectiva ergológica, pois esse autor desenvolve uma discussão sobre o corpo inscrito na história, ou melhor, sobre as práticas do/sobre o corpo ao longo da história, como aponta Sant’anna (VIGARELLO, 2000, p.226):

Vigarello historiciza [...] a emergência de intolerâncias inéditas diante do que cada cultura concebe como sendo higiene, deformação física, ausência de civilidade. Mais do que saber o que é o corpo ou a saúde em cada cultura, interessa-lhe perceber as distâncias entre o limpo e o sujo, o saudável e o doente, o forte e o fraco, detectando as astúcias e as lutas necessárias para a construção de tais dualismos.

Portanto, o autor entende que somente através das tensões, das práticas sobre o corpo é possível perceber que é nele que as rupturas e o acontecimento se dão, visto que o corpo não é passível de ser dominado ou determinado historicamente, pois é por meio dele que é revelado como o mundo é construído. Trazer as contribuições de Vigarello (1982;1985; 1986; 1988; 1990; 2000; 2003; 2014) para nossa pesquisa é fundamental, uma vez que ele nos auxilia a contextualizar o fazer esportivo. Ele nos aponta que fazer uma história do esporte é importante, pois além de podermos entender o movimento que produz o gosto pela excitação esportiva, podemos entender também “[...] o gosto em relação às técnicas e ao uso das máquinas.” (VIGARELLO, 2014, p.328)

Esta discussão sobre a relação dos atletas com as técnicas será mais bem discutida ao longo desta tese, pois entendemos que esse debate é um dos pontos que compõem nossa hipótese de que a questão “emocional” não pode ser concebida separadamente da atividade de trabalho, ou então como algo a ser “controlado”, como muitos profissionais do esporte colocam quando se referem à intervenção “psi” com atletas. Segundo Clot (2014), Vygotski irá apontar que as emoções, os afetos não podem ser vistos como um obstáculo ao

¹¹ Vigarello afirma que foi com a primeira Copa do Mundo de 1930 no Uruguai que se instala o esporte moderno, visto que ali já se pode ver os principais elementos que configuram o esporte no contemporâneo, que são: o sentido de “neutralidade” e “universalidade” das regras e regulamentos e a criação de um corpo de especialistas capazes para julgá-las e modificá-las quando necessário (judicialização da prática esportiva); o grande deslocamento de pessoas (jornalistas, equipes e espectadores) e a constituição de uma economia turística que transforma toda a paisagem financeira e econômica dos países com a institucionalização dessa prática enquanto um espetáculo (VIGARELLO, 1990).

desenvolvimento, pois eles se realizam num sistema complexo de conceitos e de técnicas. Deste modo, Clot (2006, p.27) afirma:

Para Vygotski, os sistemas de conceitos, os sistemas de técnicas – técnicas sociais, por exemplo – não são um contexto para as emoções. Elas *agem* nas emoções, transformando-as. Então, os conceitos são recursos para o desenvolvimento das emoções, da mesma maneira que os afetos e as emoções são recursos para o desenvolvimento dos conceitos. Há, portanto, migração funcional entre eles.

Ainda para este autor as emoções seriam uma “[...] antecipação sensível e corporal das ações sobre ele mesmo [o sujeito] que estão implicadas na situação, um sinal interior sentido antes de qualquer apreciação racional” (CLOT, 2014a, p. 132).

Portanto, o debate entre o desenvolvimento de tecnologias e o modo como o corpo apre(e)nde esse desenvolvimento não pode ser ignorado quando falamos do corpo do atleta que, segundo Bernuzzi de Sant’anna (2000), é um lugar de encontro de tecnologias não só no uso de materiais e vestimentas, mas principalmente em tecnologias que interferem na composição corporal (alimentos e fármacos especiais) e nos movimentos e gestos dessa atividade. Deste modo, ela aponta que a técnica não é apenas uma aplicação industrial, mas envolve toda uma conjuntura social e cultural que atravessa a apropriação dessa técnica em um determinando momento histórico (BERNUZZI DE SANT’ANNA, 2000).

Em vista disso, marcar essa perspectiva situada para entender o fenômeno esportivo é importante, pois entendemos que para que haja uma intervenção “psi” com os trabalhadores do esporte é preciso que o campo esportivo seja concebido enquanto instituição de práticas, saberes e valores e que, por isso, deve ser analisado de perto na tentativa de entender o modo como seus atores se relacionam e constituem essas práticas. Portanto, quando queremos entender o esporte enquanto trabalho, pretendemos, também, partir dessa perspectiva para não correremos o risco de generalização sobre a questão do trabalho neste campo.

Antes de prosseguirmos nessa discussão, faremos uma breve contextualização do vôlei de praia para então darmos continuidade ao debate sobre a concepção de trabalho que pretendemos nos basear nesta pesquisa para pensar o modo como os atletas se relacionam com a organização do trabalho no vôlei de praia.

1.2. Breve contextualização do vôlei de praia

Tendo como base, portanto, esse debate de como a prática esportiva se torna também um campo profissional, faremos uma breve contextualização do vôlei de praia e sua emergência enquanto uma modalidade esportiva. Deste modo, podemos considerar que o voleibol de praia, assim como seu precursor, o voleibol de quadra, é considerado um esporte estritamente situado na era moderna, uma vez que emerge como uma prática situada em uma configuração social específica.

O voleibol de quadra, inicialmente chamado de *minonette*, foi criado nos EUA, em 1895, por William Morgan, trazendo elementos de outros esportes ou práticas corporais, como o tênis – a partir do uso da rede – o handebol e o beisebol. A modalidade foi criada visando um público seletivo – de empresários e homens de negócio – que queriam praticar uma atividade de entretenimento “sadia”, mas com pouco ou nenhum contato físico e sem maiores impactos competitivos quanto o basquetebol (MARCHI JUNIOR, 2006; OLIVEIRA, 2009).

A prática do vôlei de quadra portanto, tem sua representação bem clara em algumas entidades e instituições importantes: as entidades religiosas, pois a primeira notícia que se tem da prática do voleibol foi na *Young Men's Christian Association (YMCA)*; e nas Forças Armadas, configurando-se também como espaço importante para a divulgação da modalidade, já que os soldados da primeira guerra praticavam o voleibol quando não estavam combatendo e, ao retornarem para os EUA como heróis de guerra, seus valores são inseridos em um estilo de vida estadunidense.

Além disso, especificamente para o vôlei de praia, os *beach clubs* e as universidades da Califórnia, principalmente, tornam-se os principais espaços desta modalidade, pois tais práticas esportivas, assim como a utilização dos espaços de natureza para elas, estavam diretamente relacionadas a um fortalecimento econômico de uma determinada classe social nos Estados Unidos, pós-Primeira Guerra Mundial (AFONSO E JUNIOR, 2012).

Com o aumento e divulgação da modalidade e maior aceitação nos clubes, as empresas organizadoras dos eventos criam uma associação que tem como objetivo regulamentar e gerenciar os torneios, a *Californian Beach Volleyball Association (CBVA)*. A partir da década de 70, o investimento financeiro nas premiações e publicidade aumentam, e a partir da década de 80 as redes de televisão começam a se interessar pela modalidade. Um dos principais meios de divulgação do vôlei de praia foi a série de TV estadunidense “Magnum”, que mostrava o modo californiano de viver. Segundo Afonso e Junior (2012), o

ator Tom Selleck, que interpretava o personagem principal da série, era um apreciador do esporte e fazia questão de mostrar a modalidade durante os episódios, contratando jogadores profissionais.

Um desses principais jogadores da modalidade, Sinjin Smith, viu as inúmeras possibilidades que o voleibol de praia tinha, e percebeu que era preciso assumir os rumos de sua organização frente aos interesses das empresas de publicidade e de materiais esportivos. Esse ponto é muito interessante para nossa pesquisa, visto que a partir de um movimento dos próprios jogadores, o voleibol de praia passa de uma prática corporal de lazer para a constituição de um campo profissional. O modo como as empresas de eventos e os patrocinadores organizavam os campeonatos, as regras da modalidade, ou pensavam na inserção de novos materiais para o jogo, visava apenas as melhorias de veiculação do esporte na mídia e a possibilidade de aumento de lucro frente ao mercado de consumo que o voleibol de praia proporcionava, desconsiderando a participação dos atletas como agentes importantes desse processo. Desta forma, foi preciso que os jogadores se posicionassem, pois, muitas das modificações interferiam diretamente sobre o modo de jogar, como, por exemplo, o material da bola que era utilizada nos torneios absorvia demais o suor e fazia o jogo ficar mais pesado para os atletas.

Assim, pensando nessa e outras questões que atravessavam o modo como o voleibol de praia ia se configurando nos EUA, os jogadores se organizaram e criaram a *Association of Volleyball Professional (AVP)* no ano de 1983, onde seria possível profissionalizar o esporte, mas que levaria em conta aquilo que os jogadores acreditavam que seria melhor para o trabalho. De acordo com Afonso e Junior (2012), a AVP estabeleceu algumas diretrizes de regulamentação do voleibol de praia, em que um conselho de atletas deveria sempre participar das decisões sobre as regras e formato dos campeonatos, do valor das premiações, das modificações e alterações de todo o equipamento utilizado nos torneios, além da necessidade de abrir oportunidade para pequenos investidores, quebrando o monopólio das grandes empresas de materiais esportivos e de televisão.

Deste modo, é possível perceber que havia um interesse da AVP em proteger os interesses dos jogadores em relação às empresas e patrocinadores dos eventos. Esse movimento dos jogadores da AVP tem, até hoje, conflitos com o modo como a Federação Internacional de Voleibol (FIVB) gerencia o voleibol de praia no mundo, o que faz os campeonatos da AVP serem diferentes dos campeonatos promovidos pela FIVB, inclusive com regras próprias.

Entender o modo de configuração do vôlei de praia nos EUA é importante, pois afeta diretamente o desenvolvimento da modalidade em âmbito internacional e, principalmente, no Brasil, onde o voleibol de praia é considerado pela FIVB, na atualidade, um dos melhores do mundo.

A prática do voleibol de praia no Brasil tem registros datados de 1940 com presença maciça de praticantes da elite moradora e frequentadora da região litorânea da cidade do Rio de Janeiro (OLIVEIRA E COSTA, 2010). A ocupação do espaço da praia para prática de atividades físicas na cidade se mescla com a propagação de um modo de vida onde, segundo Dias e Alves Junior (2007), a “(...) exibição pública dos corpos e particularmente o esporte desempenhariam um papel chave (...) desse famoso jeito [extrovertido] de ser carioca (...)” (2007, p.40), e a prática do vôlei de praia surge como mais uma atividade lúdica que representaria esse cenário, caracterizando-se como uma modalidade esportiva em que os fundamentos se fazem na medida em que o solo se movimenta, que o vento sopra, com seus participantes bronzeados expostos ao calor do sol. De acordo com Oliveira e Costa (2010), as quadras na faixa de areia se localizavam, principalmente, entre os bairros de Copacabana e Ipanema e contavam com frequentadores amadores e jogadores que migravam dos clubes de vôlei de quadra para jogar nos finais de semana. Esse é um ponto que nos chama atenção, visto que a presença de jogadores profissionais nesse espaço, segundo as autoras, fazia com que esses atletas socializassem seus conhecimentos sobre o esporte e assim fizessem circular as técnicas e execução de movimentos realizados na quadra.

Ainda de acordo com Oliveira e Costa (2010), foi na prática do vôlei na praia que as mulheres¹² puderam praticar o esporte fora do espaço escolar, inclusive compartilhando o jogo em equipes junto com os homens – fato que se deve principalmente ao modo de configuração do jogo, onde não há muito contato físico entre os participantes e os gestos técnicos evidenciam uma plasticidade polida.

Entretanto, embora o vôlei de praia seja praticado no Brasil desde 1940, é a partir de 1985 que a atividade passa de uma prática de lazer para um campo de investimento profissional e mercadológico. Ao contrário do que vimos nos Estados Unidos, onde a AVP, formada por atletas, era extremamente participativa quanto à configuração e à

¹² A presença da mulher no vôlei de praia no Brasil é importante, não só pela conquista das primeiras medalhas olímpicas femininas para o país em 1996, mas porque foi a partir da liderança de uma mulher que se destaca a prática no Rio de Janeiro. A quadra da Tia Leah, localizada na praia de Copacabana, fixou-se como ponto de encontro de praticantes desde 1940-1950, e ganhou fama internacional com a frequência de jogadores profissionais convidados por ela, nas décadas de 70 e 80, tornando-se a base para o desenvolvimento das técnicas da modalidade, mas também de comportamentos em quadra (Oliveira, Mourão e Costa, 2010)

institucionalização do Vôlei de Praia, posicionando-se, inclusive, em relação às interferências da Federação Internacional de Voleibol (FIVB), no Brasil, toda a estruturação da modalidade, incluindo a normatização das regras e regulamentos do jogo, foi submetida à governança da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e a uma grande empresa de marketing esportivo (AFONSO, 2012).

São poucos os registros acadêmicos sobre o desenvolvimento da modalidade no Brasil; porém, é comum a eles que o modo de gerenciamento da CBV juntamente com uma empresa de marketing, aliado à abertura da influência da FIVB, foram determinantes para que o voleibol de praia no Brasil viesse a ter projeção mundial. Segundo Costa (2005), o modelo gerencial da CBV toma o voleibol de praia como um produto de alto poder mercadológico, onde os clientes seriam os torcedores, a mídia e os patrocinadores, e que a partir da fala de um dos antigos presidentes da CBV, a profissionalização do esporte refere-se às condições de se realizar um evento de grande porte. Alia-se a esse quadro a entrada de um banco estatal, que na busca de projetar sua influência perante o mercado mundial inicia uma política de patrocínios a jovens marcas¹³.

O circuito nacional patrocinado pelo Banco do Brasil já atingiu independência financeira; entretanto, como patrocinador oficial do voleibol brasileiro, todas as questões relativas a gestão e funcionamento do evento implantadas pela CBV devem ser compartilhadas com o banco, como, por exemplo, a escolha das cidades onde ocorrerão as etapas do circuito, o calendário dos jogos, e/ou qualquer tipo de inovação ou material a ser utilizado nos eventos (COSTA, 2005).

Mas nos perguntamos aqui qual a participação dos atletas nesse processo? Como foi possível que se formasse um espaço de profissionalização e de desenvolvimento para os atletas? Sobre a participação dos atletas brasileiros nas decisões e no gerenciamento da modalidade, são poucos os registros de associações defendendo os direitos destes. Dentre elas só encontramos a Associação de Vôlei de Areia criada em 1989, mas sem indícios de funcionamento nos dias atuais, e mais à frente, antes e após os jogos olímpicos de Atlanta (1996) e Sydney (2000), alguns jogadores, em sua maioria vindos do vôlei de quadra e com prestígio como campeões olímpicos em 1992, buscaram unir os atletas para melhores condições de estrutura para os treinos e jogos na praia, como, por exemplo, a presença de

¹³ A presença do Banco do Brasil como principal patrocinador do voleibol brasileiro é importante neste contexto, pois o patrocínio tem impactos no ranking dos atletas e no modo como eles têm que escolher seus parceiros de jogo. Chamamos a atenção para o fato de que o banco não patrocina os atletas individualmente e, sim, a estrutura do espetáculo, via CBV.

um corpo médico na arena preparado para atender os atletas caso tenham alguma lesão grave ou se sintam mal durante o jogo (AFONSO, 2002).

1.2.1. Regulamentos e regras da quadra para a praia: um debate entre defesa-recepção-ataque.

Trazer os regulamentos e as regras do vôlei de praia é importante para debatê-los também sob a perspectiva que queremos imprimir nesta tese, e embora os atletas participantes dessa pesquisa apontem que o vôlei de praia “é um esporte totalmente diferente do vôlei de quadra”, trazer alguns aspectos do vôlei de quadra pode nos auxiliar a entender as modificações e transformações do jogo que trouxe peculiaridades desse fazer na praia. Além disso, essa discussão aponta que o modo como são pensadas e inseridas as regras e os regulamentos interferem no desenvolvimento e na formação das técnicas dos jogadores.

Para fazermos essa discussão partiremos das contribuições de Éloi (2011), que através das contribuições da abordagem tecnológica cultural (VIGARELLO, 1988) e da mobilização de artefatos¹⁴ (RABARDEL, 1995) pretende mostrar os elementos paradoxais nas mudanças das regras do vôlei de quadra e seus impactos no desenvolvimento estratégico-tático-técnico do jogo, principalmente com a inserção da figura do jogador que assume a posição de líbero na equipe, na década de 90.

Embora a posição de líbero não exista no vôlei de praia, fato que explicitaremos melhor ao longo deste capítulo, dois aspectos característicos desta modalidade se mantiveram quando o jogo se expandiu da quadra para a praia: a relação de cooperação-oposição do voleibol e o embate entre ataque-defesa (ÉLOI, 2011; FAGUNDES, OLIVEIRA E RIBAS, 2015). Estar atento a esses dois aspectos nos ajuda a entender como as regras e os regulamentos exprimem mais do que orientações a serem estritamente seguidas, mas como aponta Vigarello “[...] o regulamento é frequentemente mais que um simples ‘resultado’. Ele é um compromisso, uma síntese. O regulamento é um ponto de reencontro de diferentes histórias. E ele é também em certa medida, um resultado” (VIGARELLO, 1988, p.188, tradução nossa). Neste sentido, Éloi (2011) afirma que o voleibol é um exemplo desse compromisso, pois “ele é o esporte coletivo cujo regulamento se submeteu a mais evoluções nas últimas duas décadas.” (ÉLOI, 2011, p.50, tradução

¹⁴ Quanto ao debate sobre artefatos e instrumentos da atividade, ele será mais bem desenvolvido no terceiro capítulo desta tese.

nossa). Segundo o autor, o ápice dessas mudanças foi, provavelmente, na temporada 1998-1999 durante a qual se introduziu, entre outras mudanças, a modificação radical do sistema de contagem de pontos (ÉLOI, 2011)¹⁵.

A mudança de sistema de contagem também foi feita no vôlei de praia. O sistema de contagem antigo funcionava em um esquema de vantagem, ou seja, uma equipe só pontuava se ganhasse duas disputas de bolas seguidas, e ganhava o set a equipe que fizesse 15 pontos primeiro, mantendo a diferença de dois pontos acima da equipe adversária. Em caso de empate 15-15, ganhava o set a equipe que conseguisse abrir a diferença de dois pontos primeiro. Com a mudança na contagem, inicialmente, tanto na quadra quanto na praia, a vantagem foi retirada, e os sets iam até 25 pontos; entretanto, por conta do intenso desgaste dos jogadores da praia, no sistema de contagem atual o set vai até 21 pontos e cada disputa de bola vale ponto (“*rally point*”)¹⁶. Na época, as modificações foram alvo de diversos debates, tanto por parte da imprensa, como por parte de treinadores e jogadores (ÉLOI, 2011).

No vôlei de quadra, de acordo com Éloi (2011), os questionamentos levantados referiam-se, principalmente, ao nivelamento das equipes e a um possível desequilíbrio na relação ataque-defesa, o que poderia acarretar um desinteresse do público pela modalidade. No entanto, de acordo com estudos anteriores feitos por esse autor e colaborador (ÉLOI E ULRICH, 2001, apud ELOI, 2011), a diferença de nivelamento entre as equipes não foi afetada de modo significativo, e esse desequilíbrio entre ataque e defesa existe como característica primária do voleibol, tendendo para uma supremacia ofensiva mesmo que os legisladores tentem sucessivamente buscar modificações do regulamento para amenizar esse quadro. Acerca dessa questão, entendemos que é preciso fazer algumas ressalvas quanto às afirmações desse autor.

Primeiramente, uma questão que pode trazer algum impacto nesse debate e interferir no equilíbrio defesa/ataque, tanto no vôlei de quadra quanto no de praia, é a questão de gênero. No texto de Eloi (2011), o autor não faz uma distinção entre equipes masculinas e femininas e, portanto, não sabemos se isso pode vir a ter impacto no desequilíbrio defesa-ataque. Esse é um dos pontos que não discutiremos nesta tese, mas que acreditamos ser uma

¹⁵ “A cinco dias do Mundial, FIVB aprova sets com 25 pontos corridos em lugar de 15; regra vale a partir de janeiro. Federação muda contagem de pontos”. Folha de São Paulo. Esporte. Vôlei. 29 de outubro de 1998. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk29109821.htm>. Acesso em:08/09/2018

¹⁶ “Vantagem deixa também a areia. Decisão de abolir atual sistema deixa dirigentes e atletas receosos”. Folha de São Paulo. Esporte. Vôlei de Praia. 27 de outubro de 2000. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2710200021.htm>. Acesso em 10/09/2018.

questão de extrema importância para ser desenvolvida em futuros trabalhos. No que se refere à modalidade que é objeto de nossa pesquisa, o vôlei de praia, entendemos que a questão gênero também pode ser um ponto a acrescentar nesse debate, mas para além desse fato, o vôlei de praia apresenta algumas características diferenciais importantes e que devem ser levadas em conta se comparadas ao vôlei de quadra.

O voleibol de praia geralmente é jogado por duas equipes formadas por duplas de jogadores, posicionadas uma de cada lado da quadra, separadas por uma rede. No voleibol de quadra as equipes são compostas por 12 jogadores (6 titulares e 6 reservas) e cada um exerce uma função diferenciada e específica durante a partida, podendo haver substituições quando necessário. Já na praia, os jogadores que compõem a dupla devem exercer, ao mesmo tempo, todas as funções de saque, ataque, defesa-recepção, levantamento, que são compartilhadas entre os 6 da quadra.

Além disso, no vôlei de praia não há substituição de jogadores durante as partidas, o que exige dos atletas uma preparação física extremamente forte que os possibilite aguentar partidas longas, e perante as diversas variações climáticas: dentro da arena, em locais de forte calor, a temperatura da areia pode chegar aos 50 graus. Portanto, essa especificidade do ambiente da praia e o número de jogadores que compõem a equipe, pressupõem que o posicionamento dos jogadores em relação a defesa/ataque se apresente de modo diferente na praia.

Ao retomarmos as análises de Eloi (2011), o autor afirma que a modificação das regras pelos legisladores tinha, principalmente, duas motivações: 1) diminuir o poder de ataque; 2) aumentar o poder da defesa. Algumas modificações do regulamento que passaram a favorecer os movimentos de defesa no vôlei de quadra também se aplicaram ao vôlei de praia, como a regra que autoriza o bloqueador a tocar a bola imediatamente após seu bloqueio na tentativa de auxiliar a equipe na defesa; a não contabilização deste toque no total de toques que a equipe deve realizar para reenviar a bola em direção à quadra adversária na tentativa de ganhar o ponto (*side out* ou virada de bola); possibilidade de toques simultâneos no momento de recepção, pois entende-se que dependendo da intensidade do ataque, o controle sobre a bola é difícil e, portanto, aumenta-se a tolerância relativa ao contato com a bola; e, por fim, a possibilidade de poder defender com qualquer parte do corpo além das mãos.

Ainda de acordo com Eloi (2011), algumas regras, no vôlei de quadra mais especificamente, foram modificadas para “reduzir os direitos dos jogadores ao ataque” (ELOI, 2011, p.56, tradução nossa), como a inserção da linha de 3 metros que limita o espaço de movimentação para o ataque dos jogadores de fundo de quadra. Não nos preocuparemos

em detalhar essa regra, pois no vôlei de praia ela não se aplica justamente pelas peculiaridades de formação de equipe (dupla) e características ambientais da quadra. No caso do vôlei de praia, não existe limitação de movimentação dos jogadores para realizar o ataque. De todo modo, o autor levanta a hipótese de que, apesar das modificações, a existência da diferença no número de regras que limitam o poder de ataque para o número de regras que favorecem a defesa ainda dão vantagem ao poder ofensivo do jogo, pois segundo ele, existe uma “vontade de conservar o caráter espetacular dos ataques de bolas no ar.” (2011, p.56, tradução nossa)¹⁷.

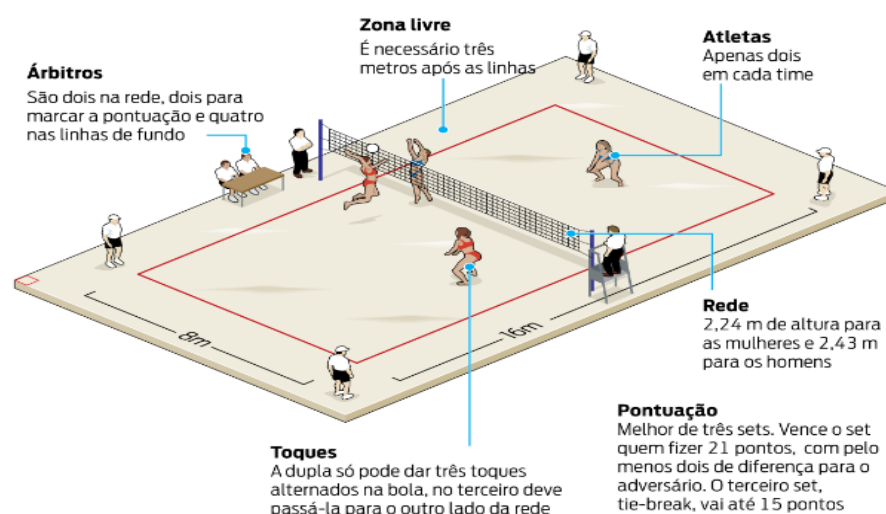


Fig. 2: Representação de uma quadra de vôlei de praia. Retirada de <https://campingnatural.blogspot.com.br/2016/07/volei-de-praia.html>. Acesso em 09/01/2018

Aliás, o debate sobre a espetacularização do esporte é um ponto fundamental para nossa pesquisa, pois esse aspecto nos ajuda a entender como se configura a organização do trabalho no esporte e a relação de profissionalização com o desenvolvimento midiático do voleibol. Neste sentido, Eloi (2011) aponta que “toda atividade esportiva tende a se desenvolver e um dos vetores essenciais de comunicação moderna é sua imagem.” (2011, p.56, tradução nossa). Eloi então retorna mais uma vez a Vigarello (1988), quando este autor afirma que (VIGARELLO, 1988, p.149, tradução nossa)

¹⁷ De acordo com Oliveira (2009, p.130), “o estilo de jogo brasileiro foi afetado por essas mudanças, demonstrando sinais que houve um aperfeiçoamento da defesa”, fato que se contrapõe à análise que Eloi (2011) defende. Como exemplo, Oliveira ressalta a figura do ex-líbero da seleção brasileira, Serginho, que foi considerado pela FIVB, durante muitos anos, o maior expoente mundial na realização do fundamento de defesa no vôlei de quadra. Oliveira aponta que o atleta realizava “[...] defesas complicadas, utilizando até mesmo os pés [...]” (OLIVEIRA, 2009, p.130).

antes de ser consumida, a imagem tornou-se, recentemente, o suporte de uma promoção e uma valorização do objeto. Até dá, às vezes, a existência e o significado. Modo de circulação de coisas, veículo de ligação social, frequentemente ela toma lugar dos próprios fatos.

Quanto a esse aspecto, Eloi (2011) aponta que os dirigentes do voleibol se esforçam para que a modalidade ganhe cada vez mais visibilidade nas suas transmissões, fato que pudemos ver anteriormente no breve histórico apresentado. Segundo o autor, a partir de uma declaração do treinador da equipe francesa, a FIVB tinha a intenção de aprimorar os seguintes pontos para dar maior visibilidade à modalidade: “melhorar o aspecto do espetáculo para fãs, patrocinadores e mídias; melhorar/aumentar a duração dos *rallys* durante a tentativa de conquista de um ponto; resguardar as mesmas regras para toda a família do voleibol, qualquer que seja a idade ou o sexo.” (BLAIN, 2010, p. 32, apud ELOI, 2011, p.57).

Portanto, percebemos aqui que, além das modificações de regras inerentes ao jogo (reequilibrar ataque-defesa), a necessidade de tornar o voleibol mais espetacularizado e viável de ser transmitido na mídia televisiva são fatores que devem ser considerados quando se pretende fazer uma análise do trabalho de atletas, pois essas questões também causam impactos sobre as evoluções técnicas (VIGARELLO, 1988; ELOI, 2011).

Podemos problematizar, por exemplo, que a inserção do tempo técnico de um minuto quando uma das equipes atinge 8 e 16 pontos teve, como motivação primeira, a criação de um “tempo de publicidade”, ou seja, um espaço no meio da transmissão da partida para propaganda das marcas patrocinadoras do evento (ELOI, 2011), e não a criação de um espaço em que os atletas pudessem se recompor fisicamente ou conversar sobre o andamento do jogo e seus possíveis ajustes. Esses últimos aspectos citados, portanto, foram secundários no modo como o espetáculo do voleibol foi organizado.

Deste modo, tendo em vista o debate anteriormente apresentado, faremos uma breve descrição de como se organizam os principais campeonatos no vôlei de praia no Brasil, dando destaque ao sistema de pontuação de *ranking* como um fator de impacto para as análises do trabalho dos atletas ao longo desta tese.

1.3. Os Circuitos Nacionais de Vôlei de Praia

No Brasil existem 3 campeonatos nacionais principais – Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia (Open, Nacional e Challenger) – que acontecem divididos em várias etapas ao longo do ano, paralelamente às etapas de circuitos mundiais e sul-americanos. Ao final

do Circuito BB Open, ocorre o Super Praia, onde as 8 melhores duplas do ranking concorrem. O molde da competição com etapas de jogos em diferentes regiões do país foi pensado de modo a manter os atletas competitivos durante o ano todo (COSTA, 2005), pois o Open, que é o torneio principal, costuma ter intervalos para que os jogadores no topo do *ranking* possam jogar os mundiais.

Nesse momento de pausa, os jogadores que não participam do mundial participam do torneio Challenger (COSTA, 2005) e é nesse momento que duplas que estão fora do ranking do Open buscam uma colocação para entrar no circuito principal sem passar pelo *qualifying* – fase do torneio que trataremos com mais detalhe, logo adiante. Todas as duplas que fazem parte do circuito recebem uma gratificação financeira, de acordo com seu posicionamento no *ranking* ao final de cada etapa do Circuito. Em vista disso, cabe aqui uma breve explicação sobre o ranking de atletas, pois ele causa muitos impactos no modo como os atletas gerenciam sua carreira.

De acordo com o Regulamento Oficial do Circuito Banco do Brasil de Vôlei de Praia (CBBVP)¹⁸, “o *ranking* fornece uma escala objetiva de valores para todos os atletas e duplas participantes do CBBVP NACIONAL e CBBVP OPEN com base em mérito” (p.21). Ele se divide em 03 (três) tipos: Individual e Duplas – ambos considerados para entrada em cada etapa no Circuito Principal (Open) – e o Final de Duplas.

Os pontos do *ranking* individual são contados por atleta, pela participação em cada etapa do circuito e “[...] consistirá na soma dos 04 (quatro) melhores resultados obtidos pelo atleta em suas 05 (cinco) últimas participações entre as 10 (dez) últimas etapas realizadas do CBBVP NACIONAL e CBBVP OPEN” (p. 21). Para a pontuação do *ranking* de duplas somam-se os pontos individuais de cada componente da dupla a qual servirá como parâmetro de classificação da mesma, para participação em cada etapa, “[...] além de definir colocações dentro dos grupos, posições na tabela e desempates.” (p. 21) O *ranking* final de duplas define as duplas campeãs do circuito e [...] será obtido pela soma de pontos (pontuação individual geral) conquistados pela dupla ao longo da temporada [...]. Somente serão considerados os pontos que os atletas obtiverem jogando juntos. Haverá descarte de um resultado (pior resultado).” (p. 21)

Quando uma dupla não se classifica automaticamente para uma etapa do Open, ela terá que participar do “torneio *qualifying*” onde 24 duplas disputam 4 vagas para participar

¹⁸ No momento de confecção desta pesquisa, nos referenciamos pelo Regulamento Open CBBVP 2016/2017. IN:<http://cbbvp.cbv.com.br/anexos/REGULAMENTO-OPEN-2016-16-09.pdf> . Acesso em:28/11/2016

do circuito principal (Open). Nessa fase, todos os gastos com passagem e hospedagem ficam por conta da dupla, e se perderem no torneio *qualifying* não recebem nenhum tipo de remuneração. Pelo regulamento do Circuito de 2016/2017, receberá uma premiação em dinheiro (com os devidos descontos previstos em lei) as duplas que pontuarem até o 14º lugar. No circuito 2016/2017 participam do Open 16 duplas masculinas e 16 duplas femininas, sendo 14 automaticamente com pontuação no *ranking* e duas com *wild card*, que são duplas convidadas pela CBV a participar automaticamente da etapa sem passar pelo *qualifying*.

Aliás, a escolha das duplas *wild card* também se apresenta como pauta para um debate, visto que esse sistema gerencial do esporte que estimula uma individualização da carreira do atleta, obrigando-o a ser um empresário de si mesmo, faz com que ele tenha de se preocupar com um jogo político que pode em algum momento deixar de lado os critérios de saúde, da arte do esporte. Ao nos debruçarmos sobre os regulamentos, não encontramos de modo claro os critérios para a escolha dessas duplas do *wild card*, porém acompanhamos de perto todo o impacto dessa discussão no trabalho de um dos atletas pesquisados que, inclusive, quase sofreu sanções por parte da CBV por questionar a não transparência desses critérios de escolha.

Deste modo, ao retomarmos mais uma vez os aspectos debatidos anteriormente através da análise dos regulamentos feita por Éloi (2011), reafirmamos o quanto os aspectos de mudanças de regras, uma organização do trabalho que visa prioritariamente ao espetáculo e ao modo como os atletas se apropriam dos debates nesse contexto também devem ser considerados quando se pensa em uma intervenção “psi” com estes trabalhadores.

A seguir, sem perder de vista as problematizações trazidas até agora, apresentaremos nossa perspectiva sobre o conceito de trabalho que queremos imprimir nesta tese, assim como ampliar esse olhar para o fazer esportivo.

1.4. Esporte é ou não é trabalho? É preciso ir ver de perto...

Durante nossa visita ao Centro de Treinamento¹⁹, uma situação nos chamou atenção. Eram 10 horas da manhã, o dia já estava quente, mas ventava, e enquanto a atleta Itaúna se encaminhava com a pesquisadora para a entrevista, o atleta Geribá treinava na quadra ao lado. Ao passarmos por Geribá, ele fala a seguinte frase para Itaúna: “É... não é mole não...

¹⁹ No segundo capítulo desta tese, detalharemos a nossa ida a campo e o modo como delineamos as análises dos materiais apresentados.

quem mandou a gente não estudar?” Itaúna ri e responde: “pior que eu estudei!” Itaúna é formada em engenharia, pós-graduada na área, mas escolheu ser atleta porque não se imaginava dentro de um escritório. O namorado dela, também atleta, diz que para Itaúna, o vôlei de praia “foi realmente uma escolha”, ou seja, mesmo “tendo estudo” ela optou por investir na carreira de atleta.

Outro atleta, Itaipu, no momento da entrevista nos fala sobre a dificuldade que estava a ter para se manter nesta profissão. O atleta aponta que havia pouco tempo que ele “levava o vôlei a sério”, mas que a partir do momento em que começou a treinar com atletas olímpicos e a ganhar dinheiro, ele começou a fazer o que um “profissional tem que fazer”:

você se tornar profissional [...] é ritualizar as coisas, é você fazer tudo que um profissional faz, é dormir cedo, é se alimentar bem, e vir aqui treinar direito. É [...] fazer as coisas que você tem que fazer. Antes eu vinha pra cá e jogava. Perdia? Tá bom. Ganhava? Tá bom. “Ah, eu vou dar uma corrida”. “Ah, vou pra casa, vou dormir meia-noite para acordar às seis horas da manhã.” Isso não é ser profissional. Ser profissional é dormir às 10 horas para no outro dia tu tá bem, é tu dormir as 9 horas pra tu vir aqui treinar focado no que tu tá fazendo [...]. É tu ir na fisioterapia, ir na psicóloga, e tu fazer o que tá disposto a fazer, sabe? É tu fazer dieta, é tu comer o que tem que comer. E pensar, é uma coisa que é muito difícil, tu pensar. Então a partir do momento que tu consegue fazer tudo isso, [...] esse backstage, né, que é essa parte de preparação, [...] isso pesa muito, sabe? Quando você começa a fazer, tu vê que tu é profissional pra c***, e até então eu nunca tinha feito isso na vida, e depois que eu vim pra cá eu comecei a fazer e, tipo, comecei a ter resultado. (Itaipu, homem, 28 anos)

Entrar em contato com esses diálogos é importante para introduzir nossa análise para alguns debates que os atletas de vôlei de praia se deparam nesta atividade, e o primeiro deles é a configuração desse espaço também como um espaço de trabalho. Tanto no diálogo entre Geribá e Itaúna, quanto na fala de Itaipu, vemos perspectivas diferenciadas sobre o que é o trabalho no esporte e o modo como os atletas se relacionam com esse fazer. Neste sentido, acreditamos ser importante fazer alguns recortes sobre o modo como entendemos o que estamos chamando de trabalho e, principalmente, como ele se insere no campo esportivo, pois, embora a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) venha desde meados dos anos 70 buscando inserir práticas de gestão administrativa numa tentativa de “profissionalização” do voleibol no país (MARCHI JUNIOR, 2006), em nossa pesquisa tivemos contato com uma realidade bem diferente do que se configurou no vôlei de quadra.

Entretanto, o fato de a profissão de atleta não ser regulamentada por lei²⁰, a mobilização e o engajamento dos atletas nesta atividade não podem ser desconsiderados, ou simplesmente categorizados e polarizados entre amador/profissional; formal/informal. Deste modo, encontramos alguns autores que podem nos auxiliar no caminho que queremos seguir para configurar o trabalho no esporte como espaço de dramáticas do corpo-si.

Em vista disso, baseando-se na perspectiva do trabalho enquanto atividade, e colocando em debate o posicionamento dos atletas frente à questão se esse fazer se caracteriza enquanto trabalho ou não, encontramos uma discussão interessante de Abdalah Nouroudine ao “[...] examinar se uma atividade humana socializada pode ser realmente informal, estudando sucintamente a questão da norma na atividade humana.” (NOUROUDINE, 2011, p.70)

Partindo do debate sobre uma questão metodológica de “como conhecer um trabalho?”, o autor tenta entender o que seria “o trabalho que não é mais trabalho”, “[...] analisando particularmente as relações entre, de um lado o trabalho mercantil e de outro, o trabalho não mercantil e o ‘trabalho informal’.” (2011, p.70). Neste texto, o autor então chama a atenção para a determinação do modelo de “trabalho mercantil” como único referencial para se conceber o trabalho e o risco de caracterizar outros modos de trabalhar (não mercantis e “informais”) como cópias imperfeitas desse modelo. O autor então explica (NOUROUDINE, 2011, p.70):

Ao fazermos a alusão a um trabalho que não é mais trabalho estamos pensando no trabalho tal como ele se apresenta fora da norma admitida para se considerar que uma atividade humana é um trabalho. No contexto internacional atual caracterizado pela globalização da economia e do comércio, a norma dominante do trabalho é a do trabalho mercantil, ou ainda a do ‘trabalho strictu sensu’ tal como definido por Schwartz (2000, p.678), ou seja, um fornecimento remunerado de bem ou serviço em uma sociedade mercantil e de direito. O desenvolvimento das atividades produtivas conheceu tamanho impulso nas sociedades ocidentais que o trabalho mercantil passou a se constituir em determinante de pertencimento social.

²⁰ De acordo com Marchi Junior (2006), os atletas de voleibol de quadra costumam ser empregados a partir da contratação de prestação de serviços para autônomos ou através de acordos firmados através de prefeituras, sob a legislação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com a maior visibilidade da modalidade na mídia televisiva e a entrada de patrocinadores, muitos atletas puderam se dedicar exclusivamente à prática do voleibol.

Deste modo, o autor aponta que “o trabalho que não é mais trabalho” se distancia da norma – sendo esta concebida a partir do que Canguilhem nos apresenta²¹ – e a partir da análise que ele faz de sua experiência em comunidades africanas, Nouroudine tenta entender que trabalho é esse. Neste sentido, o autor vai apontar que o trabalho não mercantil é um modo de trabalho socialmente valorizado, mas que (NOUROUDINE, 2011, p. 71)

[...] baseia-se em uma troca cuja significação não é estritamente econômica. Mas, na ideia de um trabalho não mercantil, o que está ausente não é a característica do econômico, mas a do mercantil. Em outras palavras, porque os bens são produzidos e circulam na rede social, o trabalho não mercantil continua sendo uma atividade econômica, mas porque os bens produzidos não são trocados como mercadorias, as atividades realizadas para produzi-las e trocá-las não são mercantis. No trabalho não mercantil, os bens trocados são um vetor de construção e de instauração de relações sociais que podem ser pacíficas ou conflituosas. Além disso, essa troca não diz respeito apenas às coisas, mas também dos valores simbólicos derivados dos bens trocados (honras, prestígios, autoridade, etc.). Não é raro que o valor dos bens se sobreponha ao valor das coisas como tal

Deste modo, ao considerarmos a explicação de Nouroudine e partindo da fala dos atletas dessa pesquisa que trabalham “no amor e na palavra” e muitas vezes não reconhecem seu fazer enquanto um trabalho, queremos entender as especificidades do esporte enquanto campo de atuação profissional. Embora esse fenômeno se configure no contemporâneo como um produto de alto valor social e mercantil, a organização e as relações de trabalho se desenvolvem, muitas vezes, de modo precarizado para aqueles que acabam por torná-lo sua profissão.

Assim, reafirmamos o debate trazido por Nouroudine para corroborar com nossa perspectiva teórica entendendo que o trabalho no vôlei de praia também é constituído de normas e valores, mesmo que os atletas “não tenham estudado” e/ou não tenham contratos “formais”. Partir desta perspectiva implica a nós, pesquisadores, a necessidade de acessarmos essas atividades “[...] na fala, e não na escrita. Sua função organizadora só se dá a perceber nas atividades sociais.” (NOUROUDINE, 2011, p.78).

Aproximando-se desse debate, mas a partir de uma análise sobre o esporte e a negligência para com a questão dos atletas de alto rendimento e as condições de trabalho, Fleuriet e Schotté (2016) apontam que geralmente essa discussão emerge de modo raso e as questões de trabalho são classificadas apenas por meio das categorias de “amadores” e

²¹ “[...] uma norma, uma regra, é aquilo que serve para fazer bem feito, para instituir, para restituir” (CANGUILHEM, 2010, p.179).

“profissionais”. Neste sentido, os autores chamam atenção para o risco de analisar essas categorias apenas colocando-as em uma oposição binária (FLEURIEL E SCHOTTÉ, 2016, p.4-5, tradução nossa):

A primeira crítica está ligada à sua característica plurívoca. As categorias de amador e de profissional podem de fato referir-se a um nível de competência, bem como à presença ou não de remuneração, um *status* social, ou um engajamento na ação (agir profissional). [...] Na ausência de uma definição estável do que é um profissional e do que é um amador, a caracterização da situação de um atleta através dessas categorias provavelmente se mostrará imprecisa e ao fazê-lo, insuficiente. O segundo problema, que decorre do primeiro, é que as categorias de amadores e profissionais apresentam um nível muito baixo de objetificação da condição do atleta. Cada uma delas reenvia a uma definição mínima da situação a que ela está suposta a designar.

Portanto, simplificar a atividade esportiva pela dimensão amador-profissional, ou homogeneizar as práticas apenas pelo ganho monetário ou não, revela-se, segundo os autores, pouco operacional para descrever a diversidade de situações que compõem o trabalho esportivo. Em vista disso, Fleuriel e Schotté querem afirmar que “[...] a definição daquilo que se chama amador e profissional varia segundo os esportes, o que quebra a unidade e, portanto, a relevância analítica dessas categorias quando se trata de descrever as condições de emprego.” (FLEURIEL E SCHOTTÉ, 2016, p.5, tradução nossa)

Deste modo, os autores apontam para a necessidade de considerar a diversidade de condições de emprego dos esportistas, e para conhecer essas atividades é necessário estar atento aos modos de “enquadramento”²² do trabalho, não se limitando ao discurso das instituições e entidades esportivas pois, de acordo com Fleuriel e Schotté (2016, p.6),

[...] variar as fontes usadas para descrever a situação real dos praticantes [...] permite testemunhar a existência de práticas que se afastam dos regulamentos esportivos. Invisíveis, se inscritas do lado de uma história institucional, estas [práticas] surgem assim que se engajam na perspectiva de uma história social que reivindica, a partir dessas práticas, e se interessa do ponto de vista da relação com as regras.

Adotar um ponto de vista a partir das práticas em relação com os regulamentos e as regras não é, segundo os autores, condenar os desvios à norma, mas a tentativa de compreender os comportamentos, situando-os em relação às normas e expor a in(corpo)ração do debate com elas.

²² No texto original *encâchessement*.

Portanto, entendemos a partir dessa discussão que o trabalho no espaço esportivo nos oferece, segundo Fleuriel e Schotté (2016), uma ampla variedade de situações e que assim como outros espaços de trabalho não podemos correr o risco de considerar “o que é um trabalho” redutível a um conjunto fixo de formas genéricas. Neste sentido, a discussão que trouxemos com Nouroudine sobre o trabalho não mercantil pode se aproximar em alguns aspectos do trabalho dos atletas no vôlei de praia, principalmente se considerarmos o tipo de retribuição que esses trabalhadores têm apesar da falta de suporte, estrutura e ganho financeiro. Inclusive, Fleuriel e Schotté apontam que (FLEURIEL E SCHOTTÉ, 2016, p.7)

os ganhos que se distribuem no espaço esportivo são de fato raramente de natureza unicamente monetária. Contra uma leitura estritamente economicista que reduz lucro/ganho a uma componente pecuniária, deve-se ater a identificar a diversidade de formas de gratificação em vigor no espaço esportivo colocando em evidência que a prática, a fortiori, quando ela é feita de concorrentes particularmente de desempenho/performance, vem acompanhada de retribuições simbólicas.

Em vista disso, os autores chamam mais uma vez a atenção para os riscos de uma análise e investigação que delimitem o trabalho no esporte entre amador/profissional. No entanto, é importante frisarmos que apesar da problematização contra a definição usual de amadorismo, que vê o esporte como um investimento fundamentalmente desinteressado e contra a representação dominante do profissionalismo, este sendo concebido apenas pelos lucros do dinheiro, não podemos desconsiderar que uma carreira no esporte de alto rendimento está inserida em práticas e formas de reconhecimento que constituem um capital.

1.4.1. A performance esportiva como trabalho.

A partir do nosso contato com o campo e com os atletas, portanto, buscamos alguns autores que apresentassem o debate sobre o trabalho no esporte e que, de certa forma, se aproximassem da nossa perspectiva de pensar o vôlei de praia como atividade. Embora muitos desses autores apresentem uma discussão sob o viés da sociologia, a partir de nossas leituras percebemos que é possível ampliar algumas questões sobre a temática esporte e trabalho também para o campo da psicologia. Autores como Demaziere e colaboradores (DEMAZIERE, OHL E NOÉ, 2015) apontam para o quanto essa discussão ocupa um espaço menor na sociologia e, principalmente, na sociologia do trabalho, fato que nós também podemos perceber na psicologia do trabalho e na psicologia do esporte. Os autores afirmam que apesar de muitas pesquisas trazerem o esporte para discutir o trabalho, acabam por dar

um enfoque sobre o esporte como um instrumento ideológico de controle e alienação da massa trabalhadora, o que segundo Demaziere e colaboradores, afastaria o interesse sobre o fazer esportivo em si.²³

Trazer Demaziere e colaboradores (DEMAZIERE ET AL, 2015) é importante, pois o modo como os autores abordam a questão da performance aproxima-se da nossa perspectiva de entendermos as dramáticas e os debates de normas e valores que os atletas se deparam no seu fazer esportivo. Ao destacarem os esportes de competição, com o objetivo de analisar os mecanismos de produção da performance esportiva, e ao partirem da relação esporte e trabalho, os autores entendem que a performance não envolve somente o resultado das aptidões e habilidades individuais dos atletas, mas que ela é o resultado de um trabalho enquanto uma atividade coletiva, que segundo eles

[...] mobiliza uma pluralidade de atores, instituições e organizações. Através de uma variedade de operações de julgamento, de avaliação, reconhecimento, qualificação, pontuação e seleção, esses jogadores contribuem de forma direta e decisiva para a produção da performance esportiva. (DEMAZIERE ET AL, 2015, tradução nossa, p.407).

Os autores chamam a atenção para o fato de que apesar da marginalidade do tema como objeto de estudos da sociologia do trabalho e do esporte, a performance ocupa um lugar central tanto na motivação dos praticantes como na organização institucional e econômica do fenômeno esportivo. Deste modo, ao aproximarem esporte e trabalho, Demaziere e colaboradores (DEMAZIERE ET AL, 2015) apontam para duas maneiras de articular esses dois domínios: *o trabalho no setor do esporte e o trabalho diretamente orientado para melhora e aprimoramento das performances*. De acordo com os autores, *o trabalho no setor do esporte* abrange uma diversidade de atividades econômicas, mercantis, sociais, políticas, que podem ser classificadas num setor específico: aquele do esporte. Assim, esse setor é composto de uma grande variedade de organizações e de atores que contribuem na produção de serviços esportivos, mercantis ou não – ministério dos esportes e sua administração, instituições especializadas como as federações, clubes de todos os tipos e tamanhos afiliados àquelas, gestão pública ou privada de infraestrutura esportiva, redes de

²³ Como exemplo de exceção de pesquisa que busca outro enfoque sobre a performance esportiva, os autores citam o trabalho de Robert Linhart (1978, apud DEMAZIERE ET AL, 2015), onde ele propõe uma analogia entre o trabalho por turno (*travail posté*) e a performance esportiva. De acordo com este autor, assim como esses trabalhadores dependem de uma mobilização corporal para atingirem determinada produtividade, os atletas também fazem uso do corpo “[...] como seu instrumento de trabalho, sua ferramenta, o que faz com que o esporte torne-se um objeto de estudo que põe em jogo a técnica do corpo.” (DEMAZIERE ET AL, 2015, p.409)

franquias comerciais, etc. – tornando-se um setor econômico à parte com suas vertentes rentáveis ou sem fins lucrativos, com seus profissionais e seus clientes, supervisores e praticantes, etc. Portanto ao observar e analisar o trabalho nesse setor, percebemos que as questões aqui investidas não são muito diferentes da análise do trabalho em outras atividades (DEMAZIERE ET AL, 2015).

Sob o ângulo do *trabalho esportivo voltado para a melhora e aprimoramento da performance*, os autores apontam que “[...] os objetos são mais circunscritos, estritos às atividades dos atletas, seus percursos, seus investimentos, suas retribuições.” (DEMAZIERE ET AL, 2015, p.412). Demaziere e colaboradores ainda fazem uma crítica à renúncia ao princípio do amadorismo pelo Comitê Internacional Olímpico em 1981, pois ela contribui para pôr em evidência um profissionalismo “largamente dissimulado”, segundo eles. Aliada a essas questões, acompanha-se a liberalização do mercado de mídias (DEMAZIERE ET AL, 2015, p. 412-413):

[...] a midiaticização aumenta os fluxos financeiros, atrai patrocinadores e aumenta a renda de alguns atletas. A abertura à profissionalização de esportes até então excluídos, conduz a associar excelência esportiva e profissionalismo. Ao tornarem-se profissionais por pertencer à elite esportiva e a ocupação do seu tempo os atletas raramente têm consciência do seu status: empregos precários e dificilmente conseguem viver da renda do seu desempenho. Portanto, a categorização de um atleta profissional reúne atletas que não podem valorizar suas qualidades em mercados de trabalho extremamente restritos e outros que acumulam ganhos e participam da forma mais significativa em uma economia de celebridades.

Essa discussão se aproxima muito do que observamos enquanto estávamos com os atletas de nossa pesquisa: ser profissional no esporte envolve diversos aspectos não só dentro de quadra, mas principalmente fora dela. Concordamos, portanto, com Demaziere e colaboradores quando eles afirmam que “ser altamente performático exige um trabalho específico de produção de excelência. Portanto, só é possível analisar as condições da performance esportiva se nos aproximarmos dos praticantes e entendê-los como produtores diretos dessa performance e do seu meio.” (DEMAZIERE ET AL, 2015, p.413)

Deste modo, entendemos que o debate que os autores nos apresentam aponta para a necessidade de estudos que pensem a performance esportiva enquanto produto da atividade dos atletas, ou seja, a performance não como resultado estatístico, mas como processo das dramáticas do corpo-si. Pressupomos tal afirmação a partir da definição de performance que Demaziere e colaboradores assim nos trazem (DEMAZIERE ET AL, 2015, p. 413):

A definição de performance no trabalho é variável: ela depende, em particular, das situações de trabalho e das características da atividade. A atenção às maneiras de medir e de definir permite precisar as especificidades da performance esportiva. Nas atividades de produção de bens materiais, a performance do trabalho pode, na maioria dos casos, ser definida como um volume industrial produzido em um tempo determinado. [...] Ela reenvia, portanto, a uma métrica do trabalho que é mais ou menos individualizável, segundo a organização da produção, mas que procede de um raciocínio de volume. Para o trabalho esportivo, a performance pode também ser expressada em valor numérico, mensurada e quantificada, que se trata do valor cronometrado, de uma distância percorrida, de números de pontos marcados, etc. No entanto, essa abordagem da performance proveniente do trabalho industrial parece pouco operante cada vez que é difícil objetivar a atividade de trabalho e de quantificar o resultado, [assim] como nas atividades de serviço, por exemplo[...]

Neste sentido, concordamos com os autores que, mais do que considerar as performances esportivas apenas como resultado de uma combinação de méritos – como a pontuação no *ranking* – e de qualidades físicas excepcionais, permitindo pelo treinamento e pela profissionalização tirar proveito de talentos particulares, pretendemos nesta tese buscar outras contribuições que permitam explorar outros determinantes, assim como outras maneiras de pensar a produção da performance, desnaturalizando-a e desbiologizando-a (DEMAZIERE et AL, 2015).

Os autores afirmam ainda que “[...] quaisquer que sejam as etapas de uma carreira, desde a identificação até a qualificação, passando pelo aprimoramento do desempenho, vários atores, indivíduos, organizações e instituições intervêm para produzir e usar sistemas de avaliar a performance.” (DEMAZIERE ET AL, 2015, p.418). O debate apresentado por estes autores é importante para nós da psicologia do trabalho e do esporte, pois eles se configuram como um convite a desenvolver mais pesquisas sobre o trabalho esportivo, ao mesmo tempo que interrogam, segundo Demaziere e colaboradores (2015), a medida das performances no trabalho em geral, onde a menção do esporte é recorrente, transformando-o, muitas vezes, em referência ideal do ponto de vista da objetivação das performances ou da superação de si. Assim, entendemos que ao problematizar essas performances mensuradas por classificação, cronometradas, etc. nos convocamos a questionar uma organização do trabalho no esporte que considera a performance apenas sob a ótica de uma metrologia objetivante, com base na seleção dos melhores, dos mais eficazes e dos mais produtivos (DEMAZIERE ET AL, 2015).

Tendo, portanto, tal perspectiva sobre a performance esportiva e o trabalho enquanto atividade, e esta como debate de normas no corpo-si, procuraremos debater nos capítulos a

seguir os processos de formação dos atletas de vôlei de praia e como se configuram esses coletivos de trabalho, assim como o modo como os atletas fazem sua gestão. No entanto, primeiramente, apresentaremos nossa metodologia-base para pensarmos na configuração do vôlei de praia enquanto nosso campo de pesquisa.

CAPÍTULO 2. A PRAIA COMO ESPAÇO DE TRABALHO: METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE PESQUISA.

Encontrar um local para realizar essa pesquisa foi um dos nossos maiores desafios. Inicialmente, tínhamos preferência por modalidades coletivas porque elas exigem que os atletas se envolvam numa dinâmica de cooperação-oposição (FAGUNDES, OLIVEIRA E RIBAS, 2015), ou seja, ao mesmo tempo os atletas devem desenvolver estratégias de regulação do seu coletivo – inclusive em meio a um gerenciamento individual de sua carreira– e antecipar e gerir esse coletivo frente às reações dos adversários.

Ao levarmos em conta a popularidade do futebol em nosso país, e, portanto, na maior oferta de equipes profissionais, acreditamos que teríamos uma maior disponibilidade de acesso a esses atletas; entretanto, encontramos dificuldades no contato com alguns clubes. Outras modalidades, como o basquetebol e o voleibol de quadra, não se apresentavam como opções de campo viáveis, visto que na cidade do Rio de Janeiro não havia equipes as quais pudéssemos ter acesso.

Neste sentido, entramos em contato com nossa rede de profissionais para que pudessem nos auxiliar na inserção desse campo, o que nos levou ao encontro com um colega jornalista esportivo que generosamente nos deu alguns nomes, mas que, infelizmente, tornariam nossa pesquisa mais custosa devido à necessidade de deslocamento da pesquisadora para outras cidades do país. Em meio a isso, este mesmo colega, em um momento de trabalho entrevistando atletas de vôlei de praia na cidade do Rio de Janeiro, comentou sobre nossa pesquisa com dois atletas que prontamente disponibilizaram-se a participar.

A partir daí, fizemos contato com os jogadores (uma do sexo feminino e um do sexo masculino), que me informaram que seria necessário entrar em contato com os seus respectivos treinadores e com a psicóloga responsável pela equipe sobre as intenções de pesquisa. A partir da autorização dada pelos dois treinadores e pela psicóloga para visitarmos os treinos, fizemos nossa primeira visita ao Centro de Treinamento (CT) em uma das principais praias localizadas na região litorânea da cidade do Rio de Janeiro. Logo de início fui recebida pela jogadora, que me apresentou ao seu treinador, e expliquei rapidamente qual era o foco da nossa pesquisa. Com uma fala e expressão de surpresa, a atleta diz que está empolgada em participar visto que quase ninguém achava que ser atleta de vôlei de praia era um trabalho, “nem mesmo os atletas pensam nisso”, disse ela. A partir daí ela se dispõe a trazer mais colegas para participar da pesquisa.

Ao final deste primeiro encontro concordaram em participar, inicialmente²⁴, 4 (quatro) atletas, sendo 2 (dois) do sexo feminino, parceiras de dupla, e 2 (dois) do sexo masculino, que não eram parceiros de dupla. Neste texto iremos identificá-los pelos nomes de praias pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro. O litoral do Rio é composto de diversas praias, algumas com nomes como “Praia das Flechas”, Sossego, Praia do Forte, do Amor, etc., mas outras também nominadas a partir dos significados dados pelos povos nativos Tupi-guarani que as habitavam antes da colonização, como Copacabana e Ipanema, cujos nomes tinham significados específicos para esses povos.

De modo a não correremos o risco de identificação dos atletas ou do lugar de seu treinamento, fizemos um sorteio de nomes de praia com referências da cultura Tupi-guarani para não remetermos de imediato a um significado e, conseqüentemente, a uma qualificação dos atletas participantes. São eles:

Nome	Sexo	Idade	Altura
Icaraí	Mulher	31 anos	1,75m
Itaipu	Homem	28 anos	1,96m
Itaúna	Mulher	26 anos	1,82m
Geribá	Homem	30 anos	1,90m

Relatado isso, demos início à construção do nosso campo, que ocorreu entre agosto de 2015 e junho de 2016 com atletas profissionais autônomos de vôlei de praia. O CT era composto por 4 duplas (2 masculinas e 2 femininas), além da comissão técnica que era formada por 2 treinadores, dois auxiliares técnicos, um preparador físico, um fisioterapeuta, uma nutricionista e uma psicóloga. Toda essa estrutura era mantida pelos próprios atletas que pagavam uma mensalidade cujo valor variava de acordo com a posição no *ranking* de duplas.

Como forma de nos nortear nas visitas ao CT, fizemos o uso de materiais de audiovisual (como filmes e documentários), relatos e biografias. A partir das afirmações de

²⁴ Mais 3 atletas haviam concordado em participar, no entanto, a dificuldade de encontrar horários disponíveis para as entrevistas e com a extinção do centro de treinamento, não foi possível inseri-los como participantes desta pesquisa.

Dias (2008), entendemos que esses materiais podem tornar-se informantes preciosos e uma fonte interessante para entendermos a história da prática esportiva, visto que a partir desses relatos e de uma leitura mais atenta, é possível visualizar “(...) as motivações, os valores, as aspirações e frustrações em torno desses esportes, bem como seu cotidiano.” (DIAS, 2008, p.7). Embora esse autor faça uso desses materiais como objeto a ser analisado e não como um método, para nós – pesquisadores do trabalho enquanto atividade que levam em conta também o ponto de vista do trabalhador nas suas análises – tais materiais literários e audiovisuais trazem, justamente, a experiência desses atletas a partir de suas próprias expressões e vivências no esporte.

Portanto, de modo a entender o nosso terreno e nos subsidiar com informações referentes ao vôlei de praia, inclusive a nos nortear durante as observações dos treinos e na condução das entrevistas, acompanhamos o programa “Roda de Vôlei”, transmitido pelo canal brasileiro de televisão a cabo Bandsports. Este programa é apresentado por ex-atletas e conta, geralmente, com a presença de um convidado, que pode ser um atleta ou ex-atleta do vôlei de praia ou de quadra, ou um treinador da modalidade, apresentando sua experiência enquanto profissional.

Outros materiais de audiovisual também foram importantes, como o documentário “A praia em Atlanta”, realizado pela produtora “Quebra Eixo” e exibido pelo canal ESPN, que conta a trajetória das duas duplas brasileiras femininas de voleibol de praia na estreia da modalidade nos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996, e alguns episódios da série “A vaga”, de produção do canal HBO, que acompanhava atletas de diversas modalidades, dentre elas o vôlei de praia, em busca da vaga para participar dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Essa série mostrava em cada episódio aspectos relacionados ao fazer esportivo e à busca do objetivo de disputar as Olimpíadas, dando destaque aos episódios sobre a saúde dos atletas e a relação deles com seus técnicos e o treinamento.

Durante nosso período em campo, foram feitas observações dos treinos com bola e 6 (seis) entrevistas, sendo 4 (quatro) entrevistas iniciais e 2 (duas) restituições/devoluções de entrevista; uma observação de estudo de vídeo de jogo e observação de jogos. Essas atividades aconteceram da seguinte maneira:

- **Observação dos treinos com bola:** onde são trabalhados os fundamentos básicos do vôlei de praia: saque, defesa/recepção, levantamento, bloqueio e virada de bola, de acordo com a necessidade de cada dupla e o calendário das competições. Aconteciam das 8h às 11h. A pesquisadora anotava a hora, a dupla que estava em quadra, as

condições climáticas e os conteúdos do treino. Durante o treino, eram observadas as orientações dos treinadores aos atletas e o modo como a dupla se organizava para cumprir os objetivos do treino. Em algumas ocasiões, após o término do treino, a pesquisadora tirava dúvidas relativas a algumas situações observadas com os atletas – individualmente e/ou em dupla – e com os treinadores (falas, reações do grupo frente a uma jogada, etc.).

- **Entrevistas (de 30min a 1h30m):** Foram realizadas 4 (quatro) entrevistas iniciais após os treinos técnicos, na praia. Entrevista semiaberta, onde foram abordados os seguintes tópicos: escolha pela modalidade vôlei de praia, a iniciação no esporte e a partir de que momento a prática esportiva se torna profissão. A partir desses elementos, a pesquisadora buscava entender as relações dos atletas com esta atividade.
- **Restituições/devoluções de entrevista (de 30min a 2h):** As restituições foram feitas com dois atletas (um do sexo masculino e uma do sexo feminino) de acordo com a disponibilidade de horário deles. Nessas restituições foram entregues cópias da transcrição da primeira entrevista, e debatidas com os atletas algumas falas que suscitaram dúvidas na pesquisadora ou tópicos que foram discutidos em grupo de pesquisa e que poderiam ser material de reflexão acerca de sua atividade de trabalho. Durante o período de contato com o campo, o centro de treinamento foi desfeito e as duplas se separaram, e por isso uma das restituições foi feita fora do centro de treinamento, quase um ano depois da primeira entrevista.
- **Observação de estudo de vídeo de jogo (2 horas):** Realizada após o treino técnico na residência do treinador. Observação de duas partidas gravadas em vídeo. Observação da dinâmica de estudo da dupla quanto ao seu posicionamento em quadra, relação com o parceiro, relação com os adversários. Observação de posturas e gestos.
- **Observação de jogos:** Assistimos a algumas competições transmitidas, em sua maioria, ao vivo pela internet ou pela televisão – visto que muitos jogos ocorrem em diversas regiões do país – e a dois jogos presencialmente.

Ao longo das visitas, levávamos as entrevistas e os dados observados para discussão com nosso grupo de pesquisa, onde algumas questões foram retornadas e debatidas com os participantes durante as restituições. Embora nesta tese não tenha havido a possibilidade de criar um dispositivo que possibilitasse aos pesquisadores e atletas um espaço de

compartilhamento e produção de saberes, nosso movimento de análise do material teve como base as diretrizes de uma *Comunidade Ampliada de Pesquisa* (NEVES ET AL, 2015), principalmente no que se refere a trazer e fazer circular os saberes produzidos pelos próprios jogadores a partir do diálogo com os saberes da pesquisadora que está diretamente com estes trabalhadores em campo, mas também, convocar os saberes dos nossos coletivos de pesquisa: orientador e coorientadora de doutorado; colegas do grupo de pesquisa e demais parceiros que têm se debruçado no entendimento destas questões. À guisa de esclarecimento, faremos uma breve descrição sobre essa metodologia de análise.

Os preceitos da Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP) foram pensados no início dos anos 2000, a partir da reunião de pesquisadores da UFPB, da ENSP Fiocruz, da UERJ e da UFF, em conjunto com os sindicatos dos profissionais de educação do Rio de Janeiro e da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, localizada na região nordeste do país. Tal dispositivo construído para pensar o trabalho teve como referência a experiência de Ivar Oddone com o Movimento Operário Italiano (MOI) e a discussão de Schwartz sobre o Dispositivo Dinâmico de 3 Polos (DD3P). (NEVES ET AL, 2015)

O Movimento Operário Italiano ocorreu na década de 70 na fábrica da FIAT em Turim, Itália, e de acordo com Neves, Athayde e Muniz (2004), teve como objetivo discutir a produção de saberes, colocando os trabalhadores como elemento central para compreender e transformar as relações de saúde e trabalho. A criação, por Oddone, do dispositivo chamado “Comunidade Científica Alargada” (CCA) trouxe contribuições importantes para que a Ergonomia da Atividade, a Clínica da Atividade e a Ergologia desenvolvessem suas teorias acerca da formação e desenvolvimento de trabalhadores.

A partir da CCA pretendia-se construir um espaço onde poderiam ser confrontados os saberes “formais” dos pesquisadores e os saberes “informais” dos trabalhadores para produzir, assim, um regime de conhecimentos sobre o trabalho. Este dispositivo colocava os saberes produzidos pelos trabalhadores no mesmo patamar dos saberes produzidos pelos pesquisadores, já que a figura do *especialista*, caracterizada pela suposta detenção do saber acadêmico e técnico, é diluída.

No entanto, de acordo com Schwartz (2000), a partir da construção do conceito de atividade e do entendimento de que os debates de normas e as (re)normatizações produzem, justamente, um questionamento sobre esses saberes científicos, existe uma necessidade de repensar as “Comunidades Científicas Alargadas”. Segundo o autor, o encontro dinâmico de retrabalho desses dois polos de saberes (polo dos conceitos e polo dos saberes gerados na

atividade), que passa pela verbalização da experiência e se dá em conjunto entre pesquisadores e trabalhadores, não aparecia com tanta expressividade na CCA.

Portanto, sem desconsiderar a importância do dispositivo criado por Oddone, mas na tentativa de superar tais limitações, Schwartz (2000) aponta que é necessário repensar os papéis e as responsabilidades respectivas de formadores (pesquisadores acadêmicos) e trabalhadores. Ou seja, é preciso considerar aquilo que os agentes formadores trazem de cultura, paralela à noção de que, muitas das vezes, o saber acadêmico não dá conta da realidade. Por outro lado, é preciso estar atento ao fato de que os trabalhadores têm consciência de que não dominam os conceitos que podem auxiliá-los no aprimoramento de suas experiências, mas, ao mesmo tempo, produzem saberes de forma não linear que se dão em meio à história e a situações concretas.

Nesse sentido, o autor chama atenção para a necessidade de considerar um terceiro polo nesta dinâmica que irá produzir o encontro fecundo dos dois outros polos: o das exigências éticas e epistemológicas (SCHWARTZ, 2000). Deste modo, a perspectiva ergológica desenvolve seu dispositivo de formação, o *Dispositivo Dinâmico de 3 Polos (DD3P)*, que tem o objetivo de “fazer falar” os saberes investidos da experiência de trabalho na medida em que há um retrabalho das normas antecedentes, dos conceitos e saberes formais. Esse processo, segundo Schwartz, “(...) obriga instituir estruturas de aprendizagem permanente dos saberes e dos valores, sejam quais forem o contexto e os modos de trabalho” (SCHWARTZ, 2000, p. 42-43). Além disso, segundo o autor, esse terceiro polo (SCHWARTZ, 2000, p. 44)

(...) se articula sobre uma determinada filosofia da humanidade, uma maneira de ver o outro como seu semelhante. Isto quer dizer que vemos o outro como alguém com quem vamos aprender coisas sobre o que ele faz, como alguém de quem não pressupomos saber o que ele faz e porque faz, quais são os seus valores e como eles têm sido (re) tratados. (...) Esta disposição não se empresta, no sentido de que nos impregnamos no contato recíproco com aqueles que estão no outro polo.

Assim, sem perdermos de vista as bases das perspectivas metodológicas apresentadas, nos colocaremos em uma postura de humildade para buscar dos atletas de vôlei de praia o modo como eles desenvolvem seu fazer e se apropriam dos debates que vivenciam sobre esta atividade. Apesar de não termos como um dos objetivos desta pesquisa a intenção de produzir um dispositivo onde pudéssemos fazer um debate e uma análise do trabalho

juntamente com os atletas, não podemos desconsiderar a importância dos nossos coletivos de pesquisa na interlocução e análises das entrevistas.

Neste sentido, a partir das discussões sobre o material das entrevistas e das observações com outros pesquisadores, delimitamos a dupla de jogadores como ponto principal dos debates e dramáticas do trabalho dos atletas e, a partir dela, foi possível observar alguns aspectos que se desdobravam, como a formação/desenvolvimento profissional e a gestão dos coletivos.

Deste modo, a partir da análise das entrevistas buscamos nas falas dos atletas as situações de trabalho que eram impactadas a partir da composição, formação e busca de um parceiro de dupla. Para facilitar a visualização dessas situações e nos auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, assim como facilitar na restituição das análises para os atletas participantes, foi sugerida a confecção do esquema abaixo:

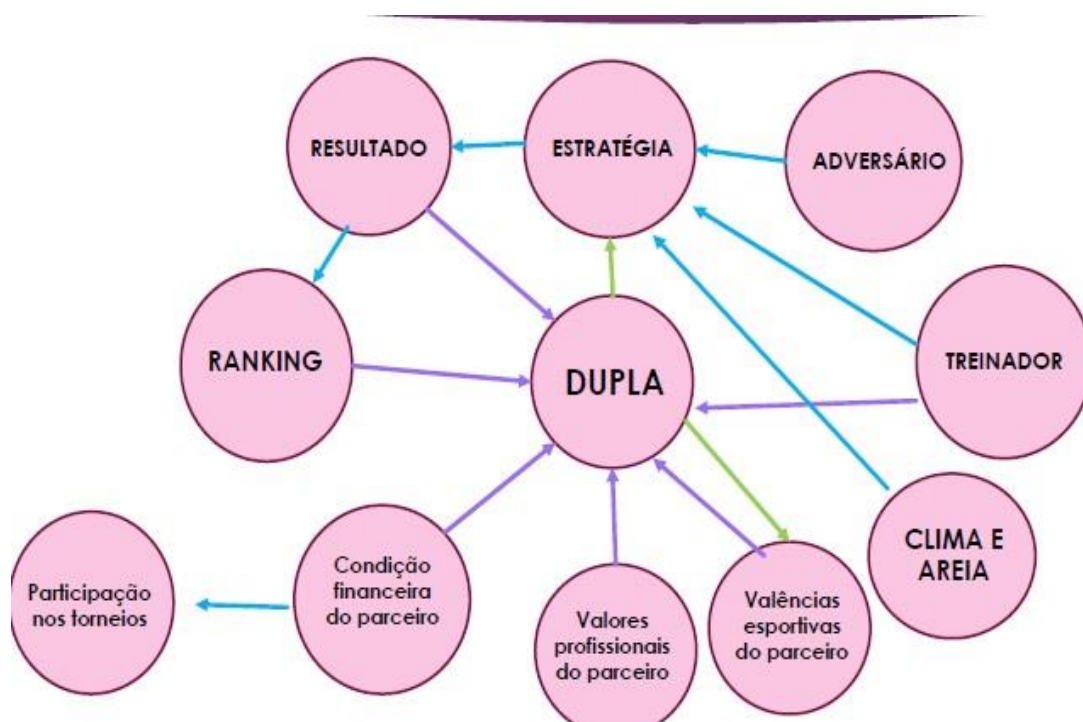


Fig. 3: Esquema da dupla de jogadores e seus impactos no trabalho, construído a partir das entrevistas com os atletas. As setas de cor roxa indicam os aspectos (variáveis) que interferem na composição da dupla. As setas verdes indicam os impactos da dupla nas variáveis. As setas azuis demonstram a dinâmica das outras variáveis que compõem a atividade de jogar vôlei de praia.

É importante frisar que a delimitação do foco de nossas análises nas questões sobre como se processa a formação desses atletas e o modo como eles fazem a gestão da dimensão coletiva não significa que desconsideramos outras variáveis que compõem esta atividade de

trabalho. Além disso, o fato de não propormos um dispositivo de (co)análise do trabalho dos atletas nesta tese de modo algum descarta a possibilidade de sua construção em futuros trabalhos.

CAPÍTULO 3. A FORM(AÇÃO) EM JOGO: ENTENDER OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ATLETAS

Sem perdermos de vista, portanto, que nesta pesquisa queremos afirmar que não podemos correr o risco de considerar o “emocional” dos atletas desassociado do modo como eles vivenciam esta atividade, dada a complexidade de fatores com os quais eles têm que se deparar para conseguirem trabalhar, entendemos o quanto é importante pensar em como se processa a formação e o desenvolvimento de competências desses atletas enquanto uma das dimensões que condiciona a relação que os atletas estabelecem com esta atividade.

Neste sentido, a escolha do título “A Form(ação) em Jogo” remete para a vontade de entender como esses trabalhadores desenvolvem suas estratégias em um meio onde as infidelidades são constantes e tornam os limites do corpo elásticos. Ao mesmo tempo, colocamos a formação “em jogo” no sentido, de questionar ações de formação e de desenvolvimento que não consideram os modos como os próprios trabalhadores fazem a gestão do trabalho

Em vista disso, nossa perspectiva leva em conta que esse processo de aprendizagem se dá *em atividade*, ou seja, entendemos que embora existam saberes formais e especializados – que no caso do campo do esporte apresentam-se pautados, principalmente, na biomecânica, na cinesiologia, na fisiologia e na psicologia – não podemos perder de vista que existem outros saberes que só podem ser construídos e consolidados pelos próprios trabalhadores em situação de trabalho (SCHWARTZ E DURRIVE, 2007; DURRIVE, 2011).

Sem desconsiderar os diversos trabalhos e publicações acerca dos fundamentos básicos para jogar vôlei, entendemos que uma simples leitura desses materiais não faz com que o “saber jogar” aconteça. Apre(e)nder um esporte – ou alguma atividade artística, como tocar um instrumento musical ou uma dança – acontece no corpo em movimento, geralmente pela repetição exaustiva de movimentos e gestos, pois a técnica e, principalmente, as técnicas corporais, *pressupõem* [grifo meu] uma organização racionalizada de movimentos, gestos e comportamentos que determinam condições de eficácia que sejam suficientemente estáveis para permitir a repetição e a transmissão (VIGARELLO, 1998). Entretanto, durante nosso contato com os atletas profissionais, pudemos acompanhar e observar que, embora, seja necessária a busca pela execução quase perfeita dos “movimentos-padrão” dos fundamentos do voleibol, é preciso que no jogo o atleta faça, o tempo todo, reinvenções, ajustes das

técnicas de acordo com cada situação, com o vento, com a areia, com seu parceiro de dupla e com o jogo dos adversários.

Portanto, neste capítulo pretendemos fazer uma análise e discutir, dentro das perspectivas que estudam o trabalho como atividade, subsídios que nos ajudem a entender essa formação que vai para além do treinamento dos fundamentos do vôlei de praia e que devem levar em conta não só as variações do meio, mas também os constrangimentos de uma organização do trabalho no esporte que tende a valorizar a competitividade entre os participantes, baseados em suas performances ou nos resultados de jogos.

Trazer esse debate é importante pois entendemos que esse posicionamento que considera a questão das competências apenas pelo viés da eficácia e da performance restrita a um resultado corre o risco de considerar apenas o “talento” individual como saberes estanques e pessoalizados, ignorando os saberes da ação que se desenvolvem na singularidade das situações de trabalho (DURRIVE, 2016). Portanto, queremos saber como esses atletas desenvolvem esses saberes que se dão no jogo e como eles têm sido transmitidos de modo a desenvolver o ofício de atleta de vôlei de praia.

3.1. Que formação e desenvolvimento no esporte? Contribuições da Análise Ergonômica do Trabalho (AET)

A partir das contribuições de Coutarel e colaboradores (COUTAREL ET AL., 2010) sobre o trabalho do treinador desportivo, contamos com a concepção de formação com base na Ergonomia da Atividade como uma das abordagens possíveis para entender a complexidade do trabalho no esporte e, assim, dar suporte a esses trabalhadores no seu desenvolvimento e na construção de uma identidade profissional. No artigo supracitado, os autores apontam que é importante que se faça uma análise da atividade e de seus determinantes de modo a compreender a interação entre eles, visto que ao pensarmos as condições do trabalho esportivo só com base no posto de trabalho e nas condições de treinamento, corremos o risco de mascarar outros determinantes da atividade.

Deste modo, os autores apresentam um esquema que pode nos servir como base para pensarmos os determinantes da atividade de trabalho no esporte e propor um método de análise no qual o trabalhador possa refletir sobre as circunstâncias inerentes à sua atividade profissional, ao momento e às situações de trabalho, bem como aos diversos constrangimentos, entendendo quais as margens de manobra possíveis para fazer frente a

essas questões, sem colocar em jogo sua saúde. No esquema abaixo, portanto, buscamos apresentar alguns determinantes referentes ao nosso campo de pesquisa específico com atletas de vôlei de praia:

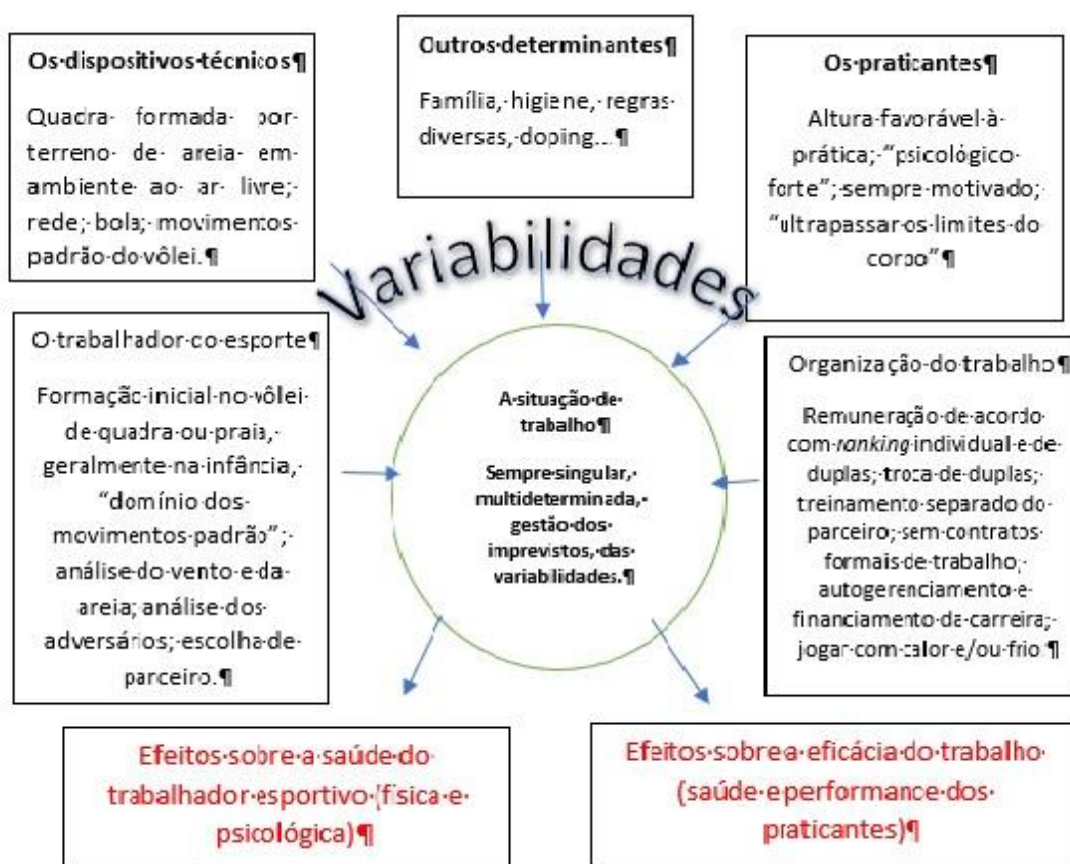


Fig. 4: Esquema modificado com base no texto de Coutarel, F., Doré, E., Ratel, S., Récopé, M., & Rix, G. (2010). Les conditions d'exercice du travail sportif du point de vue de l'ergonomie de l'activité. Colloque Sport et Travail. Axe 4, Les conditions d'exercice du travail sportif. Université Lille 2. (Tradução livre)

No esquema anterior, levantamos alguns dos inúmeros determinantes que os atletas de nossa pesquisa apontaram como fatores de análise para que o trabalho deles aconteça. Embora uma análise minuciosa desses determinantes não seja nosso foco neste capítulo, delimitá-los é importante para nos orientar quanto aos processos de desenvolvimento desses atletas, com base na concepção de formação do projeto da Ergonomia da Atividade, que passa necessariamente pela análise e busca de melhorias de condição do trabalho e de vida (SANTOS E LACOMBLEZ, 2016).

Embora para a Ergonomia, originalmente, a transformação das condições de saúde e do trabalho prevalecesse sobre a "(trans)formação" dos indivíduos, Lacomblez e Teiger (2007) apontam para uma intervenção ergonômica que buscasse agregar este último aspecto,

de modo que a investigação, a formação e a ação estivessem associadas. De modo a elucidar melhor esta que é uma das perspectivas teóricas e metodológicas que estamos a adotar em nossa tese, pensamos que é importante fazermos um breve histórico sobre a abordagem ergonômica, de modo a frisar suas características e contributos para nossa pesquisa.

3.1.1. O projeto da Ergonomia e o olhar para a atividade

A Ergonomia emerge, formalmente, na Inglaterra, após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de desenvolver tecnologias que adaptassem o trabalho ao homem. A partir das intervenções de uma equipe multidisciplinar (formada por médicos, engenheiro, psicólogos, etc.) de caráter laboratorial, suas pesquisas buscavam solucionar problemas da relação entre o homem e sua ocupação, equipamentos e ambientes, baseados em estudos anatômicos, fisiológicos e psicológicos. A ergonomia anglo-saxônica destacava, em seus estudos, o desenvolvimento de tecnologias e métodos que amenizassem os conflitos e constrangimentos da relação homem-máquina (FALZON, 2007).

De acordo com Wisner (1994), embora esse método experimental tenha melhorado muitos aspectos *observáveis* [grifo meu] das situações de trabalho, na tentativa de evitar perigos e amenizar a fadiga dos trabalhadores, a restrição dessa abordagem ficava limitada, muitas vezes, à fala dos chefes e diretores. Além disso, as análises eram feitas a partir de experimentações rápidas e de baixo custo que não interferissem na rotina do trabalho e atrapalhassem a produção. Nesses estudos, não eram considerados a realidade das situações de trabalho e o ponto de vista do próprio trabalhador. De modo a trazer visibilidade a esses aspectos, a Ergonomia da Atividade ou de língua francófona, emerge, portanto, se diferenciando da ergonomia anglo-saxônica, e traz como base de suas ações a análise da atividade em situações reais de trabalho, observadas diretamente no campo onde elas acontecem e tomadas a partir das informações e vivências dos próprios trabalhadores (WISNER, 1994; LAVILLE, 2007).

É neste contexto que surge a principal contribuição desta abordagem: a distância entre o *trabalho prescrito* e o *trabalho real*, onde todas as dramáticas da atividade acontecem, como nos afirmam Guérin e colaboradores (GUERIN et al., 2004, p. 15):

A distância entre o prescrito e o real é a manifestação concreta da contradição sempre presente no ato de trabalho, entre o que é ‘pedido’ e ‘o que se faz’. [...] a atividade de trabalho é uma estratégia de adaptação à

situação real de trabalho, objeto da prescrição. A análise ergonômica da atividade é a análise das estratégias (regulação, antecipação, etc.) usadas pelo operador para administrar essa distância [...]

Assim, entendemos que para fazer a análise de todas as atividades envolvidas na situação de trabalho, devemos considerar não só aquilo que está prescrito, mas também os imprevistos e aquilo que os próprios trabalhadores fazem – e que, muitas vezes, não percebem que fazem – para resolver esses imprevistos e atingir o objetivo esperado. Em vista disso, com base nesse debate, a Ergonomia associou a análise ergonômica do trabalho (AET) e a formação de modo a promover o desenvolvimento de conhecimentos e competências profissionais.

Neste sentido, a AET, enquanto objeto ou meio de formação, possibilita aos trabalhadores a construção de novas representações acerca do trabalho, facilitando a (trans)formação dos atores envolvidos (formadores e trabalhadores) e, ao mesmo tempo, transformando, também, as situações de trabalho. Além disso, esse processo facilitaria – através do reconhecimento, da organização e da formalização da experiência – “[...] a construção de novas competências no contexto de programas de formação mais ajustados às reais necessidades daqueles a quem se destinam” (VASCONCELOS E LACOMBLEZ, 2002, p. 296). Ou seja, o projeto ergonômico visa a uma abordagem participativa onde é possível que a (trans)formação se dê em um ambiente onde as experiências ganhem visibilidade, onde o espaço para a comunicação entre saberes esteja contemplado, onde haja uma análise das variabilidades e que favoreça o desenvolvimento das “competências em ação” na medida em que a atividade de trabalho acontece.

A questão das competências foi muito debatida por nós em nossa dissertação de mestrado (NOGUEIRA, 2012), que teve como perspectiva ética e epistemológica a Ergologia e a abordagem teórica da Ergonomia da Atividade. Através dessas perspectivas que pensam o trabalho como atividade, o que é importante para nós é justamente a crítica que elas fazem a uma lógica que busca enumerar categorias de “saber-fazer” sob a forma de capacidades independentes umas das outras e delimitadas pelos desempenhos nas tarefas prescritas ou esperadas (WELL-FASSINA E PASTRÉ, 2007). Deste modo, entendemos, assim como o projeto da Ergonomia da Atividade, que as competências profissionais implicam conhecer e compreender a distância entre tarefa e atividade. As competências se modificariam na medida em que os objetivos a realizar e as tarefas vão se modificando e elas se desenvolveriam assim que os imprevistos aparecessem.

Ao tomarmos tais preceitos como base de nossas análises, embora não seja nosso objetivo nesta tese, pressupomos que para pensar dispositivos de form(ação) de atletas de vôlei de praia – dada toda a peculiaridade desta atividade de trabalho – seja preciso levar em conta aquilo que Schwartz (2010) chama de “saberes investidos na experiência” desses trabalhadores, de modo a torná-los atores nesse processo de formação e desenvolvimento de competências esportivas. Trazer a experiência enquanto ingrediente formador na atividade de trabalho é, para nós, uma maneira de não perder a noção de que toda situação de trabalho exigirá *sempre* do sujeito a gestão entre aquilo que é aplicação do protocolo e aquilo que é imprevisível. Neste sentido, é importante, também, que tenhamos a noção de que a experiência é enigmática, visto que não é possível saber onde ela começa ou termina, assim como não se sabe quem é que *faz experiência*. De acordo com Schwartz (2010, p.42-43),

[...] não sabemos jamais exatamente, contrariamente a um protocolo o qual controlamos (*tentamos* controlar) todos os determinantes, qual é a entidade, a pessoa, o sujeito que faz experiência. É sempre presente seu patrimônio histórico, que é o substrato com o qual esse ser vai fazer a experiência de um acontecimento particular em um misto de inteligência, de saberes, mais ou menos claros para si mesmo.

Portanto, este autor nos alerta que *fazer experiência* envolve um saber que não é somente verbalizável, mas que se inscreve no corpo, mais uma vez corroborando a discussão de que a padronização do que deve ser aprendido não é suficiente. Assim, estar ciente desse debate abre algumas questões para nós, principalmente no que se refere à dramática que os atletas de vôlei de praia vivenciam no seu dia a dia: a dualidade entre a busca dos “movimentos-padrão” e os ajustes das variabilidades.

3.2. O Centro de Treinamento como espaço potencial de (trans)formação: o debate entre os “movimentos-padrão” e os “ajustes” do/no corpo em jogo.

Neste sentido, ao pensarmos nos espaços potenciais de formação e desenvolvimento dos atletas, aliados à nossa aproximação com o debate apresentado pela Ergonomia da Atividade e da Ergologia, entendemos que a partir dessas perspectivas, não é possível considerar os espaços que só contemplam a aprendizagem intencional, mas é preciso considerar também aqueles espaços onde acontece a aprendizagem não intencional, incidental, na situação de trabalho, nas relações com os pares, com os tutores, com a organização do trabalho, etc. (WELL-FASSINA E PASTRÉ, 2007).

Assim, a partir de nossas observações e das análises das entrevistas queremos propor uma reflexão acerca da importância dos Centros de Treinamento (CT) se configurarem não só como espaços de formação e de treinamento das habilidades esportivas, daquilo que os atletas chamam de “a busca pelo movimento-padrão”, mas problematizar aqui se o CT é também, ao mesmo tempo, um espaço de reflexão/(trans)formação sobre o fazer, pois é ali que algumas conversas sobre os ajustes, as variabilidades, acontecem de modo mais informal, nos intervalos dos treinos ou, como pudemos presenciar de modo mais evidente, nos estudos de vídeo antes das competições.

Quando dizemos que o CT pode se configurar enquanto espaço de reflexão/(trans) formação, pretendemos nos pautar na discussão apresentada por Rabardel (2005; FOLCHER E RABARDEL, 2007), em que ele faz uma análise sobre a atividade humana e sua relação com os instrumentos e os sistemas técnicos. A partir da concepção de um sujeito capaz e da sua relação com instrumentos subjetivos, Rabardel entende que esse sujeito vai operar em uma dupla relação com sua atividade: de modo produtivo, onde o sujeito transforma o real (material, social, simbólico) de modo a realizar a ação necessária para realizar os objetivos da situação (FOLCHER E RABARDEL, 2007; REZENDE, 2014); e de modo construtivo, onde a ação do sujeito transgride a realização do seu objetivo e transforma não só o real, mas também ele mesmo, o sujeito da ação, ou seja “[...] o trabalhador revisita sua ação passada através da análise reflexiva compartilhada com os outros.” (REZENDE, 2014, p.58).

Deste modo, com base nessa discussão e na perspectiva de pensar o trabalho dos atletas como atividade, queremos refletir sobre a possibilidade do espaço do CT se constituir em um espaço em que a atividade produtiva (busca dos movimentos-padrão, através da transformação dos gestos técnicos) ocorre ao mesmo tempo que a atividade construtiva, de modo que se torna quase impossível diferenciá-las, pois ao mesmo tempo que se aprende, se faz.

3.2.1. Delimitando os marcos formativos: da iniciação esportiva ao desenvolvimento da “Form(ação) em Jogo”

De modo a tornar mais claros os pontos de discussão que queremos trazer, estabelecemos, inicialmente, 3 (três) possíveis situações de formação a partir da análise das entrevistas dos 4 (quatro) atletas e das observações aos treinos, considerando alguns aspectos que atravessam essa atividade desde a iniciação deles no esporte até sua profissionalização. As situações elencadas são as seguintes:

- Formação no Vôlei de Quadra: experiência de aprendizado e/ou desenvolvimento formal dos atletas no voleibol de quadra.
- Formação no Vôlei de Praia: experiência de aprendizado e/ou desenvolvimento formal dos atletas no voleibol de praia.
- Form(ação) em jogo: experiência de aprendizado e /ou desenvolvimento em situação de treino ou jogo, em perform(atividade) com parceiro de dupla, com o ambiente, com a dupla adversária, com a organização e o gerenciamento do trabalho nesse esporte.

De modo a facilitar a visualização, construímos um quadro cronológico formativo dos atletas, onde estivessem presentes os marcos cronológicos relativos a estes períodos formativos. Na tabela abaixo procuramos dar visibilidade aos percursos formativos de cada atleta, de modo a fazer um recorte desde o início de sua inserção na prática do voleibol (de praia ou de quadra) até o momento em que esta pesquisa de doutoramento foi realizada. Os marcos formativos referentes a cada tipo de formação estão ligados a eventos específicos na história profissional desses atletas considerados por nós, pesquisadores do trabalho, como atividade, eventos de trans(formação) no trabalho. As situações de formação se apresentam no quadro a seguir:

Atleta 1 – Icarai, mulher, 31 anos. 1,75m altura				
10 anos	23 anos	30 anos	31 anos	
Formação no vôlei de quadra em associação desportiva. Experimenta como uma "brincadeira". Aprendizado dos movimentos básicos do vôlei através de exercícios de "paredão". Atuava na posição de líbero/defensor (fazendo muitos movimentos de recepção e manchete).	Inicia no vôlei de praia. Desenvolvimento de fundamentos de ataque e saque. "Ajustes" com a areia e as condições climáticas. Mudanças de condicionamento físico, necessidade de estar "mais leve". Necessidade de ajustes na vida, readaptação da vida social, alimentação	Muda-se da cidade de Brasília para a cidade do Rio de Janeiro. Busca jogar com pessoas diferentes de modo a "desenvolver seu vôlei". Mudança de parceira, de comissão técnica. Consegue patrocínio.	Necessidade de "ajustes" das técnicas e do corpo de modo a "compensar falhas do aprendizado básico" de movimento do fundamento ataque. Construção de nova parceria. "Busca de movimento padrão"	
Atleta 2 – Geribá, homem, 30 anos. 1,90 m altura				
12 anos	16 anos	17 anos - 21 anos	22 anos	27-30 anos
Inicia numa escolinha de vôlei de praia e faz um teste para vôlei de quadra em clube desportivo. Jogava de ponteiro-passador. (função que o jogador deve tanto atacar quanto defender.) Desenvolvimento de bons fundamentos de defesa, passe e levantamento.	Retorna ao vôlei de praia como brincadeira com amigos da época do vôlei de quadra em local onde os jogadores mais velhos e ex-jogadores jogavam vôlei.	Participa da sua primeira competição e torneio internacional. Torna-se profissional no vôlei de praia. Adaptação rápida ao jogo. Dificuldades financeiras em se manter como atleta profissional. Tentativa de entrar no ranking	Mudança de parceiro e passa da posição de bloqueador para defensor.	Parceria mais longa. Na entrevista o atleta aponta algumas situações de aprendizado vivida com este parceiro
Atleta 3 – Itaúna, mulher, 26 anos. 1,82m altura				
12 anos	20 anos	25 anos	26 anos	
Formação no vôlei de quadra em clube desportivo como meio de rede (fundamentos de bloqueio e ataque), e mais tarde, por conta da falta de altura para essa posição, passa a ponteira-passadora.	Inicia no vôlei de praia e paralelamente fazia faculdade de engenharia. Aprendizado da movimentação na areia. Necessidade de desenvolver maior "resistência" física, e "psicológica"	Muda-se da sua cidade natal e tem que mudar seu estilo de jogo. Necessidade de desenvolver sua movimentação em quadra. Busca diminuir sua massa corporal na tentativa de "ficar mais leve" e desenvolver fundamento de defesa.	Formação com troca de parceiras. Passa a jogar com Icarai que tem mais competências de defesa. Percebe-se mais rápida durante o jogo. Estudo de vídeos dos próprios jogos e dos adversários. "(...) depois que você começa a ver, você vai criando soluções para dentro do jogo em outras situações."	
Atleta 4 – Itaipu, homem, 27 anos 1,96m altura				
8 anos	9 anos	15 anos	22 anos	26 anos
Aprendeu brincando com a irmã, que já jogava, antes de buscar formação em escolinha ou clube desportivo. Entra em escolinha já na praia.	Inicia em clube desportivo e já entra para equipe principal. Jogava na posição de levantador.	Larga o vôlei de quadra para jogar só na praia. Joga primeiro mundial da categoria. Monta parceria com atleta de outra cidade. Diz que foi seu primeiro aprendizado na praia.	Começa a treinar em CT onde treinava a dupla olímpica.	Começa a treinar com parceiro L. Desenvolve melhor o vôlei. Estudos de vídeo dos jogos. Busca de desenvolvimento da comunicação com o parceiro.

Formação em Vôlei de Quadra	Formação em Vôlei de Praia	Formação em Jogo	Formação Afetiva
-----------------------------	----------------------------	------------------	------------------

Fig. 5: Quadro cronológico de formação dos atletas de vôlei de praia.

Ao resgatarmos a história profissional dos atletas participantes de nossa pesquisa, foi possível constatar que o primeiro contato deles com os gestos técnicos/fundamentos do vôlei e com as regras do jogo aconteceu na infância, entre os 8 e 10 anos de idade na sua maioria, em clubes e/ou associações esportivas.

Apenas um deles, Itaipu, aprendeu treinando com a irmã, que já jogava em um clube da cidade, antes de se inserir em uma escola de formação de voleibol (caracterizado no gráfico acima com a cor lilás/violeta). A história desse atleta apresenta uma dimensão formativa muito peculiar, já que se caracteriza pelo que denominaremos aqui de “form(ação) afetiva”²⁵:

Eu não sei como que eu aprendi. A minha irmã já jogava antes, então em casa a gente brincava muito. Eu vi, eu aprendi muito vendo, eu não sei como que eu aprendi a jogar, eu não fui para uma escolinha e o cara me ensinou a dar toque ou manchete. Quando eu entrei eu já sabia jogar, eu já sabia sacar, eu já sabia dar toque, eu já sabia dar manchete, porque minha irmã me ensinava em casa, isso desde novo. (...). Então eu brincava muito com ela, brincava sozinho, assistia muito ela jogar, assistia ela treinar e quando eu entrei para escolinha, eu comecei na praia, eu já sabia fazer as coisas (...). (Itaipu, homem, 28 anos)

Para os atletas, a iniciação esportiva se dá como uma “brincadeira”, ou seja, a maioria não tinha pretensões dessa atividade vir a ser sua profissão. Entretanto, segundo eles, é essa formação inicial que vai garantir o bom desenvolvimento do voleibol enquanto profissional, como nos conta a atleta Icaraí, quando afirma que sua formação inicial foi deficitária e por isso, enquanto profissional, ela precisa buscar desenvolver estratégias para corrigir erros de fundamentos importantes como o fundamento de ataque:

Às vezes você não sabe se é aquilo mesmo que você vai ser [...] você não tem um encaminhamento. [...] Como não era uma coisa que eu pensava que eu ia seguir uma carreira no vôlei de quadra, para mim não era importante [...] só que hoje como é a minha profissão, eu vejo que tiveram falhas, por exemplo, fundamentos de ataque. [...] Eu joguei muito tempo como líbero [posição do jogador que só exerce função de defesa no vôlei de quadra] [...] meu passe, é ótimo, mas e o resto? [...] na quadra você tem uma função, você trabalha em cima daquela função, se você é líbero você vai fazer manchete para caramba, passe e defesa. E aqui [na praia] não, aqui você tem que saber um pouco de cada fundamento... você tem que ser universal, meio completo. [...] E mexer na sua mecânica com 31 anos, é muito difícil, porque você já está [...] programada, entendeu? Por isso que eu acho que é muito importante você fazer uma base muito perfeita, a base quando você é novo que vai te dar o que você vai ser lá na frente. [...] Não é que é

²⁵ Ao falarmos de uma “form(ação) afetiva” entendemos aqui que o aprendizado desse atleta, além de ter sido desenvolvido e mediado afetivamente pela irmã, pensamos que podemos considerar que houve uma escolha e uma disponibilidade afetiva em aprender os fundamentos do vôlei.

impossível [mudar a mecânica], é possível. Hoje eu sei que eu tenho um movimento, por exemplo, que eu uso muito o braço no ataque, eu não uso muito o abdome, a força de abdome, eu saio do eixo da bola. Então, é uma coisa que eu tenho que pensar para fazer, não é uma coisa natural porque a minha mecânica não foi programada assim. Então para eu desprogramar eu teria que fazer muitas e muitas e muitas repetições. E hoje eu não tenho tempo para fazer isso. A minha demanda de treino é muito grande. [...] (Icarai, mulher, 30 anos)

De acordo com o quadro cronológico de formação dos atletas, Icarai teve sua iniciação esportiva aos 10 anos de idade, no vôlei de quadra. Ela só migra para o vôlei de praia aos 23 anos, e diz que nesse momento ela passa a ser uma atleta. No entanto, é em torno dos 30 anos que a atleta se depara com a necessidade de trans(formar) seu trabalho, e deste modo consideramos como marco inicial da sua “Form(ação) em Jogo” o momento em que a atleta se muda para o Rio de Janeiro e sente a necessidade de “desenvolver seu jogo”, pois necessita de muitos ajustes técnicos e corporais para trabalhar nesta modalidade.

Assim como Icarai, o atleta Geribá, 30 anos, também aponta que o esporte se inicia como uma atividade sem maiores intenções profissionais e concorda que a iniciação no vôlei de quadra²⁶ foi muito importante para o seu desenvolvimento quando ele se torna atleta profissional. No quadro cronológico formativo, podemos ver que Geribá faz sua iniciação esportiva tanto no vôlei de quadra quanto no vôlei de praia a partir dos 12 anos, ficando no vôlei de quadra até os 14 anos. Segundo o atleta, nessa fase foi possível desenvolver bem os fundamentos básicos e, portanto, foi mais fácil fazer os ajustes necessários para conseguir jogar na praia:

Eu sempre fui muito técnico na quadra. Eu sempre tive um bom passe, uma boa levantada, por mais que eu não fosse levantador, eu tinha um bom toque na quadra. E eu acho que eu consegui trazer uns bons fundamentos. Tanto que eu tenho um passe muito bom, a minha levantada é muito boa, eu sou um dos melhores levantadores do circuito. E aí foi [...] aperfeiçoando, entendeu? [...] Tem jogos que pedem [...] um pouco mais de técnica. Um jogo que você tem que largar mais [a bola] porque o defensor não é bom; e tem jogo que você tem que atacar mais. E aí você vai se adaptando, e eu me adaptei muito bem, sabe? Eu consegui fazer bons fundamentos. Eu consegui fazer um bom saque, um saque tático. Consegui ter um feeling muito bom do vôlei de quadra que é aquela percepção tipo: [...] pra onde ele [adversário] pode atacar mais; eu trouxe isso pra praia. (Geribá, homem, 30 anos)

²⁶ A maior parte dos atletas de vôlei de praia teve sua iniciação esportiva no vôlei de quadra – fato que também marca a história do nascimento da modalidade tanto nos EUA, quanto no Brasil (Costa, 2005) – e por isso todos eles falam da necessidade de fazerem muitos ajustes quando passam de uma modalidade para outra. Dessa forma, pressupomos que o vôlei de quadra também se torna um elemento de (trans)formação do trabalho, visto que os atletas refletem sobre sua atividade, na medida que há uma mediação comparativa entre as duas modalidades. Pretendemos desenvolver melhor essa questão mais adiante.

Além de nos contar sobre aspectos importantes da base do seu aprendizado no voleibol, Geribá nos apresenta um processo de desenvolvimento desses fundamentos a partir dos ajustes com o ambiente da praia, com o momento do jogo e a partir do diálogo de modo competitivo com os adversários. Deste modo, consideramos seu marco inicial de “form(ação) em jogo” a partir dos 17 anos, quando Geribá faz sua primeira competição internacional e, portanto, vislumbra a possibilidade de se profissionalizar no vôlei de praia, apesar das dificuldades financeiras. Além disso, o atleta relata a importância da busca de parceiros de dupla que o auxiliaram no desenvolvimento de suas competências esportivas no vôlei de praia. Como veremos no capítulo seguinte, a escolha do parceiro de jogo e o modo como a dupla se configura apresenta-se para nós como uma situação/espço de desenvolvimento muito importante no trabalho desses atletas. Dessa forma, assim como Geribá, a atleta Itaúna e o atleta Itaipu apontam a necessidade de buscar nos parceiros e atletas mais experientes, subsídios que mobilizem suas competências no jogo.

No gráfico da atleta Itaúna, por exemplo, esse aspecto pode ser considerado na situação em que se inicia sua “Form(ação) em Jogo”, que acontece em torno dos 25-26 anos de idade, quando a atleta começa a buscar parceiras que a auxiliem nos ajustes corporais e técnicos que ela tem que fazer depois que migra do vôlei de quadra para a praia. Itaúna conta que, quando passa a jogar na praia, ela sente certas limitações em seus fundamentos de defesa e movimentação, não só pela formação no vôlei de quadra que privilegiava um aprendizado para exercer uma determinada função na equipe, mas, também, por conta de sua estrutura física – a atleta é grande e “larga”, segundo ela. Embora a atleta tenha valências de força de ataque, ela afirma que dependendo do desenrolar do jogo, se as adversárias fazem uma partida “corrida”²⁷, ela acaba por sentir mais dificuldades, já que tem que se movimentar o tempo todo e acaba por cansar-se mais rápido, devido à areia. Deste modo, ela procura jogar com parceiras mais leves, que se movimentem mais rápido e que tenham desenvolvido as valências de defesa de modo que ela possa entrar em sinergia e colocar toda sua valência de força em jogo e, assim, evitar o cansaço.

²⁷ Durante uma partida de voleibol, seja no de quadra ou de praia, o *rally* – o tempo entre o saque e o ataque que culmina com ponto – geralmente acontece em apenas alguns segundos; no entanto, podem existir momentos em que as equipes executam movimentos de defesa tão eficazes que conseguem evitar que a bola caia no chão durante um ou dois minutos. Do ponto de vista do público e do espetáculo, esses momentos são extremamente emocionantes e atrativos, pois são presenciadas movimentações espetaculares por parte dos jogadores para evitar que o adversário coloque a bola no chão e pontue. Entretanto, pela fala da jogadora Itaúna, vemos o quanto pode ser desgastante para o atleta que, no caso dela, busca estratégias para realizar uma virada de bola de modo eficaz, colocando toda sua força na bola de modo a evitar *rallys* longos.

Já o atleta Itaipu apresenta em seu gráfico sua “Form(ação) em Jogo” em torno dos 22 anos, pois segundo ele, seu modo de jogar modifica-se não só porque o vôlei de praia é um esporte “totalmente diferente”, mas principalmente pela diversidade de parceiros que teve e que o auxiliaram a entrar no *ranking*. Além disso, o atleta aponta que estar no mesmo CT de atletas olímpicos foi fundamental no seu desenvolvimento e na sua decisão de tornar-se atleta profissional.

3.2.2. O espaço potencial de formação presente na relação treinador-atleta

Outro espaço potencial de formação que não podemos desconsiderar nesta atividade e que está presente desde a iniciação esportiva dos atletas é a relação de aprendizado que eles estabelecem com o treinador. Durante nossas visitas ao CT foi possível perceber que os atletas colocam na figura do treinador a orientação necessária para a correção dos movimentos, o que de fato torna-se importantíssimo para o desenvolvimento das habilidades esportivas.

O regulamento da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) não permite a presença do treinador na quadra durante as partidas, o que pressupomos ser uma norma que faz com que os atletas busquem estratégias para compensar a falta desse profissional nas competições, ao buscarem parceiros que saibam “ler o jogo” e que consigam falar durante a partida tudo o que está acontecendo e o que pode acontecer para a dupla agir contra os adversários. Por exemplo, um dos atletas, Geribá, aponta que um parceiro que saiba “contar o jogo”, ou seja, contar quantas bolas o adversário já bateu em determinada área da quadra, ajuda a dupla a pensar nas jogadas.

Durante um treino com bola na praia onde o conteúdo que estava a ser trabalhado era o fundamento de defesa, observamos que o treinador aponta para o atleta correções de posturas como esticar mais o braço, agachar de modo a dobrar mais os joelhos que, de acordo com uma leitura de biomecânica do voleibol, possibilita, teoricamente, um melhor desenvolvimento da técnica dos movimentos de defesa. Entretanto, existem algumas variáveis importantes nessa situação que impossibilitam a pura e simples aplicação da técnica. A fala do atleta Geribá sobre o treino nos aponta exatamente sobre essa dinâmica:

[...] na verdade o que ele [o treinador] fala é mais parte técnica. É você flexionar o joelho um pouco mais. É você abaixar um pouco mais. Por mais que essa bola varie, o movimento tem que ser esse entendeu? Aí você adapta rápido. Aí você joga o braço para esquerda, joga o braço para direita, mas o movimento em si tem que ser esse. Então a gente tem que

absorver muito rápido a informação. E contar já com a variável, às vezes tá ventando um pouco mais, às vezes o sol tá te atrapalhando. Às vezes a bola tá muito cheia, às vezes a bola tá um pouco vazia, às vezes o cara bate errado [...] (Geribá, homem, 30 anos).

A atleta Icarai também comenta sobre a importância do olhar do treinador na orientação técnica dos movimentos e na orientação dos ajustes e que, geralmente, quando ela consegue fazer exatamente da forma que ele orienta, a jogada é eficaz, mesmo quando existem as variações de jogadas. Neste sentido, a atleta aponta que o treinador é primordial na busca dos “movimentos-padrão”, e afirma que “o padrão é o diferencial” porque é a partir desse movimento que ela pode ter a variação de jogadas. Para esclarecer essa espécie de “paradoxo”, a fala de Icarai sobre a execução do movimento-padrão e a análise das variabilidades do vento pode nos ajudar a entender todo esse debate que o atleta tem durante uma partida:

[...] existe, por exemplo, um padrão sem vento. Quando tá ventando a gente sabe que é totalmente diferente [...] eu não vou poder pedir uma bola lá na antena aberta, se eu passei no meio. Por que? Porque o vento pode levar a bola, o vento vai encurtar a bola. Dependendo da direção do vento, a gente tem que fazer toda uma análise antes. [...] geralmente quando tá ventando, a gente só joga perto, porque a bola varia menos. Então, assim, no vôlei de praia tem essas variações que a gente já sabe. Geralmente, o padrão é um padrão de passe que vai me dar todas as bolas, e isso independe do vento. (Icarai, mulher, 30 anos)

3.3. Pensar uma “form(ação) em jogo” no campo da Educação física: as contribuições da Praxiologia Motriz

Ao entrarmos em contato com esse campo e essas falas, buscamos na literatura específica do esporte e da atividade física, subsídios e informações que nos ajudassem a entender como se daria esse processo de formação de atletas e, principalmente, de desenvolvimento dos movimentos e fundamentos básicos do voleibol. Nesse período, entramos em contato com algumas páginas da internet especializadas em voleibol via pesquisa de termos “fundamentos do vôlei de praia”, “movimentos-padrão do vôlei de praia”²⁸, e encontramos muitas explicações e gráficos de execução.

²⁸ A página em que encontramos maior detalhamento na descrição das regras e fundamentos foi a página www.justvolleyball.com.br. Inclusive entramos em contato com o autor da página na tentativa de resgatar a história dos movimentos e desenvolvimento das técnicas corporais do vôlei, mas ele disse não ter conhecimento sobre este material.

Dentre esse material, um artigo nos chamou a atenção, pois se tratava de pensar “modelos” de execução de jogadas do vôlei de praia que fizessem com que o jogo se tornasse menos “previsível”, pois além da falta de contato entre os adversários, “(...) as duplas (...) costumam jogar de forma padronizada: saque em suspensão, recepção e levantamento de bola alta na ponta seguida de ataque, o adversário faz o bloqueio *podendo [grifo meu]* ocorrer o contra-ataque.” (MARQUES JUNIOR, 2015, p.193). Neste texto, especificamente, o autor aponta para a necessidade de que os jogadores *em determinados momentos* variem os fundamentos de saque e levantamento de modo a tornar a recepção do adversário mais difícil e, assim, tornar o jogo mais imprevisível.

Ao nos depararmos com esse texto, tivemos alguns debates que, de certo modo, nos atravessam e vão de encontro ao que pretendemos apontar aqui nesta tese. Embora o autor aponte a necessidade de variações dos fundamentos durante a partida, entendemos, a partir do nosso contato com os atletas e com base na perspectiva de pensar o trabalho enquanto atividade, que apontar o vôlei de praia como uma modalidade “previsível” e que as duplas jogam de forma padronizada, pode-se correr o risco de desconsiderar todo o debate de normas com as quais os atletas se deparam durante uma partida.

Ao longo do texto, Marques Junior (2008; 2015) levanta várias hipóteses de como essas variações podem acontecer, e faz uso de várias expressões como “quando possível”, ou “em determinado momento”, expressões que para nós apontam justamente para a imprevisibilidade e para as dramáticas do corpo-si, ou seja, embora os atletas afirmem o tempo todo que buscam os “movimentos-padrão” e o quanto é necessária a execução destes movimentos de modo eficaz, existe, ao mesmo tempo, toda uma negociação com as variáveis, o encontro com o ambiente da praia, com o parceiro, com o adversário, etc.

Neste sentido, no encontro com pesquisadores do campo da Educação Física, tivemos contato com as contribuições do autor Pierre Parlebas (SARAVÍ, 2012) e do seu conceito de Praxiologia Motriz que visa pensar os processos de ensino-aprendizagem dos gestos esportivos e que, de certo modo, apresenta um debate em coerência com a discussão que queremos trazer.

Ao contar com as contribuições de diversos campos de saberes como da antropologia, da etnologia e da matemática e, principalmente, no contato deste autor com a psicologia, mais especificamente com os aportes teóricos da Gestalt, Parlebas, enquanto professor de Educação Física no processo de ensino de gestos esportivos, percebe que a tomada de consciência e aprendizagem de movimentos e gestos esportivos complexos não se dava na adição de pequenas aprendizagens de movimentos segmentados mas, sim, no

reconhecimento dos movimentos num encadeamento de um esquema global (SARAVÍ, 2012).

A partir de um longo debate com as demais disciplinas científicas e no confronto com sua experiência no ensino de crianças, Parlebas se aproxima muito do que viemos trabalhando até aqui ao afirmar que era necessário pensar a ação motriz associada a valores e, portanto, a praxiologia motriz se apresenta justamente, como o nome já diz, de uma práxis que pensa a ação motriz como elemento de desenvolvimento da pessoa, visto que ela pretende trabalhar não só a aquisição de gestos e movimentos, mas “[...] a personalidade, a inteligência, a afetividade, as relações [...]. A partir dessa base se pode ir mais longe: trabalhar a cooperação, o conhecimento do meio, o domínio corporal, desenvolvendo a adaptabilidade e o equilíbrio da pessoa.” (SARAVÍ, 2012, p. 28, tradução nossa).

Portanto, caracterizada como “a ciência da ação motriz e especialmente das condições, modos de funcionamento e resultados de seu desenvolvimento” (PARLEBAS, 2001, p. 354, apud FAGUNDES, OLIVEIRA, RIBAS, 2015, p.4), a praxiologia motriz visa pensar o conhecimento sobre os jogos e os esportes a partir de um sistema que considera 3 (três) aspectos: a ação motriz do jogo de acordo com a relação existente, ou não, de companheiros; a ação motriz com relação aos adversários; e a ação motriz com relação às interferências do meio (FAGUNDES, OLIVEIRA E RIBAS, 2015). Deste modo, Fagundes e colaboradores, ao trazerem esse debate para pensar o voleibol de quadra, apontam que durante o próprio processo de ensino-aprendizagem de uma modalidade esportiva é preciso que outros aspectos sejam considerados (FAGUNDES, OLIVEIRA E RIBAS, 2015, p. 6):

Ao compreendermos o voleibol composto por diferentes momentos [saque, recepção, levantamento, ataque, bloqueio e defesa], se faz evidente o entendimento de que eles relacionam-se entre si e que [...] a tomada de decisão efetuada em cada momento do jogo se faz em decorrência da ação motriz ou da análise da ação motriz anterior, podendo esta ter sido realizada por companheiros ou por adversários. Tendo esse pressuposto básico, propõe-se que os processos de ensino-aprendizagem dos esportes de cooperação-oposição também se preocupem com as interações que se fazem presentes entre os jogadores

Neste sentido, acreditamos que este debate contribui com o que chamaremos de *perform(atividade)* – conceito ao qual daremos maior ênfase no quarto capítulo desta tese – pois entendemos que os estudos que levam em conta o ponto de vista da atividade também podem compor com os estudos sobre o esporte e a atividade física, e buscar, também dos próprios atletas, subsídios para o desenvolvimento desses gestos esportivos. Dessa forma,

pretendemos, a seguir, levantar alguns pontos de debate sobre o nosso campo a partir das perspectivas teóricas que vieram nos acompanhando até agora.

3.4. Entre o “mecânico” e o “dom”: o gesto *também é uma bola que se passa*.

No último tópico do capítulo denominado “O gesto é transmissível?”, do livro “Trabalho e Poder de Agir”, Yves Clot (2010) faz uma afirmação que para nós foi tomada com uma certa – e oportuna – provocação: “o gesto não é uma bola que se passa”. O autor faz esse *jogo* para afirmar que a experiência coletiva não pode ser passada e simplesmente aplicada

[...] como uma bola que salta de geração em geração. [...] a experiência coletiva não se transmite; mas ela resiste e perdura sob a forma de uma evolução ininterrupta. [...] ninguém recebe, como partilha uma experiência pronta a ser usada [...] cada um toma seu lugar na corrente das atividades e dos gestos. (CLOT, 2010, p.163)

A partir da afirmação do autor, entendemos que o gesto não pode ser considerado desconectado de um coletivo que o suporte, pois em meio ao turbilhão dos debates da atividade, o coletivo também é, ao mesmo tempo, retroalimentado pelo gesto, trazendo assim uma discussão sobre uma dinâmica entre individual-coletivo importante que atravessa toda atividade de trabalho. Entretanto, ao tomarmos nosso objeto de pesquisa, “uma bola que se passa” merece nosso olhar cuidadoso como elemento importante no trabalho dos atletas de vôlei de praia.

Até aqui, pretendemos afirmar processos de formação e aprendizagem no trabalho que não passam apenas pela reprodução e aplicação de conhecimentos, mas que buscam construir espaços que permitam aos trabalhadores concretizar os conhecimentos agindo sobre eles, apropriando-se deles e transformando-os, de modo a in(corpo)rar os ajustes e regulações necessários para poderem fazer frente aos impactos dos constrangimentos vividos na atividade de trabalho (VASCONCELLOS E LACOMBLEZ, 2002).

Entretanto, embora nossos aportes teóricos nos ajudem a pensar uma formação profissional que visa romper com “(...) concepções de aprendizagem baseadas no princípio da *repetição* [grifo meu] dos gestos e comportamentos pré-definidos” (LACOMBLEZ E VASCONCELLOS, 2009, p.55), ao trazermos esse debate para o trabalho dos atletas de vôlei de praia, não podemos desconsiderar que o uso da repetição de movimentos como base

de desenvolvimento de habilidades no esporte ainda é o principal método utilizado nos centros de treinamento.

Fazendo um paralelo com a experiência de iniciação esportiva dos atletas, aliada às nossas observações aos treinos e as falas nas entrevistas, a *repetição* parece ser entendida como um método de aprendizagem na tentativa de “*automatizar*” um movimento, por exemplo, quando a atleta Icarai nos fala da experiência de aprendizagem inicial no voleibol com o método “paredão”, que se caracteriza pelo “treinamento” das habilidades corporais para os movimentos de ataque e manchete em frente a uma parede. Mas é aí que queremos e precisamos marcar uma diferença, pois existe sempre um diferencial na repetição, principalmente se nos referirmos a uma modalidade esportiva coletiva e que se faz em meio às variabilidades da natureza.

Neste sentido, encontramos nas discussões de Michel Jouanneaux (2011) alguns aspectos interessantes sobre a repetição e os automatismos na relação com a atividade que podem nos ajudar a pensar o trabalho e o desenvolvimento desses atletas, assim como afirmar nossas perspectivas para pensar uma form(ação) de atletas profissionais em perform(atividade). Um dos principais pontos que o autor nos traz para discussão se dá, justamente, para o uso que se faz dos termos *repetição* e *automatismo*, correndo-se o risco de desassociá-los como elementos importantes da atividade do sujeito.

O autor aponta, portanto que (JOUANNEAUX, 2011, p.37)

[...] obter um bom resultado e poder repeti-lo supõe uma competência estabilizada. Propor-se objetivos e ser capaz de realizá-los exprime uma estrutura psíquica organizada e hierarquizada ao serviço de uma energia vital sempre renovada. É pela repetição dos atos concretizados que nossa competência se desenvolve e que nosso funcionamento psíquico se estabiliza, o que quer dizer que nosso desenvolvimento se inscreve principalmente na sucessão de nossos êxitos²⁹. É a satisfação do ato realizado que acalma nosso psiquismo em uma certa serenidade, ela nos permite então de colocar à distância nossas dúvidas e nos ajuda a configurar as eventuais tendências deletérias.

Essa discussão de Jouanneaux é importante para nós porque se aproxima em muito com a fala dos atletas de nossa pesquisa, principalmente dessa necessidade que eles nos

²⁹ Sobre a questão do êxito, Joanneaux apresenta um dado interessante, pois segundo ele as situações de êxito nas atividades das pessoas, sendo elas as mais simples, como a do padeiro que faz o pão, até as mais complexas, são onipresentes em nosso meio uma vez que nos permitem viver, caracterizando o que o autor chama de “onipotência da eficácia” (JOUANNEAUX, 2011, p.33, tradução nossa). Trazendo o debate do êxito para o modo de funcionamento do esporte e, principalmente, para modalidades como o vôlei de praia, o êxito é esperado, mas já parte do pressuposto de que ele pode não acontecer, pois sempre haverá alguma equipe ou atleta mais eficaz do que o outro.

trazem o tempo todo de “busca dos movimentos-padrão”. Tanto na fala de Icarai sobre sua iniciação esportiva e os movimentos mecanizados (os quais, segundo a atleta, é necessário pensar para fazer), quanto na fala do atleta Itaipu, quando ele nos diz que muitas vezes ele sai de uma partida “mais cansado de pensar do que de jogar”, entendemos que é preciso, de certa forma, in(corpo)rar certos movimentos de modo que os deixem mais “descansados” para pensar nos inúmeros ajustes que devem fazer para jogar e que são intrínsecos à modalidade do vôlei de praia.

Uma outra situação que presenciamos acerca da execução dos movimentos foi durante o estudo de vídeo do jogo de uma das duplas a serem batidas no campeonato. Um atleta chama a atenção para como um dos atletas analisados apresenta um “toque mecanizado” e nesse momento o treinador responde dizendo que o atleta é considerado o melhor levantador do país e conclui: “ele pode ser mecanizado, mas ele não erra o dele”.

Entendemos, a partir dessas situações que observamos, o quanto existe uma discussão em relação ao gesto técnico e de sua apropriação, e até mesmo de uma noção de que existe uma espécie de embate entre o pensamento e a execução do movimento. No entanto, o tempo de treino é necessário para que os atletas “integrem automatismos”, assim como no relato de um pianista que Jouanneaux traz em seu debate, de modo que eles não tenham “[...] que refletir sobre o que vai acontecer logo após [...] para não mais pensar e se deixar ir completamente” (JOUANNEAUX, 2011, p. 42).

Portanto, percebemos que ter um movimento mecanizado representa aí um debate de valor quanto ao desenvolvimento dos movimentos e, ao mesmo tempo, quanto à qualidade estética como vimos na fala do atleta durante o estudo de vídeo e na fala do atleta Geribá sobre o que ele chama de “dom” ou “jeitinho” sobre o fundamento do passe:

[...] tem atletas que têm mais facilidade em certos movimentos [...] no caso do passe, tem gente que tem uma facilidade maior de passar. Você olha para o atleta, você vê que ele tem [...] aquele dom, aquela calma; não faz tanto esforço. E tem atletas que são o contrário, são os opostos, fazem um esforço tremendo para passar, tem que tá agachado, tem que fazer o movimento perfeito pra poder acontecer. [...] e eu tenho uma característica, assim, de ser muito leve jogando, sabe. O meu toque é muito bom [...] eu não penso muito para tocar, ela [a bola] flui, simplesmente flui. E tem gente que tem que fazer aquela base, arrumar a perna, ajeitar o corpo e aí fica uma coisa robótica. Mas funciona, entendeu? E isso [...] eu trouxe mais [...]da quadra [...] era uma coisa mais suave de fazer [...] uma coisa mais plástica. Então eu tenho os meus movimentos muito plásticos. E aí eu acho que é da minha base né; porque nos meus treinamentos eu já tinha isso, essa plasticidade [...] essa amplitude de ter uma coisa mais flexível, entendeu. (Geribá, homem, 30 anos)

A fala de Geribá de certa forma chama a atenção para esse debate que os atletas fazem com relação ao modo como vivenciam o desenvolvimento dos movimentos e da apropriação dos gestos técnicos. Deste modo, seguimos com Jouanneaux e seu debate sobre a dimensão dos gestos profissionais para nos ajudar a pensar nesses aspectos que compõem a atividade do atleta de vôlei de praia.

A partir da discussão com alguns autores (BERNSTEIN, 1996; FERNANDEZ, 2004, apud JOUANNEAUX, 2011), Jouanneaux nos fala que com o uso do termo “automatismo” podemos correr o risco de darmos um caráter secundário a esses movimentos, inclusive desassociando-o do contexto global em que esses movimentos acontecem, já que segundo o autor, “os hábitos gestuais não são adquiridos pela simples repetição do comando motor, mas pela evolução do processo motor cuja resolução se adapta às circunstâncias internas e externas da ação.” (JOUANNEAUX, 2011, p. 45). O autor aponta, portanto, que esses gestos são motivados pelo contexto e se desenvolvem em um “[...] encadeamento de certos números de ações ou de controles ordenados em função da obtenção de um resultado” (JOUANNEAUX, 2011, p. 48), que ele irá chamar de *sequências*, e que devem ser analisadas em contexto, visto que cada uma delas se realiza no curso de um ato e procedem diretamente do sentido da situação que inspira o comportamento.

Assim, entendemos que o debate que o autor nos apresenta vai ao encontro de nossa necessidade de pensar o corpo em ação como elemento associado à atividade, para além da hierarquização das faculdades mentais sobre ele, o que acarreta que as decisões e as intenções – mesmo que sejam elaboradas implicitamente – não se dão apartadas dos objetivos a serem realizados e nem dos coletivos a que as pessoas pertencem.

Sem perdermos de vista a conversa com Jouanneaux, acreditamos que a discussão apresentada por Coutarel (2008) sobre o corpo em esforço enquanto instrumento do poder de agir pode nos auxiliar a percorrer esse caminho para pensar uma *form(ação) em jogo* em que a mobilização do corpo-si do atleta e o modo como ele se apropria dos gestos técnicos são parte fundamental do desenvolvimento profissional.

Embora tenhamos algumas discordâncias quando Courtarel diferencia a prática esportiva de outras práticas profissionais, queremos nos aproximar da noção que ele traz de *esforço* enquanto a mobilização corporal engajada, onde esse corpo *en jeu* (em jogo) “[...] se torna instrumento subjetivo de uma relação com o mundo complexo (físico, social e cultural), no qual o indivíduo tenta desenvolver sua capacidade de ação.” (COUTAREL, 2008, p.108, tradução nossa). Ao entendermos que essa é uma introdução para o debate que trataremos mais adiante sobre o corpo do atleta como instrumento do poder de agir, essa

discussão sobre o *esforço*, por ora, nos ajuda a pensar no debate entre “os movimentos-padrão” e os ajustes no trabalho dos atletas, pois consideramos, assim como Coutarel (2008), que o *esforço* se configura justamente como essa dramática do corpo-si, onde o corpo e sua mobilização servem à tendência renormatizante na direção de uma tomada de consciência que o permite experienciar o mundo de modo a se transformar, ao mesmo tempo em que imprime sua marca nesse mundo. Assim, Courtarel aponta que o esforço e o gesto técnico são elementos de desenvolvimento do poder de agir visto que (COUTAREL, 2008, p. 108):

O esforço qualifica o estado do corpo, onde sua dimensão instrumental é exacerbada. O gesto técnico é a modalidade operacional finalizada e situada do poder de agir. Os alvos potenciais do esforço e, portanto, do gesto técnico, são diversos: si mesmo, o outro e o coletivo, os procedimentos, as regras, os objetos físicos, etc.

A partir dessa discussão, nos parece possível analisar a fala da atleta Icarai quando aponta sua dificuldade em “desprogramar sua mecânica”, e do quanto ela se esforça para corrigir possíveis erros e realizar o fundamento de ataque. A angústia que a atleta nos trouxe no momento da entrevista a respeito da dificuldade que estava tendo para fazer a virada de bola referia-se, segundo ela, à falta de tempo para corrigir esses fundamentos, pois no vôlei de praia, devido ao grande número de jogos durante o ano, as repetições de passe, levantamento, etc., não são feitas para correção do seu movimento especificamente, mas para ajustá-lo à dinâmica da dupla. Embora ela tenha trazido esse aspecto como uma problemática, a partir de nossas análises entendemos que, de certa forma, no vôlei de praia, mesmo tendo como base os mesmos movimentos/fundamentos do vôlei de quadra, os atletas devem fazer o uso desses movimentos e desenvolvê-los com a necessidade de agir na atividade do outro e em meio à variabilidade do ambiente da praia.

No sentido de nos trazer mais subsídios para essa discussão, Jean Luc Tomás e colaboradores (TOMÁS et al., 2009) vão debater justamente sobre a relação corpo e trabalho, sobretudo “[...] as relações entre a atividade de um sujeito concreto e encarnado, e o trabalho de um coletivo profissional” (2009, p.23, tradução nossa). Em vista disso, os autores consideram que o corpo é uma construção com base social e, portanto, ele se configura e se desenvolve de acordo com o modo como o sujeito interage nos diferentes meios sociais. Deste modo, segundo os autores, os gestos, as atitudes, as impressões, os sentimentos de um profissional em relação ao seu trabalho vão responder, principalmente, às maneiras de fazer e tomar os objetos do trabalho em um dado meio profissional.

Neste sentido, assim como vimos em Jouanneaux (2011), Tomás et al. (2009) também apresentam um debate sobre os gestos profissionais e sua relação com os “automatismos” – sem perdermos de vista as considerações que Jouanneaux nos apresentou sobre o uso do termo – afirmando, inclusive, sua dimensão contextual e direcionada ao outro. Assim, o que queremos destacar é a dimensão do *gênero profissional* no desenvolvimento do gesto. De acordo com os autores (TOMÁS et al., 2009, p.26):

[...] a realização de um gesto num quadro profissional não é suficiente para encaminhar um ofício. Um gesto profissional pode, por exemplo, transgredir as regras do ofício e não se inscrever nas maneiras de fazer do ‘bom trabalho’ reconhecido pelos profissionais. O estoque de maneiras de fazer, permitindo se orientar nos gestos do ofício a realizar, pode se aparentar a uma memória profissional coletiva que regula a atividade, dirige a ação e propõe os meios mais eficazes para agir. [...] o gesto do ofício é, portanto, regrado pelo gênero profissional e regulado pelos automatismos que ele assegura dos meios de realização.

Assim, ao retomarmos o debate que os atletas travam entre o gesto “mecanizado” e o movimento “plástico” e se pensarmos no espaço cotidiano de formação desses atletas, não podemos desconsiderar esse aprendizado apartado do modo como o coletivo o apreende, inclusive se quisermos pensar no modo como esse saber é transmitido.

Durante o estudo de vídeo, o treinador nos explica que assistir às partidas dos adversários, principalmente de atletas como os atuais campeões olímpicos, vai permitir que se tenha conhecimento não só das “zonas de movimentação” desses atletas, mas o foco é, segundo ele, “a biomecânica do corpo dos grandes jogadores”. Portanto, quando ele chama a atenção para “a posição de expectativa”³⁰ de um dos atletas olímpicos, entendemos que existiu ali uma tentativa de transmitir um saber, que “mecanizado” ou não, foi acolhido por um coletivo. Nesse sentido, a “transmissão, imitação, aprendizagem são, assim, os meios do coletivo para fazer a transição do gesto feito em uma situação profissional para um gesto de ocupação inserido na história” (TOMÁS et al, 2009, p. 26).

Assim, trazer esse debate sobre os gestos profissionais é importante não só para afirmar que a experiência técnica não pode ser entendida sem uma referência ao imaginário do

³⁰ Junior e Deprá (2010), ao fazerem uma análise qualitativa sobre o fundamento de recepção no voleibol, descrevem que para um bom fundamento da posição de expectativa o atleta deve estar com “as pernas semiflexionadas, afastadas lateralmente, com abertura igual à largura dos ombros; pé direito levemente à frente do esquerdo, em uma relação calcanhar – dedos dos pés; o peso do corpo deve ser jogado para frente, transferindo esse peso para a planta dos pés; inclinar se um pouco para frente, de modo que os ombros fiquem avançados em relação aos joelhos; braços estendidos na frente do corpo e em paralelo à perna mais alta; voltar as palmas das mãos para cima” (JUNIOR E DEPRÁ, 2010, p. 577).

corpo³¹, assim como nos aponta Vigarello (2007) mas, principalmente, para dar visibilidade a essa dimensão *parcialmente* antecipável da atividade, do in(corpo)rado, daquilo que se pretende – e é necessário – ser “previsto”, para poder ser transmitido e, até mesmo, (re)inventado.

Embora diversas pesquisas que pensam o trabalho enquanto atividade tenham como premissa justamente chamar a atenção para o caráter enigmático e imprevisível do trabalho, e o quanto não considerar esse ponto de vista pode ser prejudicial aos trabalhadores e seu coletivo, queremos pensar aqui, no que se refere aos atletas de vôlei de praia, que “buscar o padrão” seja a estratégia necessária para amenizar as inúmeras variabilidades que atravessam essa atividade.

Dessa forma, trazer uma concepção de gesto profissional que, assim como afirma Coutarel (2008, p.110), “[...] resulta de um compromisso construído individualmente e coletivamente entre as diversas fontes de prescrição [...] e que se adaptam ao contexto particular (variabilidade)”, pretendemos seguir no debate que apontamos de modo superficial na introdução desta tese: o corpo do atleta enquanto *instrumento* de seu trabalho.

3.5. O corpo em jogo como instrumento de trabalho

Dentro desse contexto, portanto, pressupomos que as discussões de Rabardel (2005; FOLCHER E RABARDEL, 2007; GOUEDARD E RABARDEL, 2012) e sua abordagem sobre a atividade a partir de uma gênese instrumental podem nos auxiliar a pensar essa dinâmica entre “os movimentos-padrão” e as variabilidades e visar ao desenvolvimento de um gênero profissional de atletas de vôlei de praia, pois o debate desenvolvido por este autor sobre a construção de instrumentos e os sistemas técnicos pode, de acordo com Santos (2004, p.219), “(...) contribuir para uma análise do trabalho e da forma como se concebe e se implementa ações de formação contínua.”

³¹ Vigarello (2007) apresenta um debate interessante sobre como se constitui um saber corporal na penumbra do desenvolvimento das tecnologias industriais desde o final do século XVIII e início do XIX, quando emerge uma necessidade de se conhecer o trabalho, e que se perpetua no início do século XX, quando as transformações nos mundos do trabalho desenvolvem tecnologias informacionais que, *pressupõem* mais o uso das cognições do que do corpo propriamente dito. Deste modo, o autor chama a atenção para os riscos de se menosprezar o corpo do trabalhador no encontro e desenvolvimento dessas tecnologias, desconsiderando os impactos desse não engajamento corporal na atividade.

O retorno aos estudos de Vygotsky e sua afirmação de que “a mediação da atividade humana pelos instrumentos é considerada como fato central que transforma as relações do sujeito com o mundo, as funções psicológicas e considera seu desenvolvimento” (VYGOTSKY, 1930 apud FOLCHER E RABARDEL, 2007, p.209) e, a partir daí, a distinção que Rabardel vai trazer sobre *artefato e instrumento*, podem contribuir para nosso estudo, principalmente no que se refere às propriedades esquemáticas do instrumento e sua utilização pelo sujeito em/na ação. As discussões sobre o uso de ferramentas materiais e simbólicas por Vygotsky apontam para nossa tese, principalmente quando Rabardel e Folcher afirmam, a partir do autor supracitado, que a atividade mediada se propõe a “(...) três orientações principais da mediação pelos instrumentos: em direção ao objeto da atividade; em direção aos outros e, enfim, em direção a si mesmo.” (2007, p.211) Sem pretensões de comparar teorias, acreditamos que essa discussão pode contribuir bastante para o nosso debate com o conceito de Praxiologia Motriz apresentado anteriormente, principalmente naquilo em que ela se difere, que é a introdução das análises orientadas para o objeto, pois visa tanto ao conhecimento sobre este objeto quanto ao conhecimento da ação que este permite; e quando se refere à atividade mediada em relação a si mesmo alude às mediações reflexivas que o sujeito faz consigo, quando estas são mediadas por um instrumento.

Portanto, atravessada por esse debate sobre a atividade mediada se encontra a discussão sobre artefatos e instrumentos da atividade que aparece para nossa pesquisa como um ponto importante para pensarmos o modo como o desenvolvimento dos atletas acontece. Desta maneira, Folcher e Rabardel chamam a atenção para a diferença entre esses dois elementos (2007, p.213): “o instrumento não pode ser reduzido ao artefato, ao objeto técnico ou à máquina. [...] um novo artefato [...] é uma potencialidade que pressupõe uma construção de uma articulação com a atividade do(s) sujeito(s).”

Neste sentido, Rabardel aponta que o instrumento enquanto mediador da atividade³² vai ser composto de um artefato – material ou simbólico, produzido pelo sujeito ou por outros; e de esquemas de utilização associados, resultando de uma construção própria do sujeito, autônoma, ou de uma apropriação de esquemas sociais de utilização já formados exteriormente a eles (FOLCHER E RABARDEL, 2007, p.214). Portanto, a partir dessa

³² Acreditamos ser importante aqui fazer uma ressalva quanto ao debate de Rabardel, onde o próprio autor chama atenção para o fato de que a abordagem instrumental não compreende tudo sobre a atividade, pois segundo ele “ ‘seria necessário para isso que a atividade fosse puramente instrumental, o que não é verdadeiro’. No entanto,[...] esta abordagem pode compreender características importantes de qualquer atividade, pois ‘não existe atividade humana sem mediação.’” (RABARDEL,1999, p.265 apud REZENDE, 2014, p. 57)

explicação, podemos pensar aqui, por exemplo, que a bola de vôlei em si se configuraria em um objeto técnico, e o fundamento ou “movimento-padrão” do corpo do atleta na dinâmica com a bola poderia se configurar como os *artefatos* – pois os fundamentos do saque, da recepção/defesa, não fazem o menor sentido sem a bola. Entretanto, esses “movimentos-padrão” só se tornam *instrumentos* da atividade na medida em que o atleta agrega um uso a ela de modo material (que podemos remeter a um gesto técnico específico que resultou na busca de cumprir determinado objetivo no jogo) ou em um uso simbólico, como por exemplo quando o atleta Geribá fala que, de acordo com sua relação com o parceiro, ele passou a treinar uma “bola acelerada”, ou seja, era preciso mobilizar um debate de normas no corpo-si para realizar um efeito sobre a bola que visasse à relação com a atividade do outro e uma (trans)formação de sua própria atividade.

Um outro aspecto dessa atividade que podemos tentar analisar a partir dos componentes artefatuais e esquemáticos da formação (SANTOS E LACOMBLEZ, 2016) refere-se à iniciação esportiva desses atletas, quando eles têm o primeiro aprendizado dos fundamentos básicos do voleibol. Antes de apresentarmos o debate com nosso campo, entretanto, cabe esclarecer de forma breve como esses componentes esquemáticos nos ajudam na análise dos instrumentos. Ao entendermos, portanto, a partir de Rabardel que para adquirir e se conceber instrumentos é preciso que o sujeito in(corpo)re artefatos e mobilize esquemas, o autor apresenta de forma didática os seguintes modos de análise:

- Para analisar um *artefato*, Rabardel entende que existem 3 lógicas de utilização, sendo elas: 1) lógica de funcionamento; 2) lógica de processo de transformação; e 3) lógica de utilização. Na primeira lógica, o artefato é entendido enquanto um sistema técnico, em que é necessário estar ciente dos conhecimentos e diretrizes para conceber sua estrutura e seu funcionamento; na segunda lógica, já não se refere mais ao artefato “[...] enquanto uma coisa [...] [mas] passa a estar interessado em saber o que [ele] produz e as transformações que permite fazer” (SANTOS, 2004, p.229), e na terceira lógica, “[...] o artefato é entendido como meio de ação para o sujeito, pelo que só é possível observar sob o ponto de vista do utilizador numa atividade finalizada” (p.229);
- Para analisar o *instrumento*, Rabardel apresenta a noção de *esquema*³³ como um aspecto que visa organizar a ação e integrar a experiência do sujeito de modo que

³³ Rabardel traz a noção de esquema a partir dos estudos de Piaget, que vai considerar que “(...) o esquema de uma ação é um conjunto estruturado de características gerais da ação que permitem a sua repetição ou aplicação, novamente, de seu conteúdo(...)” (RABARDEL, 1995, p.74, tradução livre). E, por ora, não traremos

seja possível transmiti-la e, portanto, ajustar-se a novas situações que tenham características semelhantes àquela que demandou a ação inicial. Deste modo, ao retomarmos a perspectiva de que o artefato não é um objeto concebido nele mesmo e que, para torná-lo instrumento, é preciso entendê-lo em uso *na atividade* do operador (RABARDEL, 1995), o autor propõe dois tipos de esquema de utilização: 1) esquemas de uso; e 2) esquemas de ação instrumental. Portanto, os esquemas de uso seriam aqueles que organizam justamente os aspectos invariantes da atividade, que, *a princípio*, não se caracterizam como objetivo da ação do operador, mas que constituem as orientações necessárias para realizar a tarefa; já os esquemas de ação instrumental têm como direção os objetivos da ação do operador e precisam in(corpo)rar os esquemas de uso, visto que para alcançar o objetivo da ação deve-se estabelecer uma relação direta com o artefato (SANTOS, 2004). Destaca-se ainda que no caso em que existe uma utilização coletiva dos artefatos para a realização de tarefas comuns, o autor vai falar de *esquemas de atividade coletiva instrumental*.

Assim, considerando esses processos de análise apresentados acima, Rabardel aponta para duas dimensões da gênese instrumental: a *instrumentalização*, que está mais direcionada ao artefato, e a *instrumentação*, que está direcionada para o próprio sujeito e a gestão que ele faz de sua própria atividade. Neste sentido, segundo o autor (BÉGUIN E RABARDEL, 2000, p.45, tradução livre):

No processo de instrumentação, a atividade está em desenvolvimento enquanto no processo de instrumentalização, é o artefato que evolui. Os dois processos contribuem, solidariamente e frequentemente, de maneira dialética para a constituição e evolução dos instrumentos, mesmo se, numa situação, um processo esteja implementado, mais desenvolvido, ou esteja mais dominante do que outro.

Portanto, trazer a perspectiva instrumental para o nosso debate é uma tentativa de entender uma dinâmica de relações de instrumentalização-instrumentação do atleta com seu corpo, entendendo que as mediações que esse corpo em ação faz enquanto instrumento subjetivo “[...] constitui um misto de interioridade-exterioridade (...) elaborada pelo sujeito através da atividade construtiva e mobilizada na atividade produtiva” (RABARDEL, 2005, p. 14-15).

nesse texto todo o debate que subsidia essas análises. Entretanto, pensamos que é importante deixar marcada essa informação.

Ao pensar nessa definição, portanto, colocamos uma questão aqui se no caso dos atletas, esse instrumento não seria duplamente interiorizado, visto que as técnicas corporais do vôlei em dinâmica com a bola se configurariam em um artefato. Além disso, os gestos técnicos mobilizados na atividade de jogar vôlei de praia nos apontam que, talvez, os movimentos-padrão que os atletas tanto buscam no CT e desenvolvem no jogo – sendo estes espaços essenciais da sua atividade – não possam ser entendidos de modo separado da atividade do outro (parceiro/adversário), dos ajustes, e das análises das variabilidades.

As contribuições de Tomás e colaboradores (TOMÁS et al., 2009) corroboram, de certa forma, nossas afirmações quando afirmam que:

[...] a realização de um gesto profissional eficaz necessita a instrumentação, ou seja, a realização e o desenvolvimento de esquemas de utilização dos componentes técnico-posturais do organismo. [...] essa apropriação do organismo por um sujeito que nós nomeamos de instrumentação. Consideramos o organismo como artefato, como uma coisa suscetível de um uso e elaborado para se inscrever nas atividades finalizadas. O corpo é então um instrumento, entidade mista, ao mesmo tempo artefato e composição de esquemas, que se inscreve nos usos, nas utilizações, quer dizer, nas atividades onde ele constitui um meio para atingir os objetivos que se fixam ao utilizador. (TOMÁS et al., 2009, p.24)

Desta forma, os autores afirmam que o corpo é um instrumento de trabalho e, portanto, produto da atividade dos sujeitos em situação de trabalho, onde as funções tônicas posturais, as relações sociais, as normas coletivas, estabelecem uma relação com a experiência do sujeito, e se configuram, alternativamente, como recursos de instrumentação-instrumentalização.

Em vista disso, retornamos à discussão que Coutarel (2008) nos apresenta sobre o corpo em esforço como instrumento do poder de agir e sua relação com o gesto técnico, visto que ele não se apresenta apenas como um movimento, mas como uma mobilização corporal finalizada e socialmente construída, que envolve experiência sensível do operador de modo a antecipar parcialmente o que está por vir.

Neste sentido, pressupomos que a necessidade de “atingir 100% dos movimentos-padrão” para que se possa (re)inventar novos movimentos e fazer os ajustes necessários passa por essa discussão, principalmente quando Coutarel e colaboradores (COUTAREL et al, 2010, p.5, tradução livre) afirmam que a performance técnica não é simplesmente a capacidade de realizar um bom gesto. Segundo os autores:

(...) o gesto profissional, para que ele seja eficaz e são, supõe que ele torne-se objeto de uma construção identitária: o gesto é mais que um movimento

de segmentos corporais no espaço, ele constitui uma maneira de deixar sua “marca” no mundo e um endereçamento ao outro. O reconhecimento do gesto e, portanto, sua construção supõe essa marca subjetiva e social. A ideia de um bom gesto que será reproduzido idêntico a qualquer um dos praticantes vai no sentido diametralmente oposto à consideração da dinâmica de construção de gestos eficazes e sãos.

O trecho destacado acima nos aproxima da discussão apresentada por Vigarello e Vives (1985) e nos ajuda a refletir sobre a constituição do discurso técnico em relação às técnicas corporais, principalmente na construção de um saber que é transmissível pedagogicamente, incluindo aí o treinamento. Eles apontam que há uma tentativa de operacionalizar as técnicas corporais, mas não há um investimento em buscar entender a singularidade no uso dessas técnicas, ou seja, a técnica em si depende das variabilidades. Deste modo, o discurso técnico não se refere à situação, pelo contrário, ele tende a transpor a situação de modo a ser aplicável a qualquer uma, visto que o sujeito da ação técnica é impessoal e esta ação se explica a partir de um sujeito que se destaca em relação aos outros através de uma eficácia. Além disso, a técnica fala de um movimento que já aconteceu, ela não inventa um movimento, mas parte de algo que já passou por toda complexidade da execução.

Um dos maiores pontos de debate, e que para nós é mais interessante, se dá quando os autores apontam para a dimensão das sensações e das intenções nas técnicas corporais, e a problemática da sua transmissão. Nesse campo é preciso levar em consideração aquele que executa a técnica, pois os fatores sensoriais e de decisão fazem dela situada e se desenvolvem diretamente no momento em que o sujeito faz seu uso em determinado ambiente. Desta forma, os autores apontam que para o bom uso da técnica é preciso que se considere todos os diversos tipos de saberes, já que a técnica em si pressupõe apenas um conhecimento parcial sobre o movimento.

Ao tomarmos a funcionalidade instrumental do gesto apresentada por Leplat (2013), o autor chama atenção para esse aspecto transmissível do gesto e aponta que, em determinados casos, ele não é objeto da ação finalizada e, portanto, deve-se ter cuidado para não confundir o gesto com a ação. Deste modo, o autor aponta que (LEPLAT, 2013, p.11)

[...] em casos desse tipo, a aprendizagem sobre o gesto deve ser evitada. O foco está na ação: o gesto é apenas uma parte visível da ação que pode ser útil para identificá-la, mas não é o suficiente para defini-la. Transformar o gesto é transformar a ação na qual ele se insere.

Portanto, ao retomarmos a análise das falas dos atletas Icarai e Geriba na relação com as orientações do treinador, pressupomos que além do olhar sobre a execução e posicionamento corporal do movimento-padrão, é preciso que nessa relação os processos de ajustes – ou como queremos afirmar aqui nesta tese, as dramáticas, e os debates do corpo-si – também tenham espaço privilegiado no desenvolvimento dos atletas. No entanto, assim como apontam os atletas, a aprendizagem de determinados movimentos é importante, de modo que a movimentação sobre a bola seja eficiente; por exemplo, quando a atleta Icarai fala da sua dificuldade em realizar o fundamento do ataque corretamente pois ela usa mais o braço do que o abdômen.

Em situações assim, Leplat (2013) afirma que o gesto e a ação à qual ele pertence estabelecem uma relação de maior dependência, onde o gesto constitui um elemento particularmente importante na ação à qual ele se integra. Sendo assim, a qualidade do gesto está relacionada às condições em que a ação é executada. O autor chama atenção também para uma outra situação, que a nosso ver também atravessa a atividade do vôlei de praia e que se refere a ações que visam ao deslocamento de objetos. Nesses casos Leplat afirma que:

[...] as características do gesto dependem menos do contexto e sua aprendizagem é prévia às condições que não são aquelas nas quais o trabalho é concebido. Nessas ações de deslocamento do objeto, a atenção é colocada sobre a adaptação otimizada do corpo em esforço demandado (objetivo de economia do movimento humano necessário) para realizar o objetivo produtivo da ação. O ensino do gesto útil fora do contexto, portanto, é justificado, não por ele mesmo, esvaziado, mas na sua relação com o objeto a ser deslocado. (LEPLAT, 2013, p.12, tradução nossa)

Neste sentido, podemos entender a relevância que os atletas dão à necessidade de “buscar o movimento-padrão” e no quanto o papel do treinador é determinante para essa aprendizagem. Mas, ao mesmo tempo, entendemos que as características do vôlei de praia pressupõem os ajustes e as variabilidades, não só pelo ambiente da praia, mas pelo modo como as práticas organizacionais interferem no desenvolvimento profissional desses atletas. Deste modo, é importante que ressaltamos um aspecto importante, pois uma operacionalização de uma gênese instrumental em que o espaço do CT se configure num lugar onde o atleta possa estabelecer uma relação com seu corpo em atividade, de modo a desenvolver seus gestos técnicos enquanto poder de agir, só é possível quando as práticas organizacionais buscam preservar a margem de manobra dos trabalhadores e outros atores.

3.6. Quando a organização do trabalho produz desenvolvimento: a margem de manobra situacional como espaço potencial de formação

Assim, entendemos que os conceitos de *poder de agir* e *margem de manobra situacional* (COUTAREL et al, 2015) se complementam e também podem apresentar contributos a nossa pesquisa. Para discutir o conceito de poder de agir consideraremos duas perspectivas: a partir do que Yves Clot nos apresenta (CLOT, 2010), em que o poder de agir estaria relacionado com a capacidade do sujeito³⁴ de ampliar sua ação no trabalho, colocando em sua atividade elementos de sua própria subjetividade, demonstrando domínio e controle sobre instrumentos e ferramentas, e conseguindo responder à atividade do outro para realizar a sua própria; e, articulada às contribuições de Clot, a teoria instrumental de Rabardel, já abordada por nós, onde o autor vai articular a noção de capacidade de agir e sujeito capaz como constitutivos para o desenvolvimento do poder de agir.

Portanto, a abordagem instrumental também compactua com o entendimento de homens e mulheres enquanto *sujeitos capazes*, ativos no cotidiano de trabalho, de sua saúde e segurança por eles mesmos e pelos outros ao disporem de um conjunto de recursos que, segundo Gouedard e Rabardel (2012, p.2-3), vão constituir

suas *capacidades de agir*, ou seja (...) aquilo que [a pessoa] é capaz de fazer nos seus diferentes domínios da atividade (...) e de seu *poder de agir* (aquilo que é possível efetivamente de fazer levando em conta as características concretas e singulares das situações nas quais se realiza o trabalho e desenvolve sua atividade).

Deste modo, sem perder de vista que o poder de agir é circunstanciado, de (...) tendência (re)normatizante da vida e da saúde (COUTAREL, 2008), ele se aproxima do conceito de *margem de manobra situacional* pelo seu caráter situado. Apontar para a necessidade de discutir as margens de manobra na atividade dos atletas de vôlei de praia vai no sentido de pensar, também, o modo como a organização do trabalho nesta atividade se configura potencializando ou produzindo impedimentos de desenvolvimento desse coletivo.

A partir de uma explicação resumida, mas de fácil entendimento, Vidal-Gomel, Olry e Rachedi (2009) apontam que as margens de manobra se apresentam como o “[...] espaço de liberdade de que dispõem [os trabalhadores] para responder às variabilidades intra e

³⁴ No caso de Clot (2010), esse conceito está ligado a uma concepção de sujeito que é da ação, que é capaz de responder por seus próprios atos e pela existência das coisas e que em momento algum se dá apartado do coletivo, do social.

interindividuais, e à diversidade e variabilidade características das situações de trabalho” (p. 33, 2009). Além disso, os autores apontam, assim como Courtarel e colaboradores (2005), que as margens de manobra dependem da organização do trabalho, mas também da competência dos operadores. Portanto, como já indicamos anteriormente ao considerarmos a questão das competências como aquilo que o trabalhador faz e que está engajado na ação, queremos apostar aqui que a margem de manobra também pode se configurar em um espaço potencial de formação e desenvolvimento profissional.

Dentro desse contexto, Coutarel e colaboradores (COUTAREL et al., 2015) apresentam o conceito de *margem de manobra situacional* na qual se configura um espaço de “[...] possibilidade para o operador em uma situação determinada, elaborar um modo operatório eficiente [...] eficaz para a performance e compatível com a preservação de si e até mesmo de seu desenvolvimento no trabalho” (2005, p.15). Quanto mais significativa a margem de manobra situacional para o trabalhador, maior a possibilidade de ajustes e (re)invenções de modos operatórios, o que, segundo os autores, ameniza os riscos de transtornos musculares e psicossociais, pois a variabilidade de situações e a possibilidade de ajustes evita uma “hipersolicitação” de certas funções (articulares, físicas, cognitivas, etc.) e/ou a deterioração do trabalho coletivo, assim como uma possível diminuição do seu desempenho.

Consideramos os modos operatórios a partir do que Pastré e Weill Fassina (2007) nos apresentam para pensar as competências profissionais e seu desenvolvimento e que se referem àqueles conhecimentos que podem se apoiar em conhecimentos técnicos e científicos, mas também consideram os saberes empíricos, do ofício, de modo a permitir um diagnóstico da situação e, assim, organizar a ação. De certa forma, a partir da discussão que já apresentamos sobre o desenvolvimento dos gestos profissionais e a gênese instrumental de Rabardel, poderíamos aproximar os modos operatórios das componentes esquemáticas do instrumento, ou, como nos aponta Lacomblez (2007 b) que, a partir da discussão com Faverge e Vergnaud, apresenta esses invariantes como ferramentas cognitivas que, além das variações das situações, essas ferramentas dão suporte e facilitam uma ação eficaz sobre o mundo.

Nesse sentido, Coutarel e colaboradores afirmam que:

Desenvolver as margens de manobra situacional é desenvolver os recursos da situação, e, portanto, as possibilidades dos trabalhadores de responderem às exigências do trabalho (incluindo aquelas que eles próprios estabeleceram), nas condições (...) que favorecem (...) as diferentes

modalidades de sua mobilização (subjéitiva, fisiológica, cognitiva, biomecânica, etc.). (COUTAREL ET AL, 2015, p. 16)

Deste modo, entendemos que propiciar ao trabalhador espaços que considerem as margens de manobra é possibilitar a ele e seu coletivo questionar as mudanças necessárias para promover mudanças e transformações de sua atividade.

Além disso, o debate sobre o desenvolvimento do corpo como instrumento do poder de agir e a constituição de espaços de margem de manobra afetam a construção do desenvolvimento do trabalhador também sobre sua saúde, sendo esta não um estado ou condição do humano que seja estanque, algo a ser preservado como um “dado ou capital”, mas como aponta Canguilhem (2010), algo que é do engajamento do humano com o seu meio. É nesse contexto que concordamos com o autor quando ele afirma que trabalhar é “desenvolver-se, resistir e arriscar-se” em um meio que mesmo infiel, dá possibilidade ao trabalhador de alargar seu campo de ação, e neste sentido a margem de manobra situacional vai falar menos da redução dos constrangimentos ao trabalhador e mais sobre o desenvolvimento dos recursos da atividade (COUTAREL ET AL, 2015).

Assim, ao consideramos o debate desenvolvido neste capítulo onde apresentamos alguns elementos para pensar os processos de formação dos atletas de vôlei de praia levando em conta que o desenvolvimento da performance esportiva se dá *em atividade*, buscaremos no capítulo a seguir destacar o debate com que os atletas se deparam na busca e na configuração de uma dupla, sendo ela, também, palco para as dramáticas do corpo-si e desenvolvimento do ofício dos atletas nesta atividade.

CAPITULO 4: O JOGO E A PERFORM(ATIVIDADE): A GESTÃO INDIVIDUAL/COLETIVO NO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS ATLETAS DE VÔLEI DE PRAIA.

A partir da discussão que apresentamos anteriormente, portanto, entendemos que o modo como se processa a formação e o desenvolvimento de nossos atletas acontece em meio a essa dinâmica entre a formação de gestos e a dramática *movimentos-padrão/ajuste das variáveis*, considerando que este debate não se dá apartado do modo como esses trabalhadores vivenciam sua atividade, do ambiente de trabalho e, principalmente, do coletivo em que eles se inserem. Em vista disso, neste capítulo pretendemos pensar alguns aspectos sobre o modo como acontece a dimensão coletiva do trabalho desses atletas, e analisar como eles compõem e compartilham seus saberes nesta atividade.

Embora o vôlei de praia se apresente como um “esporte coletivo”, queremos apontar que para um coletivo realmente se afirmar é preciso entendê-lo como um encontro de sinergias de competências individuais – lembrando que mesmo as competências individuais não estão desassociadas do coletivo – sendo essas não só as que são impostas pela organização do trabalho (regras e regulamentos da confederação), mas também as competências desenvolvidas e construídas pelos atletas e suas duplas em situações de treinos e jogos. Além disso, entendemos que é preciso que o espaço de trabalho tenha condições para que estes saberes e competências se configurem enquanto um objetivo comum, de modo que eles circulem e se desenvolvam nesta atividade, mesmo quando a organização do trabalho no vôlei de praia exige uma alta rotatividade entre as duplas ou que seus componentes treinem em centros de treinamento diferentes.

Como havíamos apontado no capítulo de metodologia, a apresentação e discussão do material de entrevistas e visitas ao campo nos levou a dar destaque aos modos como uma dupla se configura, entendendo que é nela e a partir dela, que os debates de normas desta atividade acontecem.

Ao contrário dos atletas de vôlei de quadra, que geralmente possuem contratos de trabalho firmados com clubes e associações desportivas especializadas, no vôlei de praia, assim como apontam alguns atletas, tudo se dá “no amor e na palavra”, ou seja, na realidade brasileira do vôlei de praia não existem contratos formais de trabalho, o que faz com que a maioria dos atletas seja responsável pelo gerenciamento da sua carreira, ficando a cargo deles não só a escolha de suas comissões técnicas, patrocinadores e locais para treinar, mas principalmente, a escolha de parceiros para jogarem os campeonatos nacionais.

A escolha de um parceiro, com quem seja possível “montar um time” ou “fazer um trabalho”, envolve diversas variáveis técnicas, éticas, econômicas, políticas, com as quais os atletas têm de se deparar para formar uma dupla que seja capaz de buscar melhores resultados no *ranking* nacional e, conseqüentemente, suporte financeiro para continuarem na profissão de atleta.

Além disso, a rotatividade e as mudanças de parceiros são quase uma constante: geralmente, parcerias com mais de um ou dois anos de existência são observadas nas duplas com as melhores posições no ranking e que, conseqüentemente, possuem melhores patrocínios e estrutura de treinamento. Deste modo, ao darmos destaque para a dupla no vôlei de praia, queremos debater como os jogadores conseguem cooperar e in(corpo)rar seus saberes, mesmo com o alto índice de troca de parceiros e/ou quando treinam separadamente.

4.1. Construir um coletivo de trabalho: referencial cognitivo comum

Ao retomarmos os fundamentos do vôlei de praia (saque, recepção, levantamento, bloqueio e virada de bola), consideramos que para cada fundamento desse existem técnicas de movimentos, posturas e posicionamentos específicos que os jogadores chamam de “movimento-padrão”, e que segundo eles, a busca pela execução “quase perfeita” desses movimentos é essencial, pois é isso que vai possibilitar a dinamização e a (re)criação das jogadas. Como debatemos no capítulo anterior, entendemos que a formação desses fundamentos e, conseqüentemente, dos gestos técnicos no vôlei de praia, devem considerar também a ação em situação, pois esses gestos se dão em meio a uma gestão ou ajuste das variabilidades do ambiente da praia e direcionado à atividade do outro (parceiro/adversário/público).

No que se refere aos esportes coletivos, assim como nos aponta Fagundes e colaboradores (FAGUNDES et al., 2015, p.4) a partir das contribuições de Parlebas e outros autores,

[...] os jogadores devem ler e interpretar o comportamento motor dos outros participantes. Ao mesmo tempo em que as mensagens devem ser as mais claras possíveis aos seus companheiros de mesma equipe com o intuito de facilitá-las para o bom êxito do jogo, as mesmas devem ser mais obscuras e duvidosas possíveis para seus adversários, tornando incertas as atitudes que irão desempenhar e cumprir no decorrer do jogo.

Os autores salientam ainda que quando se trata da prática do voleibol as variabilidades da movimentação dos jogadores “[...] se dão por conta das interações de

oposição e cooperação que acontecem simultaneamente no decorrer do jogo” (RIBAS, 2014, apud, FAGUNDES et al. 2015, p.4-5). Deste modo, a partir das considerações da Praxiologia Motriz (SARAVÌ, 2012; FAGUNDES et. al., 2015) ao entender que toda ação motriz envolve uma complexidade de variáveis que não se restringem ao movimento em si, Fagundes e colaboradores (FAGUNDES et al, 2015) apontam que no voleibol é necessário que os atletas compreendam como essas relações de cooperação-oposição acontecem.

Neste sentido, os autores consideram os fundamentos do voleibol como momentos de “interações de comunicação e contracomunicação” entendendo que o desenvolvimento de uma partida, e principalmente os processos de ensino-aprendizagem, devem levar em conta as interações que se dão em/no jogo entre os atletas, visto que “[...] a tomada de decisão efetuada em cada momento do jogo se faz em decorrência da ação motriz ou da análise da ação motriz anterior, podendo esta ter sido realizada por companheiros ou por adversários.” (FAGUNDES et al, 2015, p. 5).

Como apontamos anteriormente no capítulo sobre a formação, a Praxiologia Motriz apresentada por Parlebas nos apresenta subsídios para pensar os processos de ensino-aprendizagem dos gestos esportivos *em rel(ação)*, ou seja, embora Parlebas e outros autores não tragam para essa discussão o conceito de *atividade*, entendemos aqui o quanto eles chamam a atenção para os diversos debates com os quais os atletas se deparam para jogar uma partida, a dar destaque à condição situada e coletiva da ação motriz. No entanto, dentro da perspectiva do trabalho enquanto atividade, consideramos que é possível compor com a Praxiologia Motriz pois, assim como nos aponta Durrive (2011) a partir da discussão com Canguilhem e Schwartz, entendemos que o “agir nos obriga a escolher” (2011, p.49). Neste sentido, levar em conta a perspectiva da atividade é, segundo o autor, “[...] uma tentativa permanente de colocar em sinergia todos os debates de normas que são solicitados ao agir” (DURRIVE, 2011, p.54), o que só é possível se trouxermos, também, o ponto de vista desses atletas em meio a esses debates para compor o processo de formação e desenvolvimento do ofício dos atletas de vôlei de praia.

Deste modo, acreditamos que a partida de vôlei de praia se dá como uma “perform(atividade)” onde ação e comunicação se desenvolvem através de uma performance em atividade, ou seja, durante uma partida de vôlei de praia – assim como no vôlei de quadra – acontecem, ao mesmo tempo, um debate entre os companheiros de dupla (de modo essencialmente colaborativo) e com a dupla adversária (de modo competitivo), mas acontecem também o debate com as condições do meio (climáticas, público) e, inclusive, com as regras e regulamentações da modalidade. Neste sentido, considerar o vôlei de praia

enquanto perform(atividade) é importante para entendermos como acontecem os diversos debates de normas, e principalmente, as (re)normatizações que são colocados em jogo (e no jogo) (BORBA E MUNIZ, 2017).

A partir dessa perspectiva da perform(atividade) portanto, podemos analisar a seguinte situação de treinamento dos atletas: a dificuldade de se fazer um levantamento de bola por “toque acima da cabeça” (quando se utilizam as duas mãos, buscando o domínio da bola com a ponta dos dedos). Durante o acompanhamento de alguns treinos, observamos que na praia, devido à areia e ao suor, a chance de a bola escorregar e o levantamento com toque sair errado é muito grande, fazendo com que os atletas corram o risco de levar uma falta por “dois toques” durante o jogo³⁵. Ao mesmo tempo, os atletas sabem que realizar o levantamento da bola com um toque acima da cabeça aumenta a diversidade de possibilidades de lançar a bola para a quadra adversária e conseguir a pontuação. Entretanto, muitos atletas, por não possuírem o movimento de toque bem desenvolvido, acabam não se arriscando durante uma partida e preferem fazer o levantamento por “manchete” (utilizando uma base de domínio para a bola com os punhos cruzados e braços esticados à frente do corpo), o que torna o ataque mais previsível para a defesa da dupla adversária.

Ao descrevermos essa situação e tomarmos como base para sua análise as perspectivas teóricas que nos acompanham até agora, observamos o leque de decisões que os atletas devem tomar durante uma partida, o que afirma, portanto, que uma partida de vôlei de praia nunca é *somente* a aplicação de jogadas e a execução perfeita dos fundamentos de saque, recepção, ataque e defesa. Ao retomarmos as análises do encontro com os atletas durante o estudo de vídeo na residência do treinador, destacamos a ênfase que ele dava para a “conversa” que os atletas adversários produziam entre si, uma espécie de diálogo (gestual, verbal) entre eles e que indicava as possibilidades de jogadas. Portanto, nos chamou a atenção uma das falas do técnico apontando aos atletas que percebessem “o olhar” do adversário para seu companheiro e a postura corporal antes do movimento de ataque. Como pudemos acompanhar durante os treinos e entrevistas, o estudo dos adversários e a preparação antes de uma partida é muito importante não só para o desenvolvimento dos gestos esportivos da dupla, mas principalmente para a construção de um espaço de comunicação e de construção de objetivos comuns que vão variar não só de acordo com os

³⁵ Cada atleta pode dar apenas um toque na bola; deste modo, para que a dupla consiga lançar a bola para a quadra adversária na tentativa de obter a pontuação, ela deve realizar uma jogada que tenha 3 toques no total. Caso a dupla ultrapasse o número de 3 toques, o ponto é dado à dupla adversária.

adversários, mas principalmente, de acordo com as competências em sinergia entre parceiros de dupla.

Portanto, a partir da fala do treinador, entendemos que algo precisa ser construído na dupla e que vai além do encontro de competências técnicas. A princípio, as questões técnicas ou valências³⁶ esportivas que cada atleta possui podem ter um peso maior na busca de um parceiro. Se um atleta, por exemplo, na sua história profissional e de acordo com sua composição corporal, desenvolveu mais competências de força de ataque, é possível que ele busque um parceiro que possua “volume de jogo”, ou seja, um outro atleta que tenha valências nos fundamentos de defesa, como recepção e levantamento de bola. Ou, se por acaso, o atleta tiver uma composição corporal específica que favoreça determinada movimentação em quadra, tal como uma altura favorável ao bloqueio, ele tende a procurar um parceiro que seja mais “leve” e que por isso tenha melhor movimentação de defesa de fundo de quadra.

Em vista disso, considerando esses aspectos, o encontro de uma dupla de vôlei de praia nunca se dá a partir de uma “tábula rasa”, ou seja, para que se criem condições de composição de uma dupla, é preciso que exista uma competência individual já formada, um saber construído por parte de cada atleta. No entanto, ao mesmo tempo, para que a dupla se transforme em um “time” e haja a partilha de uma competência coletiva que dê suporte às competências individuais, é preciso que se criem condições para que haja cooperação entre os atletas, um espaço de referência social e negociação entre eles de modo que dois atletas que nunca jogaram juntos – ou que até mesmo treinem separadamente – consigam compor uma equipe operacional, capaz de se ordenar e desenvolver estratégias eficazes em contextos difíceis (CLOT, 2007).

Neste sentido que alguns autores vão chamar a atenção para o fato de que um *trabalho coletivo* não necessariamente implica na elaboração de um *coletivo de trabalho* (CAROLY E CLOT, 2004; CLOT, 2010). Segundo Caroly e Clot (2004, p. 44), “[...] um coletivo profissional é um recurso potencial para aquele que trabalha, pois ele oferece possibilidades de engajamento de si na atividade de trabalho”. Portanto, um coletivo de trabalho se constrói não só com a reunião ou a soma dos trabalhos individuais, mas principalmente quando é possível que esse coletivo se confirme enquanto um espaço de construção de regras em comum; que haja reconhecimento de competências e a confiança se estabeleça, pois caso contrário, sua ausência pode trazer constrangimentos à atividade

³⁶ Palavra utilizada por uma das atletas entrevistadas

daquele que trabalha e prejuízos a sua saúde. Deste modo, segundo os autores (CAROLY E CLOT, 2004, p. 48):

[...] o trabalho coletivo acoplado a um coletivo de trabalho é mais eficaz para fazer face às perturbações da atividade [...] A eficácia se configura tanto pela realização dos objetivos (produção) como pela mobilização dos recursos, quer dizer a eficiência para alcançá-lo (saúde no sentido amplo). De uma parte, o *trabalho coletivo* tem por função a regulação da produção e da eficiência, agrupando conhecimentos e desenvolvendo formas de organizar as ações. De outra parte, o *coletivo de trabalho* caracteriza a construção do gênero profissional [...] pela elaboração de discursos e de gestos profissionais e reconhecimento das competências.

Todo esse debate sobre coletivo trazido por Clot e outros autores parte das contribuições de Damien Cru (1986/2016) sobre o trabalho dos talhadores de pedra. Para este autor, a existência de um coletivo potencializador do trabalho e da saúde depende da margem de manobra que os trabalhadores têm para construção de regras que regulam e ordenam os modos de trabalhar e de se relacionar nesse coletivo, e assim, fazer frente aos constrangimentos do meio e da organização do trabalho. Portanto, quando os trabalhadores conseguem produzir uma obra comum a respeito do seu fazer, Cru (1986, p.46-47) aponta que “o coletivo será capaz de assumir todas as suas funções de produção, seja da obra comum sobre a qual ele está constituído, seja de todas as produções necessárias a seu desenvolvimento, a sua coesão, a sua adaptação [...]”. Além disso, um coletivo forte é capaz de defender as regras contra ameaças exteriores e interiores, configurando-se como um espaço de autorregulação e de suporte à iniciativa e à atividade individual.

Neste sentido, a partir da nossa análise do trabalho de atletas do vôlei de praia, observamos que a cada dupla formada é preciso que se construa um novo coletivo de trabalho, onde as valências de cada atleta entrem em sinergia de modo a dar suporte ao desenvolvimento da dupla e de cada atleta que a compõe. Nesse ponto, entendemos que em cada parceria que se estabelece, inclusive quando os atletas treinam separadamente, é preciso criar condições para que eles construam regras em comum que coordenem esse coletivo, e como observamos nas nossas visitas aos treinos e jogos, talvez o estudo de vídeo seja um espaço propício para consolidar alguns aspectos já que, durante uma partida, o tempo que os jogadores têm para falar sobre a atividade é muito curto. A partir desse debate, portanto, lembramos da fala de Itaipu sobre a importância do estudo de vídeo enquanto ferramenta para desenvolver o coletivo de trabalho diante de uma situação de constrangimento da atividade:

[...] então quem tiver mais informação, ganha! [...] não só quem tiver mais informação, mas quem conseguir executar, então a gente estuda tudo [...] as maiores bolas que o cara vai dar, as que ele dá pouco [...] na hora é tudo diferente, mas a gente tem as informações, sabe que na hora que tiver ruim o cara vai atacar na diagonal [...] então a gente viu que o estudo, nosso e o [treinador] junto da gente dando as informações é muito importante [...] a gente tem que saber o que eles fazem para, na hora do jogo, a gente conseguir envolver eles do jeito que a gente quer, porque do mesmo jeito eles fazem isso com a gente. “Ah, vamos sacar no Itaipu, trazer o Itaipu para frente, para a linha” [...] as quartas de final nossa foi muito assim, o outro time é um time que a gente jogou 4 vezes, a gente perdeu 3 e ganhou essa última. Eles sabiam exatamente como a gente joga [...]o que a gente conseguiu fazer foi ajustar o jogo bem. Todo mundo encurrala a gente como? Para frente e para linha, entendeu? [...] e o que a gente fazia? A gente estava passando alto e para o meio de quadra, a gente estava saindo da situação que eles colocaram a gente, que é essa encurralada. [...] quem conseguir executar melhor o estudo ganha. (Itaipu, homem, 28 anos)

Neste sentido, entendemos que o estudo de vídeo pode se configurar enquanto um espaço de análise do *trabalho coletivo* (CLOT, 2010). Além disso, ao concebermos o fazer dos atletas de vôlei de praia em *perform(atividade)*, queremos arriscar aqui o quanto esse espaço de análise pode vir a desenvolver a *capacidade de agir* da dupla, considerando as discussões que já fizemos com Rabardel (2005, 2012). Embora esse autor apresente a *capacidade de agir*, aparentemente, como um aspecto individual do desenvolvimento das competências do sujeito (REZENDE, 2014), nos questionamos se seria possível ampliar esse debate quando pensamos na dupla de vôlei de praia enquanto um *coletivo de trabalho*.

Ao considerarmos o estudo de vídeo como mais um espaço potencial para desenvolver a *atividade construtiva* – pois ali os atletas analisam suas ações passadas e refletem, de modo compartilhado, sobre seu fazer – e se entendemos que, assim como explicita Rezende (2014, p. 58), a partir da leitura de Rabardel, que “[...] a atividade construtiva desenvolve a capacidade de agir do sujeito, que é expressa no aumento de suas competências, na possibilidade de uso ampliado dos instrumentos, na capacidade de utilização de regras de ação mais complexas.”, acreditamos que é possível compreender, a partir da fala de Itaipú, que embora exista um olhar para a necessidade de desenvolver competências individuais dos atletas no jogo, é preciso desenvolvê-las *na/em dupla*.

Ao mesmo tempo, a cada jogo, a cada levantamento de bola, a cada movimentação em quadra, sempre há algo de inédito que se configura, fazendo com que os atletas/duplas se deparem o tempo todo com eles mesmos e com as normas e regras da modalidade para dar conta das inúmeras situações e variabilidades durante a partida. Portanto, o momento que

Itaipu descreve o modo como ele e seu parceiro saem da situação de dificuldade, ali podemos presumir que um *coletivo de trabalho* se constituiu, visto que a partir dos recursos debatidos e apropriados através do estudo de vídeo (desenvolvimento da *capacidade de agir da dupla*), foi possível desenvolver o *poder de agir* da dupla e, assim, responder às ações das duplas adversárias.

Ainda a respeito do coletivo de trabalho, Clot (2010), a partir das contribuições de De la Garza e Weill-Fassinna quando as autoras apontam para a “multidimensionalidade do trabalho coletivo”, pretende destacar a “condição de chegada a um acordo e a negociação para superar os conflitos do real”, onde “a função do referencial comum [...] na elaboração coletiva é central” (TERSSAC e CHABAUD, 1990, CLOT, 2010, p. 166-167). A partir da noção de “ambiente cognitivo comum” (BRESSOLLES ET AL., 1996 apud, CLOT, 2007) e de “referencial operativo comum” (TERSSAC E CHABAUD, 1990 apud CLOT, 2007), Clot aponta o debate para esse aspecto regulador da atividade coletiva que não se trata de uma regulação formal referente à dimensão protocolar da atividade, mas um uso informal dessa regulação apropriada nos mecanismos de cooperação dos trabalhadores.

Segundo o autor, esse conceito de referencial ajuda a pensar esse “algo a mais” que atravessa um coletivo e afirma que “[...] ao falar de referencial, designamos não apenas a cooperação em ato, mas também as regras da coordenação que ordena previamente essa cooperação.” (CLOT, 2007, p. 37). Assim como os autores citados, Leplat (1997) também já tinha apontado para essa representação comum que coordena as atividades individuais no seio de um grupo. Segundo o autor, essa representação pode ser concebida como um caráter funcional e orientada para ação, retendo apenas os elementos úteis para determinada ação (LEPLAT, 1997).

Além disso, esse referencial constitui um elemento essencial para a confiança entre os pares (LEPLAT, 1997; CLOT, 2007), pois a existência de um cognitivo compartilhado entre os pares sobre o fazer pode ser um requisito importante para que se dê uma cooperação considerada eficiente, onde é possível que os trabalhadores consigam suprir as falhas e lacunas de cada um a partir do suporte mobilizado no coletivo. Quando um coletivo se forma, circulam ali regras dinâmicas que ajudam a organizar e proteger esse coletivo. Portanto, pressupomos que na composição de uma dupla, o compartilhamento de saberes e regras da atividade já consolidadas estão presentes no critério de escolha de parceiros, e somente elas serão capazes de subsidiar o trabalho para superar as variabilidades das situações.

Deste modo, considerando esse referencial cognitivo comum como “[...] uma formalização coletiva da ação individual [...] que se situa como organizador da relação com

os objetos da ação e comporta também a organização da relação dos sujeitos entre si” (CLOT, 2007, p.37) que Clot (2007, 2010) nos auxilia, mais uma vez, a pensar nesta questão com o conceito de “gênero profissional”, no qual ele aponta que o trabalhador se utiliza de um patrimônio histórico da sua atividade em seu meio de ação. Esse patrimônio não está relacionado somente ao uso de técnicas, mas se refere a toda uma memória social e a um discurso “estocados” na atividade e que estão sempre prontos a serem mobilizados nas situações de trabalho.

Assim, antes dos jogadores se conhecerem e formarem uma dupla, eles já têm algo em comum que é o gênero profissional, que permite que eles tenham um repertório de fundamentos, de técnicas, de modos de se comunicar com os colegas que torna possível que pessoas que não se conhecem possam começar a conversar e a entender o que ambos estão falando. Porém, esse gênero está sempre se transformando pela estilização de cada jogador ou dupla. Assim, é necessário construir a relação para que esse trabalho com e sobre o gênero se efetue.

A fala de um dos atletas participantes desta pesquisa, Geribá, pode nos ajudar a pensar como esse patrimônio funciona e como ele se configura mesmo quando os jogadores treinam em regiões diferentes do país:

[...] o vôlei de praia, infelizmente, tem muito isso: muita troca de dupla. E aí você tem que se adaptar o mais rápido possível com o seu parceiro. Eu lembro que teve um parceiro, que eu jogava a etapa com ele, que a gente não tinha nem treinado junto [...]. E eu jogava bloqueando, e eu lembro que ele também jogava bloqueando. E ele gostava de jogar do lado que eu gostava. Então a gente falou ‘opa, então, vamos organizar aqui, você bloqueia melhor do que eu, então você vai mais para o bloqueio. Eu fico no fundo, eu jogo melhor do que você na posição contrária, então eu vou para posição contrária’. E aí a gente se acertou e acabou que deu muito certo. [...] ele ia me ensinando, dando os toques na defesa. Eu era muito, muito cru na defesa. Eu ficava muito ansioso para tentar defender tudo, e não defendia nada. Ele falou: ‘Oh, você vai defender essa bola e essa bola. Eu vou bloquear essa bola e essa bola’. Então a gente comunicando, a gente conseguiu se ajustar ali, e pô, e deu muito certo. [...] eu lembro que eu ligava para ele e falava: ‘e aí? Como estão os treinos?’ Aí ele falava: ‘Estão bons, vou trabalhar essa bolinha, a bola mais acelerada para você’. E aí ele também levantava muito bem. Então a gente foi se adaptando. Então eu treinava, eu lembro que eu chegava, treinava a bola acelerada para ele. Eu tive que mudar de posição, e aí eu fui para saída (de bola), e aí só treinando acelerada para ele, acelerada para ele. E o passe que ele gostava era um passe mais alto, e eu tinha um passe mais baixo, então eu tive que aumentar o meu passe. (Geribá, homem, 30 anos)

Portanto, ao considerarmos a partida de vôlei de praia como perform(atividade), queremos frisar que mesmo que as duplas de vôlei de praia treinem separadamente, existe

um patrimônio da atividade (re)construído pelos atletas e mobilizado na medida em que uma dupla é formada. A partir da fala do atleta, podemos perceber que para que eles pudessem jogar juntos, além da necessidade de um saber *pré*-desenvolvido de ambos, foi necessário criar uma condição em que eles pudessem compartilhar esses saberes e produzir novos ajustes e modos de jogar juntos.

Deste modo, a comunicação e o compartilhamento de uma linguagem (falada, gestual) são fundamentais para a construção e atualização de um coletivo, pois além dos termos técnicos e táticos referentes ao vôlei de praia, é preciso entender o que é uma “bola acelerada”, ou como observamos durante uma de nossas visitas aos treinos, entender a orientação do treinador para “subir a bola” no momento de realizar o fundamento de recepção. Nesta situação observada, uma das atletas imediatamente questionou essa expressão, pois não entendia o que significava fazer “subir a bola”. O treinador então explica que ela deveria fazer um movimento e uma postura de braços e pernas que possibilitassem a bola subir, o que facilitaria que a parceira realizasse o fundamento de levantamento de maneira mais eficiente, o que aumentaria as possibilidades da parceira de realizar um posterior ataque à quadra adversária.

Estar presente no campo e entender essas questões da atividade é importante, pois só assim saímos da armadilha de considerar as questões “emocionais” e “relacionais” como algo que se dá apartado das situações de trabalho. Como discutimos anteriormente, a construção de um coletivo no esporte não está dada e, portanto, deve-se estar atento às ações e intervenções sobre ele.

Desconsiderar a situação de trabalho e o modo como os atletas fazem uso dos saberes (não só os formais técnicos, mas aqueles desenvolvidos em meio à ação em treinos e jogos) é o que Schwartz (2014, p. 270) nos aponta como uma problemática, no sentido de que pode acarretar “(...) uma restrição indevida da atividade, uma negação das dramáticas, uma desconexão de suas sinergias esforço de saber/esforço de viver, para pôr em lugar disso um saber produzido às cegas”.

Ou seja, quando não se criam espaços efetivos de negociação, de comunicação e de real cooperação entre os atletas, onde eles possam se apropriar das regras e saberes do vôlei de praia (renormatizações) para o coletivo-dupla que se forma, pode haver uma interrupção daquilo que chamamos de perform(atividade). E nesse sentido, para que não haja adoecimento, é preciso estar atento para que os atletas/duplas busquem um novo posicionamento, ou como Schwartz aponta, um novo recentramento perante os diversos constrangimentos e impedimentos da atividade.

4.2. O coletivo e a cooperação “apesar de”: compartilhar saberes e valores

Ao pensarmos nessa discussão, analisamos a fala da atleta Icarai quando ela nos conta sobre uma situação de jogo em que um dos componentes da dupla se encontra em dificuldade. Nessa fala, podemos entender como os diversos debates acontecem e como essas dramáticas do corpo-si se colocam a partir da mobilização de saberes e da construção de uma confiança que possibilite à parceira voltar a “jogar junto”:

[O vôlei de praia] é um esporte coletivo de dupla, mas é um esporte totalmente individual, porque você tem que estar o tempo todo centrada no seu. A partir do momento que você sai do seu para cobrir, olhar da sua parceira, tá errado porque você não consegue fazer nem o dela e nem o seu [...]. Sua parceira está horrorosa hoje, você fica: “putz, o que posso fazer para trazer essa menina?”. Difícil chamar uma atenção, “vambora!”. Se a pessoa não tiver bem ela não vai... é muito difícil. Aí eu vou mudar minha postura aqui e ela vai vir comigo [...], você pode ir para o saque começar a jogar pra caramba, fazer ace [ponto de saque], fazer defesa, virar bola, e “vem comigo parceira!”. Daqui a pouco você vai contagiando ela [...] porque é difícil você motivar, mas com as suas ações, assim efetivas, você consegue desafogar um pouco a pessoa e ela daqui a pouco fala “po vambora!” [...] pegar um pouco aí da sua energia, e ir para cima, porque é difícil. Você não está no corpo dela, você está no seu corpo e você tem controle sobre o seu. [...] você pode passar informações, [...] só que se ela não estiver tranquila, não estiver confiante ela não vai fazer. E assim estamos todos na mesma barca afundando. Se você se entregar [...] ou começar a “vender” a parceira, porque isso acontece demais, tipo, “olha! Ela é um lixo, tá vendo? Tá todo mundo vendo. Ela é um lixo, não sou eu que estou errando”. Só que o time vai perder. [...]. Então acho que a menina [para] ajudar, é mudando o seu, mudando para o time. (Icarai, mulher, 31 anos)

A partir dessa fala, mesmo que a atleta tenha apontado que o vôlei de praia ao mesmo tempo que é coletivo “é totalmente individual”, entendemos, assim como aponta Schwartz ao citar o ergonômista Bernard Péglerin (SCHWARTZ, 2014) que esse “individual” também é composto de uma dimensão coletiva na medida em que, na situação de jogo, é possível integrar e ajustar a necessidade (individual) ao conjunto produzido no/para o time, ou seja, assim como Icarai nos fala, a partir do momento que ela tem que fazer também as funções de sua parceira, além das suas próprias, o coletivo se desfaz, pois para ajudar é preciso “mudar o seu, mudando para o time”.

Outros autores como Alain Savoyant (1984) e Daniel Bouthier (1984; 1989) também apontam para essa discussão ao fazerem uma análise da atividade coletiva no esporte. Ao conceberem a análise da atividade e das situações complexas sem perder de vista o modo como as ações acontecem e como os atletas se apropriam dos diversos objetivos e metas que ocorrem durante o desenrolar de uma partida de rúgbi, eles afirmam que a atividade coletiva existe quando as ações individuais e seus objetivos estão subordinados a uma ação ou objetivo em comum, objetivo este que foi transformado por esse coletivo.

Deste modo, eles apontam que restringir uma análise do coletivo tendo somente como objeto o que cada atleta deve fazer no time (como uma repartição de tarefas) não dá conta dos comportamentos ou performance produzidos. É preciso levar em conta o modo como as referências cognitivas de cada atleta se compõem (referencial cognitivo comum) e são colocadas em situação determinando os encaminhamentos e procedimentos para as resoluções de problemas. Segundo os autores, é a partir do modo como os atletas compõem essa atividade coletiva que é possível organizar o suporte para as iniciativas individuais (BOUTHIER, 1989).

Assim como Bouthier, Clot (2010) – pensando em uma perspectiva psicológica da teoria da atividade – afirma que o coletivo de trabalho assume uma importância como instrumento de suporte à atividade individual, destacando, no entanto, que ele não se dá de maneira estagnada, mas que há uma migração dinâmica entre individual-coletivo. Segundo o autor, a função do coletivo de trabalho (Clot, 2010, p.176)

[...] migra para cada sujeito. [...] No início objeto de apropriação para a atividade individual, o coletivo de trabalho deve tornar-se meio para o desenvolvimento da ação de cada um. De fato, ela é que o conserva atuante no trabalho coletivo. A função do coletivo se altera, portanto, no desenvolvimento da atividade individual. Essa mesma migração funcional do coletivo é que, ao transformá-lo de passagem, torna possível o desenvolvimento da atividade pessoal.

Em meio a essa discussão, portanto, não podemos perder de vista que para além do compartilhamento/composição de referenciais cognitivos, para que uma atividade coletiva aconteça é preciso compartilhar de uma dimensão ética e de valores em comum. Ao retomarmos a fala de Icaráí, embora a atleta tenha tomado a decisão de motivar a colega através de uma exacerbação de sua performance como atleta e, na medida em que se empenha e busca mobilizar a parceira de um modo mais efetivo do que se usasse uma comunicação verbal para o estímulo, essa decisão só é possível na medida em que, mesmo

que se esbarre em algum limite real da parceira, naquela dupla houve a possibilidade de compartilhar um dimensionamento do valor solidariedade e cooperação expresso na tentativa de “ganhar junto” e, se não conseguir, “afundar junto”.

Neste sentido, existe um reconhecimento do outro enquanto par, o que torna possível o engajamento necessário de uma das atletas na tentativa de responder à situação vivenciada. Quando esse suporte e esse reconhecimento não acontecem, a atividade individual é “vendida”, como nos aponta a atleta, e a fragilidade do parceiro é exposta. Deste modo, a partilha de valores e de uma ética profissional é fundamental para a construção de uma confiança no agir de um par, pois a singularidade só é possível na medida em que há um coletivo que permita que ela se manifeste.

Entretanto, não podemos ignorar a relação de competitividade como um dos motes da organização do trabalho no vôlei de praia, assim como na prática esportiva de alto rendimento em geral. E assim nos perguntamos: como os atletas se relacionam com essa questão? Como compartilhar saberes e valores mesmo correndo o risco de que o atual parceiro possa vir a ser seu adversário no futuro?

A partir de nossas visitas ao campo, observamos que dentro do circuito nacional as duplas se conhecem bastante, não só porque elas se enfrentam constantemente e os atletas têm acesso aos vídeos dos jogos, mas também porque em alguns casos atletas adversários e, até mesmo, duplas adversárias treinam no mesmo centro de treinamento e, às vezes, têm o mesmo treinador.

Em uma de nossas visitas aos treinos na praia, uma das atletas do centro de treinamento estava com uma lesão na tíbia que não a impossibilitava de jogar, mas restringia sua movimentação em quadra. Uma outra atleta, que treinava no mesmo centro de treinamento, mas que compunha uma outra dupla, disse que isso seria um fator estratégico caso elas se enfrentassem durante a próxima etapa do circuito: ao forçarem o saque na atleta lesionada, a obrigariam a fazer uma movimentação não tão eficiente, desencadeando uma recepção frágil e, conseqüentemente, um levantamento e um posterior ataque menos eficaz.

Imaginarmos esse tipo de ação em um outro espaço profissional poderia ser considerado desleal – embora algumas práticas de “gerenciamento de pessoas” promovam ações “disfarçadas” que mobilizam alguns comportamentos similares nos seus trabalhadores – mas dentro dessa organização, o atleta de vôlei de praia aprende a *jogar* com as fragilidades do adversário, como pudemos observar em uma partida do campeonato nacional. A dupla participante da nossa pesquisa disputava o primeiro lugar de uma etapa do circuito nacional. Embora tenham perdido a partida, eles conseguiram tornar a disputa difícil para a dupla

adversária, pois ao forçarem o saque no atleta mais alto e pesado, obrigavam-no a se deslocar mais para alcançar a rede e realizar um bloqueio eficiente. Somado ao calor e à alta temperatura da quadra de areia, o atleta ficava muito cansado, o que facilitava o ataque da dupla participante de nossa pesquisa.

Neste sentido, existe uma ética profissional onde é possível ganhar do adversário não só dentro das regras do jogo e regulamentos da confederação³⁷, mas a partir das condições em que a dupla adversária se apresenta. Desde que seja possível jogar com o colega de dupla construindo um jogo onde ninguém se sobrecarregue e ninguém sinta que está sendo usado pelo outro, a dinâmica com o adversário também vai determinar a mobilização de saberes e a estratégia da dupla durante uma partida.

Ainda sobre a organização gerencial desse esporte, destacamos que além da pontuação no *ranking* que cada dupla vai adquirindo com suas vitórias, existe o *ranking* de pontos de cada atleta. Ou seja, um parceiro da dupla pode ser mais bem avaliado nacionalmente que o outro, o que segundo o atleta Geribá pode trazer prejuízos na hora de formar um time, visto que, a qualquer momento, um outro atleta do circuito pode vir e “tirar seu parceiro”.

Outro atleta participante de nossas pesquisas, Itaipu, nos conta sobre a dificuldade que estava tendo na escolha de seu novo parceiro, pois, por mais que ele analisasse quais competências esportivas que um novo parceiro poderia ter, ele não tinha à sua disponibilidade quem ele gostaria, pois sabia que os atletas mais bem ranqueados, inclusive com pontuação de mundial, não aceitariam jogar com ele e correr o risco de ter uma queda de pontuação.

Essa dinâmica na qual o atleta, ao mesmo tempo que deve cooperar com a dupla, deve lidar com a avaliação individual de seu rendimento, está presente como uma das características de estratégias gerenciais contemporâneas que buscam individualizar as formas de avaliação mesmo em situações de trabalho onde a importância da dimensão coletiva para a eficácia é evidente. Além disso, como o critério de avaliação nesse meio acaba por ficar restrito a uma performance e ao desempenho em quadra, o modo como o trabalho dos atletas acontece e como eles fazem a gestão da sua atividade acaba por ficar na

³⁷ De acordo com as Regras Oficiais de Vôlei de Praia para os anos de 2013 a 2016, os comportamentos permitidos, caracterizados como “fair play”, apontam que “os participantes devem comportar-se de maneira respeitosa não somente para com os árbitros, mas também em relação aos outros oficiais, aos adversários, aos companheiros de equipe e aos espectadores.” (p.29). Embora não fique claro o que seja uma maneira “respeitosa”, o regulamento aponta para 3 condutas passíveis de punição: conduta rude, que seriam condutas contra os “princípios morais e dos bons costumes”; conduta ofensiva, que seriam gestos ou palavras insultantes ou difamantes; e a agressão física a companheiros de time, adversários e arbitragem.

penumbra da noção de “talento” ou “dom”. Ou seja, o tratamento dos saberes produzidos nesta atividade é estanque, fragmentando ainda mais a construção de um coletivo, na medida em que se separam “vencedores” de “perdedores”.

Portanto, partindo da discussão que propusemos neste capítulo entendemos que a composição das duplas de atletas de vôlei de praia envolve um corpo-si que traz a história da profissão e a normatividade social, a dimensão vital de normatividade de um vivente e, por fim, o uso de si por si dos atletas e o desafio de combinar esses usos num projeto coletivo de trabalhar/jogar juntos. Esse viver em comum envolve o compartilhamento e a construção de saberes e técnicas, mas também o trabalho com os valores que são dimensionados em normas que regulam não apenas a partida, mas a parceria entre os atletas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SERÁ O APITO FINAL? O JOGO ESTÁ APENAS A COMEÇAR...

Nosso objetivo nesta tese foi trazer como pauta de discussão das perspectivas que pensam o trabalho como atividade o fazer do atleta profissional em meio às peculiaridades políticas, econômicas e sociais que constituem o campo do esporte. Ao longo desse texto procuramos apresentar alguns dos debates com os quais atletas profissionais autônomos de vôlei de praia se deparam para poderem trabalhar em um campo onde a organização do trabalho é extremamente competitiva e não oferece os subsídios mínimos para que possam se desenvolver profissionalmente, e o mais grave, a nosso ver, desenvolver um coletivo que os fortaleça.

Embora não estejamos aqui fazendo uma crítica clara ao modo como algumas abordagens da psicologia concebem e intervêm no esporte, entendemos que desconsiderar as questões relativas à gestão do trabalho pode acarretar equívocos no entendimento de como esses atletas experimentam e se apropriam da sua atividade e, conseqüentemente, nos modos de intervenção com esse público.

Pensar o trabalho do atleta associado à perspectiva da atividade foi um desafio para nós, não só pela dificuldade de referências bibliográficas que debatessem esse campo especificamente, mas pela própria constituição do campo de pesquisa em si, já que estar na praia nos demandou outros modos de fazer pesquisa. Enfrentamos do sol escaldante à chuva e frio; o vento esteve presente em quase todas as gravações das entrevistas, assim como os outros trabalhadores da praia: vendedores de mate, de água, pessoas que alugavam barracas e cadeiras e que, inclusive, foram muito prestativos, ajudando a nos proteger do sol e da chuva; lidamos com a maresia que, no final de nossa ida a campo, corroeu nosso gravador, o que nos fez perder uma das restituições; além do centro de treinamento ter se desfeito e os atletas e as duplas terem se separado.

Ao mesmo tempo, estar ali, na praia, foi importante para que pudéssemos dar visibilidade a esse fazer que até mesmo alguns atletas não consideram como trabalho, e entender como a dinâmica, ou melhor a *dramática* amador-profissional interfere nessa atividade. Deste modo que, no primeiro capítulo de nossa tese, sentimos a necessidade de fazer não só uma breve discussão sobre o conceito de esporte e uma breve contextualização do vôlei de praia, mas principalmente, apontar que quando se trata de pensar o trabalho nesse campo, é preciso estar atento às especificidades e aos valores envolvidos nesse fazer.

Sem perdermos de vista o conceito de *dramáticas do uso do corpo-si* (SCHWARTZ, 2007; 2014) e do desafio de pensar o fazer in(corpo)rado dos atletas, entendemos que ao pensar a performance não só como um resultado quantitativo de pontos ganhos, mas enquanto um processo e produto da atividade dos atletas, queremos afirmar o quanto é importante conhecer a modalidade esportiva que se pretende investigar, dadas as peculiaridades não só no desenvolvimento de sua história e de seu papel no campo esportivo, mas também no impacto do desenvolvimento das técnicas corporais nesse fazer encarnado. Assim, foi imprescindível nossa conversa com autores da sociologia do esporte e o contato com o debate que eles propõem para pensar o trabalho no esporte e, assim, buscar subsídios para apresentarmos futuros debates também com o campo da psicologia.

Em vista disso, ao seguirmos para o debate sobre os processos de formação dos atletas, pretendíamos trazer a importância dos diversos olhares sobre o corpo-si como instrumento, no sentido de que ao mesmo tempo que é importante desenvolver o poder de agir do atleta no/em jogo – de caráter situado e remetido à ação encarnada – queríamos frisar que não é possível desconsiderar a dimensão gestual dos fundamentos, não só para o desenvolvimento do próprio atleta, mas como desenvolvimento do gênero profissional e do vôlei de praia enquanto espetáculo. Ao conversarmos com autores como Jouanneaux (2011), Leplat (1997; 2013), pressupomos que a busca dos “movimentos padrão” pelos atletas não podem ser entendidos de modo separado da atividade do outro (parceiro/adversário), dos ajustes e das interferências do ambiente da praia, e portanto CT pode tornar-se um espaço de mediação reflexiva, onde seja possível falar sobre o trabalho, já que aprende-se fazendo e durante as partidas o tempo de comunicação entre os atletas é muito restrito. Além disso, entendemos que a busca por uma “automatização” dos movimentos é fundamental não só como suporte de desenvolvimento dos gestos da atividade, mas também como suporte de saúde, pois de acordo com atleta Itaipú, “pensar no jogo” é mais difícil e desgastante do que jogar.

Um ponto desse capítulo que a nosso ver não foi debatido como gostaríamos, mas que merece um desenvolvimento e um estudo mais cuidadoso, refere-se a uma tentativa de relacionar as fases de formação e desenvolvimento dos atletas com as lógicas e esquemas de utilização dos artefatos e instrumentos de Rabardel (2005). Acreditamos que nos debruçarmos sobre essas análises talvez possa nos trazer subsídios para pensar uma metodologia que nos possibilite avaliar e trans(formar) o trabalho com os atletas e comissões técnicas.

Portanto, foi ao considerarmos a necessidade de pensar uma form(ação) em jogo que desenvolvemos o capítulo seguinte sobre a dupla de jogadores e o modo como os atletas fazem a gestão da dimensão coletiva neste esporte. Assim como demonstramos no capítulo de metodologia, trazer a dupla de atletas como ponto de análise dos debates de normas vivenciados pelos atletas foi importante para introduzirmos um outro olhar sobre a performance na atividade, ou como preferimos chamar *perform(atividade)* (BORBA E MUNIZ, 2017). Ao imprimirmos essa perspectiva sobre o trabalho dos atletas de vôlei de praia, procuramos demonstrar a escolha de um parceiro de dupla depende de muitas variáveis e que vai além da possibilidade de colocar em sinergia suas valências esportivas, pois, ainda que os componentes da dupla treinem em lugares diferentes, é preciso que se assegure aos atletas um espaço onde eles possam debater e construir referenciais cognitivos e de valores éticos em comum. Além disso, pudemos nos debruçar sobre a *dramática individual-coletivo* que atravessa esta atividade e o impacto disso no modo como os atletas fazem a gestão da sua atividade e negociam com essa organização do trabalho competitiva.

Embora tenhamos nos limitado apenas aos aspectos da formação e da dimensão coletiva no trabalho dos atletas, acreditamos que conseguimos, a princípio, abrir os caminhos para debater e pensar uma intervenção com atletas que não desassocie as “questões emocionais” do modo como eles vivenciam sua atividade, tanto no campo dos estudos da psicologia do trabalho e do esporte, quanto no campo dos estudos do esporte e da atividade física.

Deste modo, à medida em que íamos nos aprofundando em nossa discussão, diversos outros debates se apresentaram, mas, infelizmente, não foi possível dar conta deles nesta tese. Uma das primeiras questões que emergiram – que já havíamos apontado na prova de qualificação – refere-se a pensar qual o sentido do trabalho para os atletas? Qual o produto que o esporte propicia enquanto sentido para eles se, como nos falou a atleta Icaráí, “o jogo é para o público”. Embora tenhamos discutido de modo breve os impactos da organização do trabalho no vôlei de praia e sua espetacularização, acreditamos que existem ainda muitos pontos dessa atividade a serem analisados.

Outro ponto de interesse para futuros trabalhos é a tentativa de pensar uma metodologia de intervenção sobre o trabalho com os atletas. Durante nossos estudos iniciais na psicologia do esporte e como estagiária e durante o tempo de participação no GT de Esporte do CRP RJ, percebemos como os modos como psicólogos e psicólogas atuavam careciam, a nosso ver, de maior transparência sobre esse fazer, o que acarretava, inclusive, numa certa rejeição dos outros profissionais quanto a essas práticas.

Além disso, outro tema a ser considerado no trabalho no vôlei de praia, mas que não tivemos a oportunidade de discutir aqui, é o modo como os atletas se relacionam com os valores sobre sua saúde. Participar de uma competição com febre de 39 graus, ou com uma fratura na tibia, é algo que em outras atividades seria inimaginável, mas que no esporte parece ser algo comum, e parece dialogar, inclusive, com outra questão relacionada a esse campo, que é o mito do atleta enquanto herói. Algumas falas de nossos atletas indicam a questão da saúde como algo a ser sempre superado, o que pode ser muito custoso para alguns deles. Assim, acreditamos que este tema merece um olhar mais cuidadoso em pesquisas futuras, bem como o debate sobre as diferenças de gênero, que apareceram também durante as entrevistas e em nossas pesquisas sobre o vôlei de praia.

Como havíamos apontado no primeiro capítulo desta tese, as mulheres tiveram papel fundamental no desenvolvimento da modalidade e na afirmação do esporte olímpico feminino no Brasil. Inclusive, tivemos contato com debates muito interessantes que merecem um estudo mais detalhado, como a divulgação e transmissão televisiva do vôlei e a diferença no modo como mulheres e homens são filmados, que são apenas alguns dos pontos que podem ser destacados.

À guisa de conclusão, acreditamos que ao trazermos para os estudos do esporte e da psicologia do trabalho os debates das perspectivas que pensam o trabalho como atividade, queremos não só problematizar determinadas práticas de “controle emocional”, “controle da dor” que podem desconsiderar o atleta enquanto agente ativo nesta atividade profissional, mas principalmente, abrir o debate para a criação de estratégias de intervenção com esses trabalhadores e com os outros atores que compõem e contribuem para o desenvolvimento do fazer esportivo, como treinadores, preparadores físicos, médicos e, também, os psicólogos.

ANEXO

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Como foi explicitado no capítulo de metodologia desta tese (Capítulo 2), nos baseamos em programas de televisão e documentários onde o esporte e a modalidade do vôlei de praia fossem o tema para realizar as entrevistas. Embora priorizássemos um ambiente em que fosse possível estabelecer uma “conversa” mais do que uma entrevista propriamente dita, algumas perguntas foram norteadoras de modo a compor o material de nossa análise. São elas:

1. Como foi sua iniciação esportiva? Já começou no vôlei de praia?
2. Como foi essa escolha pelo vôlei de quadra/praias?
3. Como foi o aprendizado dos fundamentos?
4. Se iniciou no vôlei de quadra, como foi a mudança da quadra para a praia? Teve diferença? Como foi a adaptação da quadra para a praia?
5. Quando o vôlei de praia passa a ser trabalho?
6. Você tem patrocínio?
7. Como se organiza o Centro de Treinamento?
8. Como acontece a escolha de parceiros para formar uma dupla?
9. Você teve muitos parceiros? Como aconteceu essa adaptação de cada dupla?
10. Como se dá a comunicação com a dupla?
11. Como é a relação com o treinador e as orientações durante os treinos? Como é tentar colocá-las em prática?
12. Tem alguma dupla adversária que faça com que você tenha que fazer muitos ajustes durante o jogo? É possível tornar esses ajustes aprendizados para futuros confrontos?
13. Como acontecem os estudos de vídeo?
14. Como você cuida do seu corpo em um ambiente que exige muito dele? É possível “administrar” seu corpo de modo a manter-se saudável?
15. A organização da CBV e/ou FIBV da estrutura do espetáculo vôlei de praia, interfere no modo como você vivencia seu trabalho de atleta? E a estrutura do ranking?

Referências Bibliográficas

AFONSO, G. **Voleibol de praia: uma análise sociológica da história da modalidade (85-03)**. 225 f. 2004. Dissertação (Mestrado), UFPR.

AFONSO, G. F.; JÚNIOR, W. M.. Como pensar o voleibol de praia sociologicamente. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 18, n. 1, p. 72-83, 2012.

BECKER, B. e SAMULSKI, D. **Manual de treinamento psicológico para o esporte**. Feevale. Porto Alegre, Brasil. 1998.

BÉGUIN, P.; RABARDEL, P. Concevoir pour les activités instrumentées. **Revue d'intelligence artificielle**, v. 14, n. 1-2, p. 35-54, 2000.

BORBA, L.; MUNIZ, H. P. “Mudando para o time”: a dimensão coletiva no trabalho de atletas de vôlei de praia. **Laboreal**, v. 13, n. 1, p. 56-65, 2017.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983

_____. Programa para uma sociologia do esporte. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense. 2004

BOUTHIER, D.; SAVOYANT, A. A contribution to the learning of a collective action: The counter-attack in rugby. **International journal of sport psychology**, 1984.

BOUTHIER, D. Les conditions cognitives de la formation d'actions sportives collectives. **Le Travail Humain**, p. 175-182, 1989.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.

CAROLY, S; CLOT, Y. Du travail collectif au collectif de travail: développer des stratégies d'expérience. **Formation emploi**, v. 88, n. 1, p. 43-55, 2004

CHARTIER, R.; VIGARELLO, G. Les trajectoires du sport. **Le débat**, n. 2, p. 35-58, 1982.

CLOT, Y. **A Função Psicológica do Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

CLOT, Y. **Trabalho e Poder de Agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y. Vygotski: a consciência como relação. **Psicologia & sociedade**, v. 26, n. 2, 2014.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. **Regras Oficiais do Vôlei de Praia 2015-2016**. Tradução. Official Beach Volleyball Rules 2015-2016 FIVB – www.fivb.org Approved by The 34° FIVB Congress 2014. Retirado em fevereiro, 14, 2017. http://2017.cbv.com.br/pdf/regulamento/prai/REGRAS_VOLEI_DE_PRAIA_2015-2016.pdf.

CORRÊA, A. **A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira**: uma análise das propostas do Serviço Social do Comércio (SESC). Dissertação

(Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2010

COSTA, M. M. **Vôlei de Praia: configurações sociais de um esporte-espetáculo de alto rendimento no Brasil**. Brasília, 2005. 169f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília.

COSTA, M. Esporte de alto rendimento: produção social da modernidade – o caso do vôlei de praia. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 1, 2007.

COUTAREL, F. **Le corps à l'effort: un instrument du pouvoir d'agir**. 2008. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00831292>. Acesso em 25/01/18.

COUTAREL, F.; DORÉ, E.; RATEL, S.; RECOPE, M.; RIX, G. . **Les conditions d'exercice du travail sportif du point de vue de l'ergonomie de l'activité**. 2010. Retirado em maio, 20, 2017. http://staps.univlille2.fr/fileadmin/user_upload/Doc_manif_colloque/sport_travail/axe4_coutarel.pdf

COUTAREL, F.; CAROLY, S.; VÉZINA, N.; DANIELLOU, F.. Marge de manœuvre situationnelle et pouvoir d'agir: des concepts à l'intervention ergonomique. **Le travail humain**, v. 78, n. 1, p. 9-29, 2015.

CRU, D. Collectif et travail de métier: sur la notion de collectif de travail. **Travailler**, n. 1, p. 53-59, 2016.

CRU, D.; DEJOURS, C. Saberes de prudência nas profissões da construção civil: nova contribuição da psicologia do trabalho à análise da prevenção de acidentes na construção civil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 15, n. 59, p. 30-34, 1987.

DEMAZIÈRE, D.; OHL, F.; LE NOÉ, O. La performance sportive comme travail. Introduction. **Sociologie du travail**, v. 57, n. 4, p. 407-421, 2015. Retirado em julho, 23, 2018.

DIAS, C. A. G.; JUNIOR, E. D. A.. **Entre o mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro**. EdUFF, 2007.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. Por um programa investigativo para os esportes na natureza. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 11, n. 1, 2008. Retirado em fevereiro, 14, 2017. <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/645>.

DURRIVE, L. e JACQUES, A. M. O formador ergológico ou ergoformador: uma introdução à ergoformação. SCHWARTZ, Yves e DOURRIVE, Louis (orgs.). **Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a atividade Humana**. Niterói: EdUFF, 2007.

DURRIVE, L.. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trab. educ. saúde (Online)**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462011000400003&lng=en&nrm=iso.

DURRIVE, Louis. **Competence et activité de travail**. Paris. L'Harmattan, 2016.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: J. 1994.

ÉLOI, S. Analyse technologique du rôle de libéro en volley-ball: une influence paradoxale sur le jeu. **eJRIEPS** 23 avril 2011. Disponível em: <http://www.alexandravolley.com/medias/files/analyse-technologique-du-role-de-libero.pdf>. Acesso em: 06/06/18.

ÉLOI, S.; UHLRICH, G. Utilisation d'artefacts dans le domaine des pratiques physiques, sportives et artistiques (ppsas). **TransFormations**, n. 12, 2016. <https://pulp.univ-lille1.fr/index.php/TF/article/view/5>. Acesso em: 06/06/18.

FAGUNDES, Felipe Menezes; VALENTE DE OLIVEIRA, Raquel; RIBAS, João Francisco Magno. Saque e Recepção: análises praxiológicas sobre suas influências no Voleibol. In: **XI Congreso Argentino y VI Latinoamericano de Educación Física y Ciencias (Ensenada, 2015)**. 2015.

FALZON, Pierre. Natureza, objetivos e conhecimentos da ergonomia: elementos de uma análise cognitiva da prática. FALZON, Pierre (Org.); **Ergonomia**. 1 ed. São Paulo: Blucher. 2007

FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves; DE ATHAYDE, Milton Raimundo Cidreira. Organização do trabalho, subjetividade e confiabilidade na atividade de mergulho profundo. **Production**, v. 15, n. 2, p. 172-183, 2005. Retirado em fevereiro, 14, 2017. <http://www.scielo.br/pdf/prod/v15n2/v15n2a03>.

FLEURIEL, Sébastien; SCHOTTÉ, Manuel. Dépasser l'alternative amateurs/professionnels. Programme pour une histoire sociale des sportifs au travail. **Le mouvement social**, n. 1, p. 3-12, 2016.

FOLCHER, V. RABARDEL, P. Homens, artefatos, atividade: perspectiva instrumental. Falzon, P. **Ergonomia**. Ed. Blucher. São Paulo, 2007.

GALEANO, Eduardo. **Futebol: ao sol e à sombra**. L&PM, 1995.

GASPARINI, William; PICHOT, Lilian. Le travail dans le sport: genèse d'un objet et perspectives interdisciplinaires. **DANS GASPARINI, William et Lilian PICHOT (sous la direction de), Les compétences au travail: sport et corps à l'épreuve des organisations**, p. 7-35, 2011.

GUÉRIN, F., LAVILLE, A., DANIELLOU, F., DURAFFOURG, J., KERGUÉLEN, A. **Comprender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. Edgard Blucher: Fundação Vanzolini. São Paulo, 2004.

GONÇALVES, Eduardo. **Tostão**: lembranças, opiniões, reflexões sobre futebol. São Paulo: DBA, 1997

GOUÉDARD, Catherine et RABARDEL, Pierre, Pouvoir d’agir et capacités d’agir: une perspective méthodologique? **Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé** [En ligne], 14-2 | 2012, mis em ligne le 01 novembre 2012, consulté le 19 mars 2017. URL: <http://pistes.revues.org/2808>

HAUW, Denis; DURAND, Marc. Pour une «dé-psychologisation» de la performance sportive de haut niveau. **Movement & Sport Sciences**, n. 3, p. 119-123, 2004.

JOUANNEAUX, Michel. **De l'agir au travail**. Octarès Editions, 2011.

JUNIOR, L.; DEPRÁ, P. V. Validação de lista para análise qualitativa da recepção no voleibol. **Motriz**, v. 16, n. 3, p. 571-579, 2010.

LACOMBLÈZ, Marianne e TEIGER, Catherine. Ergonomia, formações e transformações. FALZON, Pierre (Org.); **Ergonomia**. 1 ed. São Paulo: Blucher, 2007 a.

LACOMBLEZ, Marianne. De Faverge à Vergnaud: entre variabilité et invariants dans le développement de l'activité. **Activité humaine et conceptualisation: questions à Gérard Vergnaud**, 2007b.

LACOMBLEZ, Marianne; VASCONCELOS, Ricardo. Análise ergonómica da actividade, formação e transformação do trabalho: opções para um desenvolvimento durável. **Laboreal**, v. 5, n. 1, 2009.

LAVILLE, Antoine. Referências para uma história da ergonomia francófona. FALZON, Pierre (Org.); **Ergonomia**. São Paulo: Blucher, 2007.

LEPLAT, J. **Regards sur l'activité en situation de travail: contribution à la psychologie ergonomique**. Presses universitaires de France, 1997.

LEPLAT, Jacques. Les gestes dans l’activité en situation de travail. Aperçu de quelques problèmes d’analyse. **Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé**, n. 15-1, 2013, consulté le 30 septembre 2016. URL: <http://pistes.revues.org/2951>

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ. 1993.

MARCHI JÚNIOR, W. Como é possível ser esportivo e sociológico. **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**, v. 1, p. 159-195, 2006.

MARQUES JUNIOR, N. K. Um modelo de jogo para o voleibol na areia. **Conexões**, Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 6, n. 3, p. 13-26, set/dez 2008.

MARQUES JUNIOR, N. K. Execução dos fundamentos do voleibol na areia embasado na literatura científica. **R. bras. Ci. e Mov** 2015;23(4): 192-200.

MARTINACHE, Igor. William Gasparini and Lilian Pichot (ed.), Les compétences au travail: sport et corps à l’épreuve des organisations. **Sociologie**, v. 3, n. 3, p. 321-325, 2012.

MELO, Victor de Andrade. **Esporte e Lazer**: conceitos – uma introdução histórica. Rio de Janeiro. Apicuri. 2010.

MELO, Victor Andrade; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. **FRONTEIRAS: Revista de História**, v. 12, n. 22, p. 11-35, 2010.

MELO, Victor Andrade. Cinema e Esportes: Diálogos. **Z CULTURAL**. Revista Virtual do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VIII. 03. 2011. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/cinema-e-esportes-dialogos-de-victor-andrade-de-melo-2/> . Acesso: 26/12/2013.

NEVES, Mary Yale; ATHAYDE, Milton; MUNIZ, Hélder. Notas sobre a saúde mental e trabalho docente a partir de uma investigação com professoras de escolas públicas. In: FIGUEIREDO, Marcelo et al. (Org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 302-321.

NEVES, Mary et al. Comunidade ampliada de pesquisa: trabalhadores/as de escolas públicas compartilham saberes na busca da promoção da saúde nos locais de trabalho. **Revista Eletrônica Extensão Cidadã**, v. 2, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/extensaocidadada/article/view/1347> Acesso: 23/09/18.

NEVES, Mary Yale et al. Saúde, gênero e trabalho nas escolas públicas: potencialidades e desafios de uma experiência com o dispositivo “comunidade ampliada de pesquisa e intervenção”. **Laboreal**, v. 11, n. 1, p. 53-68, 2015.

NOGUEIRA, Louise Cordeiro Borba. **(Des)envolver pessoas no trabalho**: reflexões sobre estratégias de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sob o ponto de vista da atividade nas ações em “gestão de pessoas” no serviço público federal. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Subjetividade do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. 2012.

NOUROUDINE, Abdallah. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? **Trab. educ. saúde (Online)**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 69-83, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 05 de julho de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462011000400004>.

OLIVEIRA, L.E.S. Voleibol no interior: um estudo de caso sobre o *ethos* dos jogadores. IN: TOLEDO, LH; COSTA, CE (orgs.) **Visão de Jogo**: antropologia das práticas esportivas. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009. 279 páginas.

OLIVEIRA, Lenice Peluso; COSTA, Vera Lucia Menezes. Histórias e memórias de pioneiros do vôlei de praia na cidade do Rio de Janeiro-doi: 10.4025/reveducfis.v21i1.8126. **Journal of Physical Education**, v. 21, n. 1, p. 99-113, 2010.

OLIVEIRA, Lenice Peluso de; MOURÃO, Ludmila; COSTA, Vera Lúcia de Menezes. Mulher e vôlei de praia: memórias de Tia Leah. **Motriz rev. educ. fís. (Impr.)**, v. 16, n. 2, p. 300-310, 2010.

PASTRÉ, Pierre. Introduction. Recherches en didactique professionnelle. SAMURÇAY, Renan et PASTRÉ, Pierre (sous la direction de). **Recherches en didactique professionnelle**. Première édition. Octarès Editions. Toulouse, France. 2004

_____, MAYEN, Patrick; VERGNAUD, Gérard. La didactique professionnelle. **Revue française de pédagogie**, n° 154, janvier-février-mars, 145-198, 2006.

RABARDEL, Pierre. Les hommes et les technologies. 1995. IN: <https://technologieeducationculture.fr/Bibliotheque/rabardel1.pdf>. Acesso em 31/03/2018.

RABARDEL, Pierre. Instrument subjectif et développement du pouvoir d’agir. **Modèles du sujet pour la conception. Dialectiques activités développement**, p. 11-29, 2005.

REZENDE, Marcello Santos. **Atividade de trabalho e desenvolvimento de adultos**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Nelson. **A pátria de chuteiras**. Nova Fronteira, 2014.

RUBIO, Katia. Origens e evolução da psicologia do esporte no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. VII, n° 373, 10 de mayo de 2002.

SANTOS, Marta. **O projecto de uma sociedade do conhecimento de Lev Vygotski a práticas efectivas de formação contínua em Portugal**. Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Doutor em Psicologia. 2004

SANTOS, Marta; LACOMBLEZ, Marianne. Do artefacto ao instrumento: um modelo de avaliação das relações entre trabalho e saberes numa ação de formação. In: **Trabalho & saber: questões e proposições na interface entre formação e trabalho**. 2016. p. 13-32.

SARAVÍ, Jorge Ricardo. A praxiologia motriz: presente, passado e futuro. Entrevista com Pierre Parlebas. **Movimento**, Porto Alegre, p. 11-35, abr. 2012. ISSN 1982-8918. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/27065/17427>. Acesso em: 24 maio 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.27065>.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 19, n. 65, dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173301998000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 17 out. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000400004>.

SCHWARTZ, Y. A Comunidade Científica Ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.7. jul/dez, 2000

SCHWARTZ, Y. Uso de si e competência. SCHWARTZ, Yves e DOURRIVE, Louis (orgs.). **Trabalho e Ergologia: Conversas sobre a atividade Humana**. Niterói: EdUFF, 2007.

SCHWARTZ, Y. Experiência é Formadora? **Educação & Realidade**, 35(1), 35-48. Jan/Abr, 2010.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 19-45, 2011a.

SCHWARTZ, Yves. Intervenção, experiência e produção de saberes. IN: **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, Dez. 2011b

SCHWARTZ, Y.. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. *Letras de Hoje*, 49(3), 259–274, 2014.

SCHWARTZ, Y. Conhecer e estudar o trabalho. **Trabalho & Educação**, v. 24, n. 3, p. 83-89, 2015.

SCHWARTZ, Y. L'activité peut-elle être objet d'“analyse”? *Letras de Hoje*, 50(5), 42–52. 2016

SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-85, 2006.

TOMÁS, Jean-Luc, SIMONET, Pascal, CLOT, Yves, FERNANDEZ, Gabriel. Le corps: l'œuvre du collectif de travail. **Corps**, n. 1, p. 23-30, 2009.

VASCONCELOS, Ricardo e LACOMBLEZ, Marianne. Análise guiada do trabalho e desenvolvimento de competências profissionais: contributos, reflexões e desafios. **Cadernos de consulta psicológica**, ex. 17/18, p. 295-304. 2002. Disponível em: repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14842/2/5801.pdf. Acesso: 18/07/2012.

VIDAL-GOMEL, Christine; OLRYS, Paul; RACHEDI, Youcef. Os riscos profissionais e a sua gestão em contexto: dois objectos para um objectivo de formação comum. **Laboreal**, v. 5, n. 2, 2009. <http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234835;7;294772>

VIGARELLO, G.; VIVES, J. Technique corporelle et discours technique. **Culture technique**, n. 13, p. 265-273, 1985.

VIGARELLO, Georges. Les Techniques corporelles et les transformations de leur configuration. **STAPS**, v. 13, n. 7, p. 19-22, 1986.

VIGARELLO, Georges. **Techniques d'hier... et d'aujourd'hui: une histoire culturelle du sport**. Ed. Robert Laffont, 1988.

VIGARELLO, Georges. Les premières coupes du monde, ou l'installation du sport moderne. **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, v. 26, n. 1, p. 5-10, 1990.

VIGARELLO, Georges et al. O corpo inscrito na história: imagens de um “arquivo vivo”. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. ISSN 2176-2767, v. 21, 2000.

VIGARELLO Georges. « Science du travail » et imaginaire du corps. In: **Communications**, 81, 2007. Corps et techniques [Numéro dirigé par Georges Vigarello] pp. 61-70; doi: 10.3406/comm.2007.2458 http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_2007_num_81_1_2458. Acesso em 3/06/2016.

VYGOTSKI, Lev. *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*, 1978

WEILL-FASSINA, A.; PASTRÉ, P. As competências profissionais e seu desenvolvimento. FALZON, P. *Ergonomia*, p. 175-191, 2007.

WEINBERG, R. S. e GOULD, D.. **Fundamentos da psicologia do esporte e exercício**. Trad. Maria Cristina Monteiro. 2ª Ed. Artmed. Porto Alegre, Brasil. 2001.

WISNER, Alain. A metodologia na Ergonomia: ontem e hoje. In: Wisner, A. **A inteligência do trabalho**: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundacentro, 1994